

# Globethics Repository

The logo for Globethics, featuring the word "Globethics" in white, sans-serif font centered within a solid blue rectangular background.

## Relatório Anual 2003

This page was generated automatically upon download from the Globethics Repository. More information on Globethics see <https://www.globethics.net>. Data and content policy of Globethics Repository see <https://repository.globethics.net/pages/policy>.

Item Type	Preprint
Authors	Kotalik, Jana;Garcia, Jesse
Publisher	Transparency International
Rights	With permission of the license/copyright holder
Download date	2026-06-22 10:59:43
Link to Item	<a href="http://hdl.handle.net/20.500.12424/177619">http://hdl.handle.net/20.500.12424/177619</a>



 **TRANSPARENCY  
INTERNATIONAL**

1993 - 2003

*ten years fighting corruption*

# Relatório Anual

## 2003

A coalizão contra a corrupção



• [www.transparency.org](http://www.transparency.org)

SEÇÃO ESPECIAL 

A TI na América Latina e no Caribe

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
FORMAÇÃO DE CONSCIÊNCIA	2
O DESENVOLVIMENTO DE INSTRUMENTOS	4
A FORMAÇÃO DE COALIZÕES A SOCIEDADE CIVIL	6
A FORMAÇÃO DE COALIZÕES O GOVERNO E O SETOR PÚBLICO	8
A FORMAÇÃO DE COALIZÕES O SETOR PRIVADO	10
A FORMAÇÃO DE COALIZÕES AS ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS	12
PERFIS	16
TRABALHO DA TI NA AMÉRICA LATINA E NO CARIBE - XVI	
CAMINHOS ESTRATÉGICOS	18
ÍNDICE DE PERCEPÇÕES DA CORRUPÇÃO DE 2003	20
ÍNDICE DE PAÍSES CORRUPTORES DE 2002	22
BARÔMETRO GLOBAL DA CORRUPÇÃO DE 2003	23
DOAÇÕES	24
DADOS FINANCEIROS	25
CAPÍTULOS NACIONAIS	26
DIRETORIA	30
CONSELHO CONSULTIVO E SECRETARIADO	31
PUBLICAÇÕES	32



# Para um mundo livre de corrupção

A assinatura da Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção e a escolha da data da assinatura (9 de dezembro) como Dia Mundial contra a Corrupção constituem marcos significativos nos esforços para a conscientização sobre a corrupção e seus efeitos. Dez anos após a criação da Transparency International (TI), continuamos o trabalho em quase 90 capítulos nacionais para manter esse entusiasmo.

A luta anticorrupção vem adquirindo características transnacionais. Com a assinatura da Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção, dezembro de 2003 se tornou um marco que dividiu o movimento em antes e depois dessa data. Os países conseguiram um acordo de alcance mundial. Nas sessões de negociação, a TI fez pressão para que a convenção tivesse a maior eficácia possível. E também incentivou a escolha de 9 de dezembro como o Dia Mundial contra a Corrupção.

Os instrumentos regionais contra a corrupção registraram grandes avanços a partir de 2002: a primeira rodada de monitoração da Convenção Interamericana contra a Corrupção; a Convenção de Direito Penal sobre Corrupção do Conselho Europeu conseguiu o número necessário de ratificações para que entrasse em vigor; os chefes de Estado da União Africana (UA) adaptaram a Convenção da UA para Evitar e Combater a Corrupção. A TI orientou os Estados membros da OCDE para o cumprimento dos compromissos assumidos na Convenção Anti-suborno da OCDE, de 1997.

O Primeiro Barômetro Global da Corrupção da TI – uma pesquisa de opinião realizada em 48 países – revelou que, em três de cada quatro países, os partidos políticos eram mostrados como a primeira instituição da qual os cidadãos gostariam de eliminar a corrupção. A TI realizou esforços no mundo todo para que os partidos publiquem e justifiquem

os gastos com campanhas eleitorais, e procurou fazer com que os candidatos cumpram suas promessas de luta anticorrupção, depois de eleitos. Com esse espírito, o Relatório Global da Corrupção 2004 dá ênfase especial à corrupção política.

No setor público, os capítulos nacionais da TI continuam ajudando os governos em seus programas de reforma. E, mais recentemente, na Reunião Ministerial da OMC realizada em Cancún, a TI foi porta-voz daqueles que lutam pela transparência nas contratações públicas.

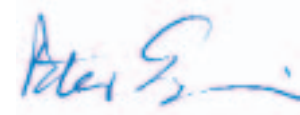
Em 2003, integrantes de capítulos da TI – John Githongo, do Quênia; Luis Bates, do Chile; e Goh Kun, da Coreia – assumiram cargos governamentais de grande importância. Luis Moreno Ocampo, ex-membro do Conselho Diretor da TI e ex-presidente do capítulo nacional da TI na Argentina, foi nomeado Promotor Titular da Corte Penal Internacional, em maio de 2003. Ele já declarou que investigará o paradeiro de bens dos quais ex-ditadores se apossaram ilegalmente.

Em 2003, o setor privado foi abalado por escândalos de corrupção que, com frequência, envolviam empresas de países ricos, como Estados Unidos, Finlândia e Alemanha. Em Lesoto, em 2002, o julgamento e a condenação de uma empresa de engenharia canadense pelo pagamento de suborno a um funcionário público local chamou a atenção

para todas as empresas com atividades comerciais no exterior. Antes disso, um país em desenvolvimento nunca havia exigido que uma multinacional desse porte prestasse contas de suas práticas corruptas. A TI continua comprometida com a luta pela transparência nas práticas comerciais, com a promoção dos *Princípios de Negócios para Combater o Suborno* e a campanha chamada *Publique o que Paga*.

Dez anos depois da criação da TI, sua Secretaria, em consulta a todo o movimento de transparência, está orientando um exercício de planejamento estratégico para melhor situar o movimento diante dos futuros desafios. Também atualizou seus estatutos para que refletissem melhor a realidade do movimento de expansão. E, para que suas finanças se solidifiquem, foi criado um Fundo Institucional.

Há apenas dez anos, a corrupção era um tema proibido nos círculos desenvolvidos. Atualmente, reconhece-se que é um dos maiores obstáculos para o desenvolvimento e o crescimento econômico. É fundamental que a corrupção seja erradicada, pois o bem-estar de milhões de pessoas do mundo todo depende disso.



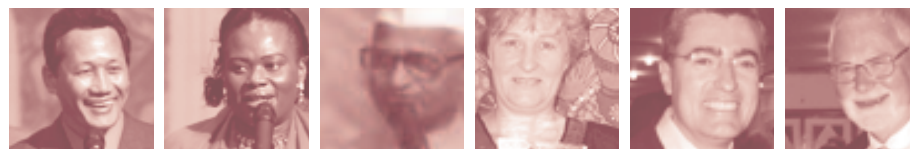
Peter Eigen, Presidente

# Para manter a luta contra a corrupção na lista de prioridades

## CONFERÊNCIA INTERNACIONAL ANTICORRUPÇÃO

Ativistas contra a corrupção de todas as partes do mundo reuniram-se em Seul, Coreia do Sul, em maio de 2003, para o encontro bienal da XI Conferência Internacional Anticorrupção (IACC), cujo tema foi *Diferenças Culturais, Valores Comuns*. Cerca de 900 representantes de governos, da sociedade civil e do setor privado de 108 países trocaram experiências e desenvolveram novas estratégias para a luta contra a corrupção. Os delegados abordaram um amplo leque de temas, desde as falhas que são percebidas na auto-regulamentação empresarial até a injustiça que faz parte da imunidade política. As conclusões foram apresentadas aos ministros de governo reunidos em Seul, por ocasião do III Fórum Global realizado de 29 a 31 de maio de 2003. A TI, sede do Conselho da IACC, ofereceu seu apoio ao governo da Coreia, país anfitrião do evento. Para mais informações, visite o sítio [www.tiacc.org](http://www.tiacc.org).

A TI também organizou o segundo *Festival Internacional de Cinema pela Transparência*. O público pôde escolher entre 29 títulos do mundo todo. *Coreia Limpa 21*, um programa de arte organizado pela TI da Coreia, apresentou grupos de danças, pintura corporal e artes visuais.



## PRÊMIOS DE INTEGRIDADE DA TI

Os *Prêmios de Integridade da TI* foram concebidos com o objetivo de reconhecer o valor e a determinação das mais diferentes pessoas e organizações que lutam contra a corrupção no mundo todo. O Prêmio de Integridade 2003 foi entregue à dra. Dora Akunyili, diretora-geral da Agência Nacional de Administração e Controle de Alimentos e Medicamentos da Nigéria, a Sua Rimoni Ah Chong, ex-auditor-geral de Samoa, e a Anna Hazare, militante contra a corrupção governamental da Índia. Na edição de 2003, também foi feita uma homenagem póstuma a duas pessoas que perderam a vida por se oporem à corrupção: Abdelhai Beliardouh, jornalista investigativo da Argélia, e Antonio Siba-Siba Macuacua, presidente do maior banco comercial de Moçambique.

*Ganhadores do Prêmio de Integridade (da esquerda para a direita): Sua Rimoni Ah Chong, dra. Dora Akunyili, Anna Hazare, ganhadores em 2003; Jana Dubovcová, Luis Roberto Mesquita, dr. Peter Schönhofer, ganhadores em 2002.*

## PRÊMIO PARA O JORNALISMO INVESTIGATIVO

A TI também apoiou o trabalho de jornalistas investigativos. Em abril de 2003, Jorge Loáisiga, jornalista do *La Prensa*, da Nicarágua, que investigou a malversação do dinheiro público pelo ex-presidente do país Arnoldo Alemán, recebeu o primeiro prêmio de *Melhor Investigação Jornalística* em um caso de corrupção na América Latina e no Caribe. Esse prêmio de 25 mil dólares será entregue novamente no próximo ano, e sua coordenação é feita pela TI e pelo Instituto Prensa y Sociedad, uma organização membro da TI no Peru.

A TI recebeu dois prêmios internacionais em 2002: o *Prêmio Carl Bertelsmann*, pela elaboração inovadora de coalizões, e o *Media Tenor Agenda-Setting Award*, por ter conseguido dar ao tema da corrupção um lugar de mais destaque na agenda dos meios de comunicação internacionais.

Em 2003, a TI recebeu, também, o *Triple Bottom Line Investing Award* em reconhecimento pelo trabalho realizado na busca para apontar a corrupção como ameaça às atividades comerciais sustentáveis e para os investimentos socialmente responsáveis.

contra a corrupção é inestimável.”

## RELATÓRIOS CONTUNDENTES SOBRE A CORRUPÇÃO

O Relatório Global da Corrupção 2003 (GCR), com ênfase no tema do acesso à informação, é a segunda edição da principal publicação anual da TI. Impresso em janeiro de 2003, o relatório foi divulgado mundialmente pelos capítulos nacionais da TI, o que atraiu muita atenção da mídia. Em julho, em Paris, foi lançada uma edição em francês do GCR 2003, assim como traduções de seções do livro para os idiomas árabe, português e espanhol.

O Relatório Global da Corrupção 2004 concentra-se na corrupção política e inclui questões relativas ao financiamento de partidos políticos e de campanhas eleitorais, além de um resumo dos esforços realizados para repatriar o dinheiro subtraído ilegalmente de diversos países. Uma nova seção – o relatório de países – oferece uma avaliação crítica dos temas relacionados à corrupção em 34 países. Para mais informações, visite o sítio: [www.globalcorruptionreport.org](http://www.globalcorruptionreport.org).



CAPÍTULOS DA TI

### Armênia/Indonésia/Panamá

#### Luzes, câmera, ação!

Os capítulos nacionais da TI aproveitam o poder da televisão para elevar o nível de consciência sobre as consequências da corrupção na vida diária das pessoas e para estimular os telespectadores a lutar contra ela. Na Armênia, o capítulo nacional da TI cooperou com uma empresa cinematográfica independente na produção de filmes, para inserção em televisão, contra a corrupção

nos serviços públicos. Ao mesmo tempo, a TI da Indonésia trabalhou, com uma companhia de teatro muito conhecida no país, para produzir 13 episódios da série *Komedi Nusa Getir* (Comédia da Ilha da Amargura), em Bahasa. A ação se desenvolve em uma aldeia imaginária, que pretende reproduzir o microcosmo da Indonésia, e mostra como seus habitantes trabalham para, nela,



diminuir a corrupção. No Panamá, o capítulo nacional da TI participou de uma rede cívica local contra a corrupção para transmitir pela televisão um debate mensal, com duração de uma hora, sobre transparência e prestação de contas.

### Moldávia/Mundial

#### Artistas contra a corrupção

A corrupção é um dos temas favoritos de humoristas gráficos e caricaturistas de todo o mundo.

Os capítulos nacionais da TI em países tão diferentes como Brasil, Burkina Fasso, Camboja, Camarões, Quênia, Marrocos e Romênia trabalharam com artistas de modo a criar e utilizar tiras para informar o público em geral.

Na Moldávia, o capítulo da TI organizou, no segundo trimestre de 2003, uma mostra intitulada "Artistas contra a corrupção", no Museu Nacional de História de Chisinau. Artistas da região apresentaram mais de 500 tiras contra a corrupção. Esses profissionais haviam participado de um concurso de história em quadrinhos organizado pela TI da Moldávia.



### Peru/Japão

#### A luta pelo julgamento de governantes corruptos

A TI continua pedindo a extradição de Alberto Fujimori, para que ele seja processado pelas acusações de corrupção e ações contra os direitos humanos. Para isso, no inverno de 2003, os capítulos nacionais da TI fizeram uma campanha para que fossem enviadas cartas ao Ministro da Justiça do Japão. Apesar de todos os elementos que provam a participação de Fuji-

mori em escândalos, durante os dez anos de seu mandato, o governo do Japão, até o momento, nega-se a extraditar o ex-presidente em razão de sua dupla nacionalidade (peruana e japonesa). No Peru, investigações provaram que Fujimori e seu assessor Vladimiro Montesinos criaram uma organização criminosa, composta de centenas de pessoas. Essa rede penetrou

os mais altos escalões do governo e praticou uma pilhagem sem precedentes nos recursos do Estado peruano, além de atos de corrupção, assassinatos e violações graves aos direitos humanos. Atualmente, estão sendo investigados 1.400 supostos membros da organização, entre os quais altos funcionários públicos e membros das Forças Armadas.

# Aumento do poder da cidadania

A existência de instrumentos efetivos reforça o trabalho dos ativistas na luta contra a corrupção. O fato de se poder detectar os problemas e documentar as experiências relacionadas à sua solução aumenta as possibilidades de sucesso para aqueles que continuarão a luta anticorrupção no futuro. Os instrumentos também ajudam a medir a extensão e a natureza dos problemas, e podem demonstrar onde se avançou e onde é preciso realizar mais esforços.

## SISTEMA NACIONAL DE INTEGRIDADE

O modelo oferecido pelo *Sistema Nacional de Integridade* tornou-se um poderoso instrumento que orientou grande parte das atividades de investigação realizadas pela TI. Tal modelo descreve a integridade nacional como os alicerces que sustentam os "pilares", ou seja, todas as instituições e práticas que operam de comum acordo contra a corrupção. Desde de 2001, a TI publica uma série de relatórios que analisam países apontados com base nesse modelo. No ano passado, foram publicados estudos sobre o Sistema Nacional de Integridade em Zâmbia, Nova Zelândia e Papua-Nova Guiné, que ressaltavam os pontos fracos notados na governabilidade e sugeriam ações corretivas práticas. Os relatórios publicados no início de 2004 incluem Bangladesh, Índia, Malavi, Sri Lanka, Uganda e Zimbábue.

## O SOURCE BOOK DA TI

O *Source Book* da TI (Livro de Consultas da TI) continua sendo um recurso vital para os ativistas contra a corrupção ao redor do mundo. Em 2003, teve início uma nova fase no desenvolvimento do Livro, com o projeto de páginas com os recursos anticorrupção disponíveis no formato digital, e concluíram-se as traduções em albanês, bahasa indonésio e nepalês. A obra está sendo adaptada para uso num contexto árabe, com a participação da TI na região.

## CAIXA DE FERRAMENTAS PARA O CONTROLE CIDADÃO DA CORRUPÇÃO



A *Caixa de Ferramentas*, como síntese das experiências práticas da sociedade civil na luta contra a corrupção, é uma prova da diversidade e da criatividade do movimento anticorrupção.

Em outubro de 2003, a TI publicou a terceira edição da Caixa, com 18 novas experiências. Abrangendo mais de 60 ferramentas, em diferentes áreas, como a reforma do sistema judicial ou o controle da corrupção nos contratos públicos, foi divulgada pelo mundo todo e obteve grande acolhida.



## CORISWEB

O lançamento do CORISweb ([www.corisweb.org](http://www.corisweb.org)), instrumento

importante para quem busca dados sobre corrupção, ocorreu na XI IACC, em Seul, em maio de 2003. O *Sistema de Informações e Pesquisa sobre Corrupção On-Line* oferece acesso fácil a mais de 16 mil recursos referentes à corrupção e à governabilidade. Seu sistema descentralizado permite a reunião de informações disponíveis em qualquer parte do mundo. O CORISweb usa tecnologia avançada, que permite realizar buscas pontuais e trabalhar com páginas temáticas.

## RECURSOS PARA OS GOVERNOS



Todo enfoque holístico destinado a combater a corrupção deve, necessariamente, considerar a possibilidade de colocar instrumentos à disposição de governos. A TI continua seu trabalho de apoio ao Christian

Michelsen Institute da Noruega para o desenvolvimento do *Centro de Recursos Anticorrupção de Utstein* ([www.u4.no](http://www.u4.no)), que atende os ministérios de Desenvolvimento dos países do grupo Utstein: Alemanha, Holanda, Noruega, Reino Unido, Suécia e Canadá. Em Londres, o capítulo do Secretariado da TI é que se ocupa da *Mesa de Apoio Anticorrupção do U4*.

## PESQUISAS E ÍNDICES

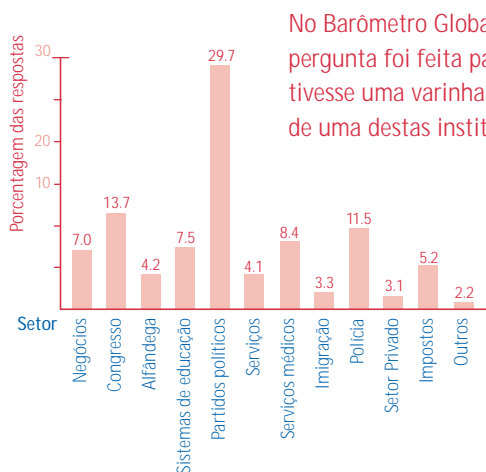
As pesquisas e os índices fornecem retratos da corrupção na vida diária e são muito eficazes para chamar a atenção para a questão da corrupção. Graças a esses dados, os cidadãos podem conhecer rapidamente o problema e medir o progresso alcançado, a partir dos índices de referência. As pesquisas domiciliares publicadas pelos capítulos da TI em Bangladesh, Índia, Nepal, Paquistão e Sri Lanka, em 2002, revelaram a existência de altos níveis de corrupção nas instituições públicas em todo o sul da Ásia. De sete instituições, a polícia foi apontada como a mais corrupta nesses cinco países.

## ÍNDICE DE PERCEPÇÕES DA CORRUPÇÃO

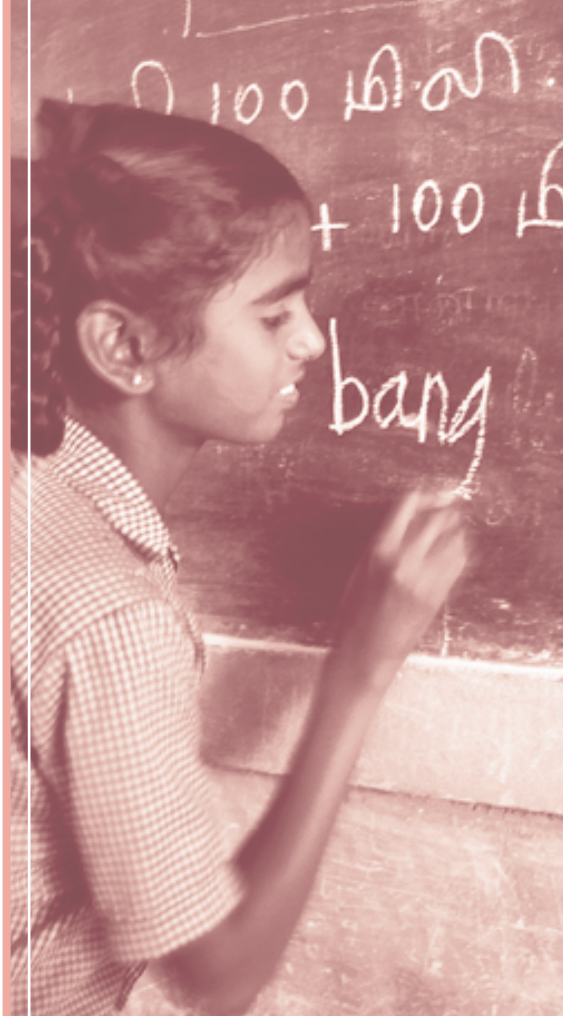
Em outubro de 2003, a TI publicou o *Índice de Percepções da Corrupção*, pelo nono ano consecutivo, com uma cobertura sem precedente da mídia. Foram registrados os níveis de corrupção de 133 países, com a inclusão de 15 novas nações do Oriente Médio. O índice ressalta o fato de que as pessoas ainda percebem a corrupção como uma ameaça grave. Sete em cada dez países obtiveram resultado menor que 5 numa pontuação de até 10 (ver página 20).

## BARÔMETRO GLOBAL DA CORRUPÇÃO

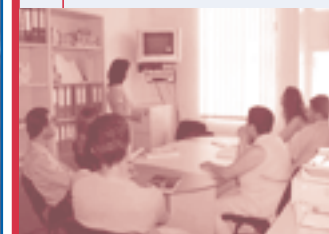
Depois de encomendar a pesquisa à Gallup International, a TI publicou, em julho de 2003, o primeiro *Barômetro Global da Corrupção*. O Barômetro mediu as atitudes diante da corrupção e as expectativas em relação aos níveis futuros de corrupção em 48 países. A pesquisa também sondou a opinião pública sobre determinados setores específicos. Em três de cada quatro países, os cidadãos identificaram os partidos políticos como a primeira instituição da qual eliminariam a corrupção antes das outras (ver página 23).



No Barômetro Global da Corrupção de 2003, a seguinte pergunta foi feita para 30.487 pessoas de 44 países: "Se você tivesse uma varinha de condão e pudesse eliminar a corrupção de uma destas instituições, de qual delas eliminaria?"



## Centros de Recursos Anticorrupção da TI



região: Armênia, Azerbaidjão, Bulgária, Casaquistão, Lituânia, Moldávia, Rússia e Eslováquia.

Os centros contam com uma página na internet, biblioteca e arquivos de meios de comunicação, e estão ligados ao CORISweb – o portal mundial contra a corrupção da TI. Já estão sendo realizadas reuniões e seminários em alguns dos Centros, o que servirá para incentivar o desenvolvimento de iniciativas mais eficazes contra a corrupção, por meio da coordenação de atividades dirigidas às ONGs locais. Nos próximos anos, o programa será estendido a outros países da região.

Para poder combater a corrupção, é preciso conhecer o inimigo. A TI lançou o projeto de *Centros de Recursos Anticorrupção* (ACRC), em 2002, com o objetivo de estabelecer centros de conhecimento na Europa Oriental e na ex-União Soviética. Durante o inverno de 2003, os primeiros centros abriram suas portas em oito países da

CAPÍTULOS DA TI

## Brasil

## Transparência no financiamento político

Em julho de 2003, a Transparência Brasil lançou o banco de dados *Às Claras*, que oferece informações completas e referências cruzadas sobre o financiamento de partidos políticos no país, com base em dados compilados pelo Superior Tribunal Eleitoral. Embora a legislação vigente exija que os candidatos, tanto no âmbito federal como no estadual, divulguem seus dados financeiros aos Tribunais Eleitorais, as informações nunca haviam sido organizadas de maneira que ficassem facilmente acessíveis para a sociedade. Organizações cívicas, jornalistas e cidadãos comuns podem utilizar esse



banco de dados para saber quem são os doadores que financiam quais candidatos, de onde provém o financiamento para cada candidato, além de poderem estudar padrões de financiamento por setor econômico ou região. É possível visitar esse banco de dados no endereço: [www.asclaras.org.br](http://www.asclaras.org.br).

# A partir das bases

As coalizões incentivadas pela TI reúnem o governo, o setor empresarial, o mundo acadêmico, profissionais, meios de comunicação e a grande diversidade de organizações existentes na sociedade civil. Os capítulos nacionais da TI são organizações registradas no país onde desenvolvem suas atividades. Mobilizam pessoas e grupos para que exerçam pressão a favor da transparência, monitorem o dinheiro público e exijam a prestação de contas de seus governantes.

Anna Hazare, um dos ganhadores do Prêmio de Integridade da TI de 2003, atacou a corrupção no governo local e no setor florestal no estado indiano de Maharashtra. Ela conseguiu mobilizar centenas de cidadãos e incentivou reformas importantes na legislação, por meio de manifestações de protesto, realizando até uma greve de fome. Hazare e os demais ganhadores do Prêmio de Integridade são uma prova contundente do poder que a sociedade civil pode assumir.

## A LUTA PELO ACESSO À INFORMAÇÃO

A disponibilidade das informações é um requisito indispensável para o surgimento de uma população informada, com instrumentos suficientes para participar do debate público de maneira significativa. O Relatório Global da Corrupção 2003 concentrou-se no acesso à informação.

Os capítulos nacionais da TI realizaram grandes esforços a fim de incentivar a sanção de leis sobre o acesso à informação e monitoraram sua implementação. Uma coalizão da sociedade civil, que incluía a Transparência Mexicana, perseguiu essa questão durante muitos anos. Finalmente, em 2003, conseguiu a aprovação da Lei Nacional sobre

Liberdade de Informação, que aumenta muito a obrigação do governo do México em divulgar informações. A TI da Rússia redigiu um projeto de lei sobre o acesso à informação para Kaliningrado, que foi sancionada em 2003. Enquanto isso, capítulos nacionais da TI abriram departamentos de acesso à informação para ajudar cidadãos no processo de solicitação de informações ao Estado: o Fórum Civil (capítulo nacional da TI no Senegal) inaugurou esses departamentos em 2002. E, no Peru, o Instituto Prensa Y Sociedad (IPYS), uma das organizações membros da TI peruana, abriu um departamento também em 2002, com o propósito de ajudar cidadãos a aproveitar a recente lei sancionada sobre acesso à informação. A Associação da Transparência Libanesa (a TI no Líbano) lançou um sítio na internet – [www.arabaccess.org](http://www.arabaccess.org) –, para servir de plataforma aos ativistas que promovem o acesso à informação no mundo árabe. Os capítulos nacionais na Bósnia-Herzegovina, Croácia, Macedônia e Sérvia estão implementando o *Programa de Prestação de Contas nos Bálcãs Ocidentais*, cuja meta é fundamentar as deficiências na prestação de contas por parte dos governos, propondo recursos alternativos para as áreas de livre acesso à informação e para os conflitos de interesses de funcionários públicos.

## APOIO AO TRABALHO JORNALÍSTICO

É de conhecimento público que os meios de comunicação funcionam como parceiros importantes na luta contra a corrupção. Em 2002, a TI liderou ou apoiou a capacitação em jornalismo investigativo e em jornalismo financeiro em diversos países, entre os quais: Afeganistão, Argentina, Gana, Senegal, Tadjiquistão e Zimbábue.

## EXIGIR PRESTAÇÃO DE CONTAS DOS POLÍTICOS

Na frente mundial, a TI trabalhou ao lado de outros ativistas contra a corrupção, liderados pela ex-juíza investigadora do caso Elf, Eva Joly, no projeto e posterior assinatura da Declaração de Paris, em junho de 2003, que introduz uma série de medidas para refrear a corrupção em escala mundial. O “chamado para a ação contra a corrupção em grande escala”, que consta de dez pontos, incentiva os governos a fortalecer os processos judiciais contra o uso oportunista de imunidades especiais e leis de prescrição das causas. Incentiva, também, os bancos a manter registros detalhados das transações e a monitorar os clientes considerados de “alto risco” (como foi o caso da detenção do ex-prefeito paulistano Paulo Maluf), além de exigir que as empresas que negociam no mercado de ações publiquem todos os pagamentos efetuados a favor de entidades governamentais.

Power of the People (2000),  
documentário da República da Coreia,  
mostrado no Film for Transparency 2003,  
segundo festival de cinema  
internacional anticorrupção da TI.



## PARA ELIMINAR A CORRUPÇÃO FLORESTAL

Durante 2003, a TI continuou levando seu apoio à *Rede de Integridade Florestal (FIN)* – uma estrutura composta por diversos setores interessados na criação de condições para banir a corrupção no setor florestal. Com forte presença do Secretariado da TI, a FIN conseguiu colocar o problema da corrupção florestal em destaque na lista de prioridades e, assim, estruturar as bases para futuras atividades da Rede em diversos países (ver [www.transparency.org/fin](http://www.transparency.org/fin)).

## MICROPROJETOS CONTRA A CORRUPÇÃO

A TI manteve seu trabalho com o *Partnerships for Transparency Fund (PTF)*, uma ONG que financia pequenos projetos destinados a refrear a corrupção. Em maio de 2003, o PTF anunciou o lançamento de um programa global anticorrupção de três anos, destinado a apoiar projetos de baixo custo, elaborados pela sociedade civil na África, Ásia, América Latina e Europa Oriental. Em 2003, esse subsídio permitiu que a TI da Indonésia ajudasse as autoridades do governo a reduzir a corrupção nos contratos públicos. Estão sendo desenvolvidos outros projetos que contemplam amplo leque de questões relacionadas à transparência, em países como Costa Rica, Mongólia, Nepal, Filipinas e Tanzânia.



### México

## Para vigiar de perto os gastos públicos



A falta de informação e a pouca participação da cidadania se traduzem, muitas vezes, no fato de os fundos públicos voltados para programas sociais terem destino equivocado ou serem utilizados para fins políticos. Para solucionar esse dilema, a Transparência Mexicana, junto com o Ministério Mexicano de Desenvolvimento Social (Sede-

sol), lançaram, em setembro de 2002, o *Manual Ciudadano*, uma iniciativa que contribui para que programas sociais cumpram os objetivos para os quais foram criados.

O *Manual Ciudadano* facilita aos cidadãos observarem de que forma o governo emprega esses fundos. O livro descreve cada programa social de modo detalhado, com textos e ilustrações. O manual permite que os cidadãos entendam melhor os objetivos, os procedimentos e os financiamentos que existem para cada programa.

E explica como apresentar queixas. Concebido para atingir o maior número possível de pessoas, sua publicação foi acompanhada de um intenso trabalho de consulta e treinamento para 320 organizações sociais em todo o país. Cada organização participante recebeu uma senha especial para poder ingressar e dar continuidade a suas queixas, dentro do Sistema Eletrônico do governo. O manual é atualizado anualmente e está disponível em versão impressa e neste sítio da internet: [www.manualciudadano.org.mx](http://www.manualciudadano.org.mx).

### Zimbábue

## Para condenar a repressão dos líderes da sociedade civil



capítulo da TI no país e membro da diretoria da TI. Ele foi preso arbitrariamente pela polícia e sofreu maus-tratos até ser libertado. John Makumbe foi um dos líderes civis presos quando a polícia reprimiu à força a promoção de uma reunião numa igreja, em Harare.

Os capítulos nacionais da TI estão acostumados a trabalhar em situações difíceis. Em 2003, vimos como as autoridades do Zimbábue trataram duramente John Makumbe, presidente do

Os capítulos nacionais da TI, desde a Costa Rica, passando pelo Quênia, até Papua-Nova Guiné, enviaram mensagens de apoio ao dr. Makumbe e se uni-

ram ao Secretariado da TI para condenar o tratamento que as autoridades do Zimbábue infligiram a ele. Em 18 de novembro de 2003, as autoridades, mais uma vez, se excederam: Makumbe foi preso durante uma reunião pacífica de líderes civis e sindicais, em Harare. Essas prisões constituem outro sinal alarmante do agravamento no tratamento dado aos líderes da sociedade civil em Zimbábue.

# Saneamento do setor público

Quando se deseja avançar na luta contra a corrupção, a participação do setor público é indispensável. Os governos têm uma grande capacidade para levar adiante essa luta, oferecendo o exemplo, além de estarem aptos a sancionar e pôr em vigor leis anticorrupção. A TI trabalha com governos e funcionários para desenvolver estratégias que promovam a integridade, a transparência e a prestação de contas.

## A CORRUPÇÃO POLÍTICA

A corrupção política pode assumir muitas formas, desde a compra de votos e a malversação do dinheiro público, até a exigência de dinheiro em troca de proteção, por parte de funcionários públicos. O Barômetro Global da Corrupção 2003 da TI mostrou que em três de cada quatro países, os cidadãos eliminariam, primeiro, a corrupção dos partidos políticos. O *Relatório Global da Corrupção 2004* (março de 2004) oferece uma variedade de novos enfoques sobre o tema, como: uma lista dos líderes mais corruptos e as quantias supostamente subtraídas, além de uma tabela que revela que, dos 34 países pesquisados nos últimos anos, a maioria tratou de ampliar o alcance da imunidade política para seus governantes, em vez de limitá-la. O livro também inclui as novas Normas da TI sobre Financiamento e Favoritismo Políticos.

Em 2002, os capítulos nacionais da TI na América Latina insistiram na existência de mais transparência nas campanhas políticas, com o uso do instrumento denominado "candidatos visíveis", que solicita àqueles que se candidatam a cargos públicos, que divulguem seu passado, os bens pessoais e as fontes de financiamento de campanha. Os capítulos de países como Argentina, República Tcheca, Guatemala, Nepal, Paquistão, Eslováquia, Taiwan e Turquia, incentivaram os candidatos e os políticos eleitos a fazer declarações públicas sobre as políticas que pretendiam implementar contra



A TI de Zâmbia apresenta ao Ministro do governo local suas recomendações de reforma, em abril de 2003.

a corrupção. No Brasil, a Transparência Brasil elaborou, durante as eleições de 2002, um Compromisso Anticorrupção, que o presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva assinou. O Compromisso listava oito medidas concretas de combate à corrupção. Contudo, o Compromisso não foi cumprido, e apenas uma das medidas propostas foi parcialmente adotada. Ver detalhes em [www.transparencia.org.br](http://www.transparencia.org.br). A TI da Bulgária criou um *Índice de Fontes de Financiamento de Partidos Políticos*. Na Europa e na América Latina, os capítulos da TI analisaram juntos a legislação sobre a regulamentação do financiamento dos partidos. A Bahrain Transparency Society, a TI de Camarões e a TI de Quênia monitoraram as

## TRANSPARÊNCIA NAS ELEIÇÕES DA ARGENTINA



Durante as eleições presidenciais de 2003, na Argentina, o Poder Ciudadano (a TI argentina) lançou uma campanha denominada *Iluminemos o Quarto Escuro*, com o objetivo de expor as eleições. A campanha incluiu a criação de um banco de dados com informações-chave sobre os candidatos e seus gastos de campanha, que foram amplamente divulgadas com a ajuda de ONGs do país. O Poder Ciudadano também instalou um número de telefone gratuito para a população ligar e obter informações sobre o processo eleitoral e denunciar irregularidades, além de fazer reclamações. Durante dois meses antes das eleições, foi feito um levantamento dos meios de comunicação para determinar a cobertura jornalística que cada candidato recebia (ver: [www.poderciudadano.org/elecciones2003](http://www.poderciudadano.org/elecciones2003)).

eleições em seus países, e o capítulo da TI no Camboja publicou o *Guia dos Eleitores* para ajudar os cidadãos a tomar decisões a partir de informações sobre seus possíveis futuros governantes.

## “A corrupção do setor público é um dos maiores obstáculos ao desenvolvimento. Para o Quênia, custa mais de 1 bilhão de euros por ano.”

John Githongo, secretário permanente de Governabilidade e Ética no escritório presidencial e ex-diretor executivo da TI do Quênia.

### O PACTO DE INTEGRIDADE E O PROGRAMA DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS

O Pacto de Integridade da TI (PI) – acordo de “não suborno” para evitar a corrupção nos contratos públicos – já foi implementado em mais de uma dezena de países e em projetos de infra-estrutura em grande escala, em diversos setores, como o de telecomunicações e de transporte público. Em 2003, foram lançados o *Pacto de Integridade* e o *Programa de Contratações Públicas pelo Secretariado da TI*. Recentemente, surgiram novos Pactos de Integridade. Por exemplo: a TI do Equador implementou dois bem-sucedidos PIs em processos de serviços de telecomunicações; a TI da Colômbia os utilizou nos processos de compra de medicamentos e contratação de serviços por parte da autoridade encarregada da previdência social e para o contrato destinado ao projeto do sistema de concessões do aeroporto internacional de Bogotá. Ao mesmo tempo, a TI do Chile está trabalhando junto ao Ministério das Finanças para introduzir o PI em diversos processos de contratação. Os capítulos da TI na Argentina, no México e no Paquistão também realizaram ações nesse sentido. Na Grécia, no Quênia, no Paraguai e em Trinidad e Tobago, os capítulos nacionais promoveram idéias para reformar leis de contratações públicas em seus países, de modo a incentivar a transparência e incluir artigos contra a corrupção. A Transparência Brasil não promove Pactos de Integridade.

### LEIS CONTRA A CORRUPÇÃO E SUA EXECUÇÃO

Os governos possuem a capacidade única de conferir às suas políticas anticorrupção a especificidade que mais se adapte à sua realidade. O capítulo da TI no Camboja trabalhou em 2002 com uma ampla coalizão que incluía a sociedade civil e o governo, a fim de redigir uma lei contra a corrupção, há muito esperada. A TI da Moldávia obteve uma grande conquista, em dezembro de 2002, quando seu governo decidiu adotar as propostas do capítulo para um programa contra a corrupção e a delinqüência. A TI de Madagascar uniu forças com os setores público e privado e a sociedade civil na redação de uma estratégia nacional anticorrupção.

### CÓDIGOS DE CONDUTA

A TI trabalha com governos, juízes e funcionários públicos para a elaboração de códigos de ética para os ocupam cargos públicos. Em julho de 2003, a TI colaborou com o presidente da Nigéria, Olusegun Obasanjo, para a organização de um grupo de estudos para seu novo gabinete, a fim de tratar do tema da ética, no qual o gabinete avaliou e fortaleceu o Código de Conduta para os Ministros. Num esforço para fortalecer a confiança da sociedade no Poder Judiciário, a TI da Bulgária redigiu um Código de Conduta para funcionários do Poder Judiciário, que foi amplamente aceito.

## CAPÍTULOS DA TI

### A corrupção durante a reconstrução após o conflito

A corrupção nas economias do pós-guerra se aproveita das receitas públicas e tributárias, principalmente receitas aduaneiras, de transferências valores de doações e de rendas de monopólios.

No Sri Lanka, doadores internacionais ofereceram bilhões de dólares para ajudar na reconstrução e no reassentamento de pessoas desalojadas. Acredita-se que a ajuda de doadores seria um grande incentivo para colocar um fim no conflito. O capítulo insistiu com o governo e com a comunidade de doadores para que garantissem a implementação de medidas que assegurassem a transparência e a prestação de contas no processo de reconstrução.

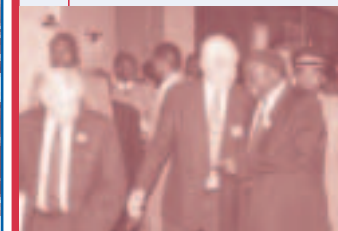
Todo o processo de reconstrução do pós-guerra no Iraque deveria

ser marcado pela transparência e pela prestação de contas. Em diversas ocasiões, a TI mencionou a necessidade da abertura de licitações públicas para a reconstrução da indústria petrolífera do Iraque. A TI também insistiu para que as multinacionais do petróleo “publicassem o que pagavam” ao governo iraquiano ou ao governo interino, no que diz respeito aos contratos de petróleo.

Com o fim da guerra civil, em 1991, o Líbano passou por um longo processo de reconstrução que se mostrou minado pela corrupção, desanimando os investidores estrangeiros e reprimindo a economia. Um estudo publicado recentemente pela TI do Líbano revela o enorme custo da corrupção e seu amplo impacto sociopolítico.

### Quênia

#### Novos começos



*O presidente do Banco Mundial, James Wolfensohn, o presidente da TI, Peter Eigen, e o presidente do Quênia, Mwai Kibaki*

A TI do Quênia formou uma coalizão entre o governo, o setor privado e a sociedade civil em nome da oficialização da

Agência Nacional Anticorrupção. O presidente anunciou o lançamento da Lei de Ética para Funcionários Públicos, que inclui a declaração obrigatória de seus bens, que até mesmo o presidente deve fazer. O fim do regime Moi provocou uma modificação na TI do Quênia, que passou de consultora e conselheira do problema da corrupção para um papel mais ativo, como defensora de soluções mais pragmáticas para reduzi-la.

# Para promover a integridade nos negócios

## PRINCÍPIOS DE NEGÓCIOS PARA COMBATER O SUBORNO

Os *Princípios de Negócios para Combater o Suborno*, publicados em dezembro de 2002, constituem uma iniciativa com o incentivo da TI e da Social Accountability International. Os Princípios de Negócios visam oferecer às empresas um instrumento anticorrupção prático e abrangente, a ser utilizado como ponto de partida para o desenvolvimento de seus próprios sistemas anti-suborno ou como padrão para medir as práticas existentes. Sua elaboração foi supervisionada por uma Comissão Diretora, cujos membros pertencem ao setor privado, ao mundo acadêmico, a sindicatos e a outras organizações não-governamentais.

Os Princípios foram apresentados a diversos grupos de empresários, em *workshops* e seminários preliminares, realizados no mundo todo, incluindo-se o Brasil, em dezenas de cidades importantes. Os *workshops* servem como primeiro passo no processo de comprometer a empresa num esforço sério para combater o suborno em sua organização.

Na França, a Lafarge, grande indústria de material de construção, comprometeu-se a implementá-los e a informar sobre os progressos no relatório de 2004. Na Bélgica, a Solvay e a Bekaert, duas grandes empresas, adaptaram

seus sistemas de acordo com os Princípios. O Fórum Econômico Mundial (em Davos) iniciou um processo anti-suborno nas indústrias de energia, de metalurgia e mineração, de engenharia e construção, aplicando os Princípios a fim de determinar a necessidade de normas específicas para cada indústria.

Os Princípios também serviram de orientação para a implementação de regulamentações de instrumentos como a Convenção da OCDE, para combater o suborno de funcionários públicos estrangeiros nas transações comerciais internacionais, as Regras de Conduta da Câmara de Comércio Internacional (CCI), para Combater a Extorsão e o Suborno, e as disposições anti-suborno das normas revisadas pela OCDE para multinacionais.

A CCI ([www.iccwbo.org](http://www.iccwbo.org)) também publicou um manual de prática empresarial para combater a corrupção – *Fighting Corruption* –, editado pelos membros da comissão anticorrupção da CCI: François Vincke (TI de Bruxelas) e Fritz Heimann (TI dos EUA.), com a colaboração de Michael Davies (TI do Canadá). O livro estimula as empresas a encorajarem a denúncia de práticas corruptas pela criação de políticas internas, segundo as quais os funcionários podem expressar suas preocupações sem medo de represálias.

## A INTERRUPTÃO DO FLUXO DE FUNDOS CORRUPTOS

A Transparency International e alguns dos principais bancos privados do mundo se uniram, em 1999, para formular normas para o sistema bancário internacional, a fim de combater a lavagem de dinheiro em âmbito mundial. A TI tornou possível a criação de um ambiente de confiança mútua, de tal modo que os bancos se mostrassem dispostos a discutir pontos delicados. Em 2000, o Grupo Wolfsberg (que tem esse nome por causa da assembléia de fundação, realizada em Wolfsberg, na Suíça) publicou um compêndio de normas conhecido como *Princípios Wolfsberg para Bancos Privados* ([www.wolfsberg-principles.com](http://www.wolfsberg-principles.com)). Esses Princípios estabeleceram parâmetros para determinar a identidade de seus clientes e a natureza das transações que os bancos realizam para tais clientes. Em novembro de 2002, o grupo ampliou sua abrangência com o lançamento dos *Princípios para Combater a Lavagem de Dinheiro nos Bancos Correspondentes*. O papel da TI no Grupo Wolfsberg continua voltado para o assessoramento, e está interessada em que o grupo expanda suas atividades no mundo todo, com a convicção de que futuros escândalos não poderão ser evitados, a menos que os centros financeiros mal controlados melhorem seus padrões.

## “Os investidores tendem a se afastar de países com altos níveis de corrupção. E os países que mais necessitam de investimentos estrangeiros costumam ser aqueles mais afetados pela corrupção.”

Peter Eigen, Presidente da Transparency International, para o *Boletim do Fundo Carnegie*, Edição 4, 2002

### RECUPERAÇÃO DE FUNDOS DESVIADOS FRAUDULENTAMENTE DOS PAÍSES EM DESENVOLVIMENTO

A TI trabalhou para identificar os modos pelos quais os bancos podem contribuir, coletivamente, para a luta contra o desvio ilegal de dinheiro do Estado por parte de políticos, seus associados e empresas coligadas.

Em decorrência de iniciativas mundiais, os capítulos nacionais africanos da TI continuaram trabalhando em uma estratégia integral para combater a lavagem de dinheiro e o desvio ilegal de dinheiro público na região. O *Plano de Ação de Nyanga* (denominação que se deve a Nyanga, no Zimbábue, onde os capítulos da TI iniciaram a campanha, em 2001) inclui a medição de incidência e a comunicação das causas, além de um dispositivo para documentação e pesquisa. O grupo procura avaliar e fazer pressão sobre governos nacionais e, igualmente, sobre organizações intergovernamentais de âmbito mundial.

Nas negociações realizadas em torno das convenções da ONU e da União Africana para combater a corrupção, a TI sugeriu a incorporação de recursos para fomentar a mútua assistência legal nos casos de recuperação de dinheiro.

### ESTÍMULOS À TRANSPARÊNCIA NAS RECEITAS QUE VÊM DO PETRÓLEO

Como membro fundador da campanha *Publique o que Paga*, que agora reúne mais de 150 ONGs de todo o mundo, a TI continua seu trabalho para melhorar a administração financeira do setor público de países com riqueza de recursos. Em 2003, a TI e seus associados na campanha *Publique o que Paga* reuniram-se com representantes de empresas petrolíferas e mineradoras, de governos e de organizações civis para conseguir respaldo para essa iniciativa.

A coalizão se concentra no papel de organizações financeiras internacionais, bancos, investidores e entidades doadoras, e estuda diversos mecanismos reguladores potenciais.

A TI comemorou a *Iniciativa de Transparência nas Indústrias Extrativas* lançada pelo governo do Reino Unido, em 2002. Mas há reservas quanto à eficácia de um plano voluntário, no qual a informação seja compilada de maneira genérica, e não por empresa, individualmente. A TI do Reino Unido e os capítulos da TI em países produtores de petróleo demonstraram sua liderança ao estimular a transparência nas receitas derivadas do óleo bruto. Em novembro de 2003, o presidente da Nigéria transmitiu uma enérgica mensagem em Berlim, na qual se comprometeu a publicar abertamente todas as receitas nacionais provenientes da indústria petrolífera.

## CAPÍTULOS DA TI

### Reino Unido

#### Dinheiro limpo, Dinheiro sujo

Londres funciona como centro que lidera as finanças internacionais.



Por causa disso, a TI do Reino Unido formou, em 2002, um Grupo de Trabalho sobre Lavagem de Dinheiro para supervisionar a elaboração de um relatório das investigações sobre atividades desse tipo, nos círculos de entidades financeiras e de profissionais da área.

Como resultado, foi publicado *Dinheiro Limpo, Dinheiro Sujo – A Lavagem de Dinheiro no Reino Unido*, que contém 18 recomendações para a dissuasão e detecção dos responsáveis pela lavagem de dinheiro, para a expansão das atividades cobertas pelo sistema antilavagem de dinheiro no Reino Unido e para

a melhoria do atual enfoque fragmentado a ser posta em prática por leis pertinentes.

A preocupação da TI do Reino Unido se concentra no fato de que o dinheiro lavado costuma ser utilizado, também, para legitimar receitas provenientes de atos de corrupção. A prevenção da lavagem de dinheiro deveria fazer parte do arsenal de qualquer governo para combater todo tipo de corrupção e de subornos.

### Ilhas Maurício / Gâmbia

#### O trabalho com empresas na África

Em 2003, a Transparência de Maurício manteve o tempo todo o enfoque no setor privado, no que diz respeito à comunicação e à divulgação dos Princípios de Negócios para Combater o Suborno. Em âmbito nacional, trabalhou juntamente com a Comissão de Governo Corporativo, o Conselho Econômico Conjunto, a Câmara de Comércio e Indústria de Maurício, e a American Management Services Company (empresa americana de serviços de administração).

Outro enfoque é o do capítulo nacional da TI em Gâmbia, que colaborou com a TI do Reino Unido para a criação do *Guia de Negócios para Empresas do Reino Unido que Trabalham em Gâmbia*. Esse guia prático esboça um plano sobre como as empresas podem evitar o envolvimento em atividades corruptas. Ele servirá como projeto piloto de colaboração entre capítulos nacionais da TI para combater a procura e a oferta de suborno e corrupção.

# Compromisso das organizações mundiais

Durante 2003, a Transparency International contribuiu para a formação de um marco internacional abrangente para combater a corrupção. Ajudamos a redigir as convenções anticorrupção e continuamos a supervisionar seu cumprimento. Tentamos convencer seus detratores – que subestimam a importância de normas universais de condenação de delitos – de que eles são repudiados por todas as culturas e sociedades.

## AS NAÇÕES UNIDAS

A TI participou de diversas iniciativas contra a corrupção patrocinadas por organismos da Organização das Nações Unidas (ONU), a exemplo da redação e do processo de negociação voltados para a adoção da *Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção* (ver quadro na página 13).

O Global Compact das Nações Unidas, ao qual aderiram mais de mil empresas e organizações, é um esforço mundial para esquematizar normas voluntárias para a cidadania corporativa. A TI trabalhou com o capítulo do Global Compact para avaliar como a Convenção da ONU contra a Corrupção pode se refletir no Pacto. A TI recomendou a incorporação da transparência como seu décimo princípio orientador. Em 2003, a TI foi promovida à categoria de Assessora Especial do Conselho Econômico e Social da ONU (Ecosoc).

## O BANCO MUNDIAL

Em março, a TI teve uma reunião com o presidente do Banco Mundial e sua equipe. Ressaltou que havia se concentrado mais em combater a corrupção no setor privado e que conseguira melhorar a luta contra a corrupção nos contratos públicos. A TI apresentou instrumentos, como o Pacto de Integridade e os Princípios de Negócios para Combater o Suborno. Foram identificados futuros caminhos de colaboração.

## ORGANIZAÇÃO PARA COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Infelizmente, os países demonstraram baixo nível de compromisso com a Convenção Anti-suborno da OCDE para punir o suborno de funcionários públicos estrangeiros. Embora 35 países tenham ratificado a Convenção e sancionado a legislação que a regulamentava, entre eles o Brasil, sua aplicação foi deficiente ou nem existiu. A TI analisou seu cumprimento pelos Estados signatários e fez pressão para melhorar essa aplicação. No terceiro trimestre de 2003, os capítulos regionais da TI realizaram pesquisas em seus países sobre o nível de aplicação e redigiram 11 relatórios sobre os resultados. Em outubro de 2003, após a reunião, em Paris, com 39 especialistas de 19 países, a TI entregou um relatório ao Grupo de Trabalho da OCDE sobre Subornos, tratando dos obstáculos que impedem a aplicação. A TI recomendou, firmemente, aos governos que tomassem uma série de medidas que compreendiam: estabelecer autoridades nacionais centrais responsáveis por combater o suborno de estrangeiros, destinar mais recursos para a aplicação da Convenção e a conscientização da sociedade, aumentar o número de canais de informações e melhorar a colaboração legal internacional, incluindo a colaboração com países em desenvolvimento.

O processo de fiscalização de parceiros para supervisionar a implementação da Convenção também é de importância vital, e a TI trabalhou para apoiar seu funcionamento contínuo. Assim que se tornou evidente que a escassez de pessoal e o financiamento insuficiente punham em perigo o sucesso do processo (Fase II do processo de monitoramento), a TI lançou uma campanha, no segundo semestre de 2002, destinada a protestar contra os cortes no orçamento para a Secretaria que atende o Grupo de Trabalho da OCDE. Essa campanha deu resultado: os países ratificaram o financiamento total do processo de monitoramento para os anos de 2003 e 2004. Como consequência, além de realizar a fiscalização de um país em 2001 (Finlândia) e executar o monitoramento de três em 2002 (EUA, Islândia e Alemanha), outros quatro países foram submetidos à fiscalização do Grupo de Trabalho da OCDE em 2003 (Bulgária, Canadá, França e Noruega), e estão sendo planejadas outras sete fiscalizações para 2004. Os capítulos nacionais da TI enviaram relatórios sobre a maioria dessas fiscalizações para o Grupo de Trabalho da OCDE.

Para combater o baixo nível de conhecimento da Convenção da OCDE, o que é mais evidente entre as empresas dos países desenvolvidos, a TI realizou esforços para divulgar mais informações a respeito da Convenção e das legislações nacionais anti-suborno, pelos meios de comunicação e em conferências e *workshops* realizados no mundo todo.



## SANEAMENTO DO CRÉDITO PARA AS EXPORTAÇÕES

No ano passado, a TI colaborou com o Grupo de Trabalho da OCDE sobre Créditos e Garantias para as Exportações (ECG), de modo a supervisionar o alcance do andamento da Convenção Anti-suborno da OCDE em transações comerciais beneficiadas por programas oficiais de crédito para as exportações. Os capítulos nacionais da TI de vários países signatários da Convenção da OCDE examinaram o progresso registrado em suas respectivas Entidades de Crédito para as Exportações e ministérios de governo. No relatório enviado ao ECG, em abril de 2003, a TI enfatizou que, embora a maior parte das Entidades de Crédito para as Exportações tenha tomado medidas anti-suborno a partir de 2000, era necessário um plano de ação mais severo, principalmente em casos em que tinha havido “prova suficiente da existência de subornos”.

## DESENVOLVIMENTO DE NORMAS GLOBAIS PARA O PODER JUDICIÁRIO...

O Barômetro Global da Corrupção 2003 da TI demonstrou que existe uma percepção generalizada da existência de corrupção no Poder Judiciário. Em novembro de 2002, a TI e o Programa Global das Nações Unidas de Luta contra a Corrupção convocaram uma reunião de presidentes de Cortes Supremas de alguns países selecionados, em Haia. O grupo concluiu as *Normas de Conduta Judicial de Bangalore*. Param Cumeraswamy, relator especial das Nações Unidas sobre a independência do Poder Judiciário (e vice-presidente da TI da Malásia), assistiu à reunião e incorporou as Normas de Bangalore a seu relatório para a Comissão de Direitos Humanos da ONU. As Normas contaram com o apoio dos Estados membros da Comissão, em abril de 2003.

## ...E PARA OS PROCESSOS DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS

A TI insistiu para que a Organização Mundial do Comércio (OMC) reconhecesse a importância de combater a corrupção transnacional nas transações comerciais. A OMC é a única instituição de importância e alcance mundial que não iniciou programas de luta contra a corrupção. Na reunião ministerial da OMC, realizada em Cancún, em setembro de 2003, diversos países se negaram a iniciar negociações sobre um acordo de Transparência nos Contratos Governamentais. Apesar da tentativa fracassada de Cancún, a TI insiste que a OMC continue trabalhando com o intuito de conseguir um acordo multilateral de transparência nos contratos públicos.

## A pedra fundamental do movimento anticorrupção: a Convenção das Nações Unidas

As negociações da Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção tiveram um final bem-sucedido no final de 2003, e muitos governos, entre os quais o brasileiro, assinaram a Convenção em Mérida, de 9 a 11 de dezembro de 2003. A Convenção entrará em vigor após ser ratificada por 30 países.

A Convenção é precursora no estabelecimento de normas e procedimentos para a luta mundial contra a corrupção, e na promoção da colaboração internacional para sua prevenção e punição, e para a devolução de dinheiro subtraído ilegalmente.

A TI participou de todas as seções de negociação como observadora, e entregou propostas ao comitê de redação de cada seção.

Depois de mais de dois anos e meio de negociações, ainda existem alguns pontos fracos. Um artigo fundamental que exigia mudanças legislativas e de políticas voltadas para conseguir transparência e prestação de contas no financiamento de partidos políticos foi substituído por um frágil dispositivo optativo – o preceito

que exigia dos Estados a punição dos subornos no setor privado foi transformado em facultativo, embora nem por isso deixe de ser um avanço significativo. Além disso, a supervisão da Convenção fica a critério dos Estados membros, que deverão se reunir novamente um ano depois que a Convenção entrar em vigor.

Como primeiro instrumento mundial de luta contra a corrupção, a Convenção oferece uma oportunidade para a tomada de consciência e o compromisso público para erradicar a corrupção. A vontade política é fundamental para garantir o sucesso dela, principalmente para conseguir a erradicação e a prevenção eficaz da corrupção.

A TI se compromete a colaborar com a Agência contra Drogas e Delitos da ONU na continuação construtiva para estimular os Estados a assinar, ratificar e implementar a Convenção, e para supervisionar seu progresso. A tarefa imediata é insistir para que os Estados a ratifiquem, de modo que possa ser transformada num instrumento ativo e com vínculos jurídicos.

ENFOQUE

**“(A corrupção) degrada a democracia, solapa a força da lei, deforma os mercados, elimina o progresso econômico e nega a muitos o seu direito de obter recursos.”**

Kofi Annan, secretário-geral das Nações Unidas, junho de 2003

### ÁFRICA

Na reunião de cúpula de Maputo, realizada de 10 a 12 de julho de 2003, os chefes de Estado da União Africana (UA) adotaram a Convenção da UA para Evitar e Combater a Corrupção, o que abriu caminho para o projeto de um instrumento africano de luta contra o suborno e para ajudar os países a cumprir a promessa realizada a partir da Nova Estratégia de Cooperação para o Desenvolvimento Africano (Nepad). A Convenção da UA está aberta para assinatura e ratificação por parte de seus Estados membros. A TI estimula os países a demonstrarem sua capacidade de liderança, comprometendo-se com esse novo instrumento.

A Convenção garante acesso à informação e a participação da sociedade civil e dos meios de comunicação para supervisionar esse acesso. Ela proíbe a utilização de fundos originados de práticas ilícitas e corruptas para financiar partidos políticos, e exige que os Estados signatários adotem uma legislação que possibilite a repatriação de receitas derivadas de atividades corruptas. Os capítulos africanos da TI contribuíram para o debate e a redação da Convenção, e muitas de suas recomendações foram incorporadas ao texto final. Para entrar em vigor, a Convenção deverá ser ratificada por 15 países. Com o objetivo de ampliar a consciência sobre a Convenção e aumentar o compromisso da cidadania com esse processo, a TI publicou uma versão simplificada de seu texto, em outubro de 2003.

### AMÉRICAS

A Convenção Interamericana Contra a Corrupção, de 1996, foi ratificada por 29 dos 34 Estados membros da Organização dos Estados Americanos (OEA). Oferece um programa de ação para reduzir a corrupção no setor público nas três Américas. Exige a punição de uma ampla gama de atos corruptos, maior aplicação das leis, aumento da colaboração judicial e fortalecimento das medidas preventivas, como códigos de conduta, divulgação de bens dos corruptos e proteção para os denunciantes.

Com exceção de dois países, os Estados signatários participam do processo de continuidade para promover a implementação e a prática da Convenção. Na primeira rodada, os governos responderam um questionário sobre dispositivos específicos, incluindo medidas preventivas, órgãos de fiscalização e participação da sociedade civil. Um Comitê de Especialistas, que reúne representantes de todos os países participantes, deu início à supervisão do cumprimento desses dispositivos por parte dos países.

Em 2003, o Comitê terminou o processo de fiscalização na Argentina, Colômbia, Nicarágua e no Paraguai. Os capítulos da TI em cada um desses países entregaram à Comissão uma avaliação independente sobre a atuação de seu governo. O Comitê publicou os relatórios finais, nos quais indica que levou em consideração os resultados da TI. Em fevereiro de 2004, Chile, Equador, Panamá e Uruguai serão submetidos à fiscalização. Os capítulos da TI nesses países já apresentaram ao Comitê avaliações por escrito acerca do cumprimento da Convenção por parte de seus governos.

A TI incentivou a ampla participação da sociedade civil e a transparência no processo de continuidade. Contudo, diversas questões ainda continuam a preocupar. Enquanto o Comitê publicava vários documentos-chave no sítio da OEA na internet, alguns países participantes negavam o acesso público às respostas que deram ao questionário. Outro problema é a excessiva lentidão na fiscalização. No ritmo atual, a primeira etapa da fiscalização terminará em 2006. Será preciso garantir o financiamento de todo o processo, para que o pessoal profissional consiga realizar avaliações procedentes, precisas e significativas.

## ÁSIA E PACÍFICO

Os governos de países da Ásia e do Pacífico avançaram em seu compromisso ao Plano Conjunto Anticorrupção para a Ásia e o Pacífico. A iniciativa, com o respaldo de 18 países a partir de novembro de 2003, detalha medidas prioritárias que devem ser aplicadas, em âmbito nacional, aos setores público e privado e à sociedade civil. A TI foi representada na Comissão Diretora desde o surgimento do Plano, e todos os capítulos nacionais da TI da região assistiram à reunião anual do Plano, realizada em Kuala Lumpur, em dezembro de 2003.

Os representantes da TI da Austrália e da Indonésia estavam presentes na reunião da Comissão Diretora, que ocorreu em Jacarta, em março de 2003, a qual, pela primeira vez, foi aberta ao público. A apresentação da TI ressaltou o vínculo potencial entre o Plano de Ação e a nova Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção, assim como outras iniciativas, a exemplo do Acordo de Transparência da Cooperação Econômica da Ásia e do Pacífico (Apec)

## EUROPA

Enquanto a União Européia (UE) admitiu dez novos membros em 2004, a corrupção continua a encabeçar a lista de prioridades a serem abordadas. Os capítulos nacionais da TI na Bulgária, República Tcheca, Estônia, Letônia, Lituânia, Polônia, Romênia e Eslováquia supervisionaram o progresso de seus países quanto à implementação da legislação da UE, e mais especificamente, de políticas anticorrupção.

Em novembro de 2002, o Open Society Institute, em associação com a TI, publicou dez estudos sobre países que deixaram de ser comunistas e solicitavam sua incorporação à UE. O relatório insistia no fato de que, apesar do recente progresso, ainda há corrupção política e pontos fracos permanentes nos processos de contratos públicos, e no fato de que a UE precisa examinar com urgência maneiras de supervisionar a política contra a corrupção, até o momento da incorporação e logo após ela se concretizar. Em 2003, os capítulos nacionais da TI entregaram, mais uma vez, sua opinião especializada ao Diretório de Ampliação da Comissão Européia, para seu relatório anual sobre os progressos de países que se candidatam a entrar para o grupo.

Enquanto isso, a TI belga supervisionou os avanços na política anticorrupção da Comissão Européia e ofereceu informações substanciais. Embora a maioria dos marcos jurídicos europeus e internacionais estejam em funcionamento nos países da UE, até o momento não se conhecem casos submetidos aos tribunais que trabalham sob a nova legislação de corrupção internacional. No entanto, a partir de 2003, a Comissão Européia pode incapacitar pessoas físicas ou empresas envolvidas em práticas corruptas, mesmo que não tenham sido condenadas por decisão definitiva de um tribunal. Essa sanção proíbe as partes envolvidas de participar de contratos futuros.



## CHRISTINE MUNALULA Aproveitamento de oportunidades em Zâmbia



Segundo Christine Munalula, é impossível não encontrar corrupção em Zâmbia. “Basta entrar em uma instituição pública para vê-la”, afirma. “A corrupção é sistêmica.”

Em seu trabalho anterior para a educação de cidadãos sobre governabilidade e direitos humanos, Munalula percebeu que muitos dos problemas que enfrentavam poderiam ser re-

duzidos à corrupção. E ela se pergunta: “Para que educação cívica, se a estrutura e as instituições estão deterioradas?”

Com 34 anos, a diretora executiva da TI de Zâmbia participou do capítulo nacional desde o início. Com formação de assistente social, recebeu a tarefa de coordenar a criação de um grupo de contato da TI, e continuou trabalhando até formar o capítulo. Hoje, depois de apenas dois anos, a TI de Zâmbia é uma ONG independente, com equipe de seis pessoas e ampla rede de voluntários.

Ainda assim, o grupo enfrenta grandes desafios. Munalula ressalta que, durante os dez anos de mandato do ex-

presidente Frederick Chiluba, houve praticamente o “colapso do sistema legal”. O estudo de caso sobre Zâmbia, do Sistema Nacional de Integridade, publicado recentemente pela TI, afirma que **“a corrupção se infiltrou nas estruturas governamentais, desde o Executivo até os funcionários de hierarquia mais baixa”**.

Munalula observa que o atual governo do presidente Levy Mwanawasa conferiu alta prioridade à luta contra a corrupção. Deu luz verde para investigar a suposta corrupção durante a era Chiluba e para pressionar no sentido de suspender a imunidade do ex-presidente.

Quando lhe perguntam sobre a reforma mais urgente para seu país, Munalula responde que a Constituição, que concentra o poder nas mãos do presidente, deve ser reformada. “Com um bom presidente, tudo estará bem, mas com um mau presidente, nós teremos problemas”, afirma. “Simplesmente, não podemos depender da boa vontade da pessoa que detém o poder. Precisamos de instituições que sejam mais poderosas do que os indivíduos.”

A TI de Zâmbia trabalha para que as leis e as instituições se mostrem mais eficazes no momento de prevenir a corrupção. O estudo mais recente do grupo se concentrou na uti-

lização e na administração dos fundos públicos.

“Atualmente, quando propomos um tema, recebemos resposta do governo”, comenta Munalula. Quando o capítulo publicou seu Índice de Percepções da Corrupção Nacional, em 2002, com uma classificação da opinião pública sobre as instituições governamentais, tanto a polícia, considerada a mais corrupta, quanto as autoridades encarregadas do pagamento de aposentadorias, responderam com uma campanha para melhorar sua imagem. “Isso é promissor”, diz Munalula. Agora, a TI de Zâmbia tem a oportunidade de se comprometer diretamente com o governo.

O grupo também procura mobilizar a opinião pública, utilizando folhetos, dramatizações e *workshops* num trabalho comunitário.

Contudo, embora se vislumbre um futuro animador, Munalula nega firmemente que seja otimista. Diz que se trata apenas de aproveitar o que está ocorrendo na atualidade. Neste momento, há muita vontade política para combater a corrupção em Zâmbia. E ela afirma: “Vamos aproveitar essa oportunidade para fomentar muitas das reformas que desejamos, antes que mudem de opinião!”

## YURI BATURIN



## Outro salto gigante para Yuri Baturin, presidente da TI da Rússia

Yuri Baturin é um dos poucos privilegiados cuja profissão vai desde advogado, matemático, cientista político, até jornalista, escritor e cosmonauta. Em seu papel de cosmonauta, Yuri Baturin teve de acompanhar Dennis Tito, o primeiro turista espacial, até a Estação Espacial Internacional. No entanto, o último salto de Yuri Baturin

restringiu-se ao planeta Terra, na Transparency International da Rússia, da qual é presidente desde 2000.

Yuri nasceu em 1949. É casado e tem uma filha. Passou boa parte de sua vida terrestre em Moscou. Estudou engenharia aeroespacial, direito, jornalismo, e frequentou a Academia Militar Profissional. Trabalhou

como assessor da Fundação Gorbachev no início da década de 1990, e recebeu muitos prêmios, entre eles, o de *Herói da Federação Russa* (2001)

Quando lhe perguntam sobre as profissões às quais se dedicou, ele diz: “A mudança faz parte da vida. Se a pessoa sabe aproveitar bem as mudanças, não irá se arrepender

ao encerrar um capítulo, encarando suas novas tarefas com entusiasmo e vitalidade”. E o que o levou a escolher a luta contra a corrupção como sua atual profissão? “Diante das alternativas de aceitar o *status quo* ou lutar contra a corrupção, o que se imagina que eu deveria fazer?”, replica.

Continua na página 17 >>



O corte ilegal de árvores está causando muitos estragos ao meio ambiente na Indonésia, declara Emmy Hafild. Aos 41 anos, a secretária-geral da TI da Indonésia descreve um panorama sombrio na administração florestal de seu país.

A maioria das matas naturais da Indonésia desapareceu, afirma Hafild, e as poucas áreas que restaram dentro dos parques nacionais estão sendo ameaçadas. E qual é o principal motivo dessa altíssima taxa de desmatamento na Indonésia? A corrupção.

Hafild adverte que a situação vem piorando. No passado, a concessão de autorização para o corte de árvores, assim como a supervisão da produção e os planos de novas plantações, estavam a cargo do Ministro de Recursos Florestais. Tratava-se de um processo fechado, com concessões para os amigos do ex-presidente Mohamed Suharto e para empresas de militares. Enquanto, antes, a corrupção ficava circunscrita a um pequeno círculo formado pelos aliados de Suharto, agora chega a todos os setores, e a máfia até força o envolvimento de cidadãos comuns em atividades corruptas.

Depois de duas décadas de campanha a favor da preservação florestal e do meio ambi-

ente, Hafild afirma que a transição para combater a corrupção era natural, uma vez que essa corrupção está no centro de uma péssima política ambiental. "Atualmente, o sistema todo é corrupto", comenta. "A mudança da política causará um impacto limitado, enquanto persistir a corrupção."

A TI da Indonésia, da qual Hafild foi co-fundadora em 2000, não se concentra apenas em temas ambientais. Sua principal preocupação é fazer com que os indonésios tomem consciência da importância do combate à corrupção, fixando a mensagem de que **"corrupção significa roubar dinheiro do povo"**.

O capítulo supervisiona e faz pressão para fomentar a

transparência e a prestação de contas na administração de fundos públicos, incluindo os impostos sobre propriedades e construção, os fundos de previdência social dos trabalhadores e os fundos de peregrinação muçulmana administrados pelo Estado. Recentemente, três distritos locais aceitaram participar de projetos pilotos que abordariam os esforços para combater a corrupção de um ponto de vista mais integral, com orçamento participativo.

Hafild admite que, sob pressão, assume riscos pessoais. Seu telefone e seu celular estão grampeados, afirma. Contudo, o fato de não realizar suas próprias investigações anticorrupção alivia um pouco

a carga da TI da Indonésia. Em contrapartida, seus amigos da Vigilância da Corrupção na Indonésia e de outras ONGs locais enfrentam ameaças constantes, até mesmo com a perseguição de gangues contratadas por partidos políticos.

Hafild se mostra moderadamente otimista quanto ao futuro. Lembra-se das decepções a partir de 1998, quando os indonésios ouviram promessas de uma rápida transformação para um governo honesto e democrático.

"Reduzir a corrupção implica uma longa peregrinação, e não uma corrida de velocidade", comenta Hafild. Embora tenham sido conseguidos alguns progressos, a exemplo da tão esperada aprovação, em

dezembro de 2002, de um projeto de lei para formar uma comissão anticorrupção, ainda falta vontade política.

Tendo em vista as eleições presidenciais e gerais do próximo ano, a TI da Indonésia está fazendo uma campanha contundente pela transparência e pela prestação de contas no plano político, especialmente para que aqueles que se candidatem à presidência sejam honestos. "Com sorte, as eleições do próximo ano serão limpas e nossos novos líderes serão mais responsáveis do que os atuais", anuncia Hafild.

Continuação da página 16 >>

No ano em que Baturin se incorporou à TI, a Rússia estava no 82º lugar entre os 90 países do Índice de Percepções da Corrupção, de 2000. Nos anos seguintes, houve uma ligeira melhora. O Barômetro Global da Corrupção, lançado em 2003, mostra um panorama um pouco mais sutil e identifica os par-

tidos políticos e a polícia como os setores mais corruptos do país.

O Relatório Global da Corrupção 2003 observa que "em tais circunstâncias, as pessoas tendem mais a ajudar ao próximo, mas duvidam quanto a fazerem funcionar as instituições democráticas que não inspiram confiança".

Baturin sabe disso muito bem, mas vê uma saída na relação recíproca entre corrupção e desenvolvimento: "Quanto mais a economia se sair bem, menor será a corrupção; quanto maior for a democracia de fato, menor será a corrupção; e quanto mais firme estiver o Estado de Direito, menor será a corrupção".

Ele acredita que a Rússia não precisa de reformas anticorrupção específicas. Pelo contrário, encara a investigação da corrupção e a liberdade de informação em sua luta contra a corrupção, convencido de que esses itens conseguirão refrear a corrupção e estimular o desenvolvimento automaticamente.

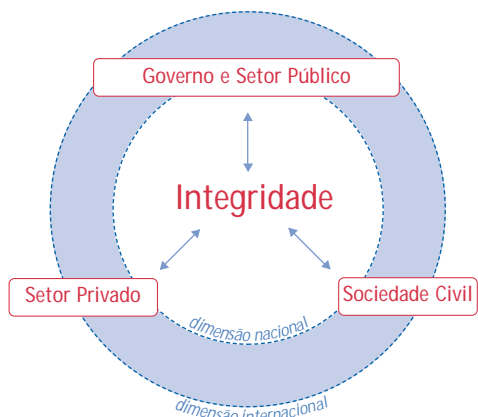
Isso já se reflete no trabalho da TI da Rússia, com a busca de informações que definam os projetos do capítulo, tanto em âmbito nacional quanto regional.

As atitudes de Baturin, seu compromisso e sua experiência rica o colocam numa posição privilegiada para combater a corrupção na Rússia.

É um prazer para a Transparency International contar com sua colaboração. "Tempos extenuantes nos esperam", afirma Baturin, "mas o futuro é claro, garanto."

# Para traçar o nosso futuro

“Ao mesmo tempo em que a TI entra em sua segunda década de vida, estamos enfrentando um cenário mundial de rápidas mudanças”, afirma David Nussbaum, diretor-executivo do Secretariado da TI. Para estruturar seu desenvolvimento para os próximos três a cinco anos, a TI deu início a um processo de planejamento estratégico.



Em 2003, a Transparency International comemorou seu décimo aniversário, tempo em que acumulou diversos sucessos. Hoje, é reconhecida como a principal ONG internacional dedicada a combater a corrupção, seja em âmbito nacional ou internacional. Apesar dos avanços conquistados, a corrupção continua sendo uma força nociva, que gera pobreza e distorce a vida política, econômica e social.

## UM MARCO ESTRATÉGICO

O processo de planejamento estratégico implicou extensas consultas ao movimento e aos participantes externos. O plano nos permitiu definir a visão e a missão da TI, além de conseguir consenso para o enfoque e as prioridades do trabalho da TI.

Com esse diálogo, a TI pôde articular sua **visão de um mundo no qual o governo, os políticos, as empresas, a sociedade civil e o cotidiano do povo fiquem livres de corrupção.**

A TI procura desenvolver uma experiência cada vez mais concentrada, ao mesmo tempo em que promove uma participação mais ativa e mais respaldo, principalmente por meio dos capítulos nacionais.

A fim de colocar em prática sua visão, a TI define sua **missão como um trabalho no sentido de favorecer mudanças para um mundo livre de corrupção.**

O processo de planejamento reflete as características que diferenciam a organização. A TI irá estruturar seu trabalho a partir dos seguintes pontos fortes para concretizar sua missão:

- Claro enfoque sobre a corrupção.
- Experiência prática nacional e internacional por meio de sua ampla rede de capítulos nacionais, do Secretariado Internacional, de voluntários e de conselheiros.
- Desenvolvimento de instrumentos e fontes de conhecimento em âmbito nacional e internacional.
- Concentração na formação de coalizões.

Nesse processo, a TI identificou as seguintes áreas de enfoque para os próximos três a cinco anos: Programas, Financiamento e Arrecadação de Fundos, e Organização.

# “Trabalhar de modo a *propiciar mudanças* para um mundo livre de corrupção”. É assim que a TI define sua missão.

## PROGRAMAS

O processo de planejamento estratégico trouxe a oportunidade de dar prioridade para áreas de programas de luta contra a corrupção. Foram identificadas quatro “prioridades-chave mundiais”:

- Reduzir a corrupção na política.
- Erradicar a corrupção dos contratos públicos.
- Ampliar as normas anticorrupção para o setor privado.
- Conquistar avanços nas convenções internacionais contra a corrupção.

No futuro, a TI continuará a desenvolver programas em âmbito nacional e internacional, e colocará mais ênfase no desenvolvimento de políticas e iniciativas baseadas em uma sólida investigação. A TI reforçará sua voz, concentrando-se mais em definir, expressar e promover suas políticas e seus pontos de vista.

## FINANCIAMENTO E ARRECADAÇÃO DE FUNDOS

A fim de assegurar um sólido futuro financeiro, a TI desenvolveu uma estratégia de arrecadação de fundos diferente, que contribui para a concretização da missão e da tarefa programática da organização, administrando os conflitos de interesse e levando em consideração a crescente atribuição de fundos. Além disso, a TI irá melhorar a transparência de suas finanças e de seus processos internos.

## ORGANIZAÇÃO

Uma vez que se trata de uma organização cuja tarefa principal é enfrentar questões de prestação de contas e governabilidade, é fundamental que a TI desenvolva e enriqueça seus próprios esquemas de governabilidade. A organização promoverá a transparência em sua Diretoria, em sua administração e em suas atividades, e também na administração, nas estruturas e nas atividades dos capítulos nacionais. Trabalhará, igualmente, de forma efetiva com especialistas voluntários externos e dará início a uma nova estrutura organizacional para o Secretariado.

## O CAMINHO A SEGUIR

À medida que a TI cresce, amadurece e prossegue em sua luta contra a corrupção, enfrenta desafios novos e antigos. O marco estratégico, submetido à aprovação do Conselho Diretor, depois de uma ampla consulta dentro do movimento da TI, procura continuar seu trabalho de construção sobre os sucessos e os pontos fortes da organização. Sua visão permanece firme no caminho a seguir, e não fraqueja no momento de responder a desafios futuros na luta por um mundo livre de corrupção.



*lutar contra a corrupção*

## O Índice de Percepções da Corrupção (IPC) mostra que nove em cada dez países em desenvolvimento precisam de apoio prático para lutar contra a corrupção.

Este Índice publicado pela Transparency International (TI) reflete a percepção de corrupção de empresários, acadêmicos e analistas de risco. O IPC de 2003 registra níveis de corrupção em 133 países. Sete em cada dez obtiveram resultado menor que 5 numa pontuação de até 10, enquanto cinco em cada dez países em desenvolvimento obtiveram uma pontuação menor que 3. Não é apenas em países pobres que existe corrupção; há também níveis altos, muito preocupantes, em países europeus, a exemplo da Grécia e da Itália, e em países potencialmente ricos em petróleo, como Nigéria, Angola, Azerbaijão, Indonésia, Casaquistão, Líbia, Venezuela e Iraque.

Posição	País	Pontuação	Pesquisas utilizadas	Desvio padrão
1	Finlândia	9.7	8	0.3
2	Islândia	9.6	7	0.3
3	Dinamarca	9.5	9	0.4
	Nova Zelândia	9.5	8	0.2
5	Cingapura	9.4	12	0.1
6	Suécia	9.3	11	0.2
7	Países Baixos	8.9	9	0.3
8	Austrália	8.8	12	0.9
	Noruega	8.8	8	0.5
	Suíça	8.8	9	0.8
11	Canadá	8.7	12	0.9
	Luxemburgo	8.7	6	0.4
	Reino Unido	8.7	13	0.5
14	Áustria	8.0	9	0.7
	Hong Kong	8.0	11	1.1
16	Alemanha	7.7	11	1.2
17	Bélgica	7.6	9	0.9
18	Irlanda	7.5	9	0.7
	EUA	7.5	13	1.2
20	Chile	7.4	12	0.9
21	Israel	7.0	10	1.2
	Japão	7.0	13	1.1
23	França	6.9	12	1.1
	Espanha	6.9	11	0.8
25	Portugal	6.6	9	1.2
26	Omã	6.3	4	0.9
27	Bahrein	6.1	3	1.1
	Chipre	6.1	3	1.6
29	Eslovênia	5.9	12	1.2
30	Botsuana	5.7	6	0.9
	Taiwan	5.7	13	1.0
32	Catar	5.6	3	0.1
33	Estônia	5.5	12	0.6
	Uruguai	5.5	7	1.1

**“A luta contra a corrupção é uma longa batalha durante a qual não se pode dar o braço a torcer. ... Afinal, nenhum país obteve 10 nas tabelas da Transparency.”**

*Cameroon Tribune, 8 de outubro de 2003*

Posição	País	Pontuação	Pesquisas utilizadas	Desvio padrão
35	Itália	5.3	11	1.1
	Kuweít	5.3	4	1.7
37	Malásia	5.2	13	1.1
	Emirados Árabes Unidos	5.2	3	0.5
39	Tunísia	4.9	6	0.7
40	Hungria	4.8	13	0.6
41	Lituânia	4.7	10	1.6
	Namíbia	4.7	6	1.3
43	Cuba	4.6	3	1.0
	Jordânia	4.6	7	1.1
	Trinidad e Tobago	4.6	6	1.3
46	Belize	4.5	3	0.9
	Arábia Saudita	4.5	4	2.0
48	Maurício	4.4	5	0.7
	África do Sul	4.4	12	0.6
50	Costa Rica	4.3	8	0.7
	Grécia	4.3	9	0.8
	Coreia do Sul	4.3	12	1.0
53	Belarus	4.2	5	1.8
54	Brasil	3.9	12	0.5
	Bulgária	3.9	10	0.9
	República Tcheca	3.9	12	0.9
57	Jamaica	3.8	5	0.4
	Letônia	3.8	7	0.4
59	Colômbia	3.7	11	0.5
	Croácia	3.7	8	0.6
	El Salvador	3.7	7	1.5
	Peru	3.7	9	0.6
	Eslováquia	3.7	11	0.7
64	México	3.6	12	0.6
	Polónia	3.6	14	1.1
66	China	3.4	13	1.0
	Panamá	3.4	7	0.8
	Sri Lanka	3.4	7	0.7

Posição	País	Pontuação	Pesquisas utilizadas	Desvio padrão
	Síria	3.4	4	1.3
70	Bósnia-Herzegovina	3.3	6	0.7
	República Dominicana	3.3	6	0.4
	Egito	3.3	9	1.3
	Gana	3.3	6	0.9
	Marrocos	3.3	5	1.3
	Tailândia	3.3	13	0.9
76	Senegal	3.2	6	1.2
77	Turquia	3.1	14	0.9
78	Armênia	3.0	5	0.8
	Ira	3.0	4	1.0
	Libano	3.0	4	0.8
	Mali	3.0	3	1.8
	Palestina	3.0	3	1.2
83	Índia	2.8	14	0.4
	Malauí	2.8	4	1.2
	Romênia	2.8	12	1.0
86	Moçambique	2.7	5	0.7
	Rússia	2.7	16	0.8
88	Argélia	2.6	4	0.5
	Madagascar	2.6	3	1.8
	Nicarágua	2.6	7	0.5
	Iémen	2.6	4	0.7
92	Albânia	2.5	5	0.6
	Argentina	2.5	12	0.5
	Etiópia	2.5	5	0.8
	Gâmbia	2.5	4	0.9
	Paquistão	2.5	7	0.9
	Filipinas	2.5	12	0.5
92	Tanzânia	2.5	6	0.6
	Zâmbia	2.5	5	0.6
100	Guatemala	2.4	8	0.6
	Casaquistão	2.4	7	0.9
	Moldávia	2.4	5	0.8

Posição	País	Pontuação	Pesquisas utilizadas	Desvio padrão
103	Usbequistão	2.4	6	0.5
	Venezuela	2.4	12	0.5
	Vietnã	2.4	8	0.8
106	Bolívia	2.3	6	0.4
	Honduras	2.3	7	0.6
	Macedônia	2.3	5	0.3
	Sérvia e Montenegro	2.3	5	0.5
	Sudão	2.3	4	0.3
	Ucrânia	2.3	10	0.6
	Zimbábue	2.3	7	0.3
113	Congo	2.2	3	0.5
	Equador	2.2	8	0.3
	Iraque	2.2	3	1.1
	Serra Leoa	2.2	3	0.5
	Uganda	2.2	6	0.7
118	Costa do Marfim	2.1	5	0.5
	Quirquistão	2.1	5	0.4
	Libia	2.1	3	0.5
	Papua-Nova Guiné	2.1	3	0.6
122	Indonésia	1.9	13	0.5
	Quênia	1.9	7	0.3
124	Angola	1.8	3	0.3
	Azerbaijão	1.8	7	0.3
	Camarões	1.8	5	0.2
	Geórgia	1.8	6	0.7
	Tadjiquistão	1.8	3	0.3
129	Mianmar	1.6	3	0.3
	Paraguai	1.6	6	0.3
131	Haiti	1.5	5	0.6
132	Nigéria	1.4	9	0.4
133	Bangladesh	1.3	8	0.7

O Índice de Países Corruptores revela que a corrupção mais desenfreada é encontrada em obras públicas/construção e no setor de armamentos e defesa, que estão contaminados pelo suborno endêmico por parte de empresas estrangeiras.

Como complemento do IPC, o Índice de Países Corruptores da Transparency International reflete a tendência que as empresas dos principais países exportadores do mundo têm para pagar suborno. O Índice de Países Corruptores, uma pesquisa bianual, foi publicado pela última vez em maio de 2002. Foram entrevistados mais de 800 empresários com experiência em 15 mercados com economias emergentes. Os resultados mostram que um grande número dos maiores pagadores de suborno é formado por signatários da Convenção Anti-suborno da OCDE, que condena o suborno de funcionários públicos estrangeiros.

#### Classificação por países

Nos setores comerciais que lhe são mais conhecidos, indique, por favor, a probabilidade de que empresas dos seguintes países paguem ou ofereçam suborno para obter ou manter um negócio neste país:

Posição	País	Pontuação
1	Austrália	8.5
2	Suécia	8.4
	Suíça	8.4
4	Áustria	8.2
5	Canadá	8.1
6	Países Baixos	7.8
	Bélgica	7.8
8	Reino Unido	6.9
9	Cingapura	6.3
	Alemanha	6.3
11	Espanha	5.8
12	França	5.5
13	EUA	5.3
	Japão	5.3
15	Malásia	4.3
	Hong Kong	4.3
17	Itália	4.1
18	Coréia do Sul	3.9
19	Taiwan	3.8
20	República Popular da China	3.5
21	Rússia	3.2
22	Empresas nacionais	1.9

A pontuação perfeita, indicando uma tendência nula para subornar, é de 10 pontos, por isso a classificação de cima para baixo começa com as empresas dos países reconhecidos por terem uma tendência baixa para pagar suborno no exterior.

#### Classificação por setores da economia

Qual é a probabilidade de os funcionários públicos de alto escalão neste país pedirem ou aceitarem suborno, por exemplo, em licitações públicas, regulamentações, concessão de licenças, nos seguintes setores comerciais?

Setor	Pontuação
Obras Públicas / Construção	1.3
Armamento e defesa	1.9
Petróleo e gás	2.7
Bens de raiz / imóveis	3.5
Telecomunicações	3.7
Geração/transmissão de eletricidade	3.7
Mineração	4.0
Transporte / armazenamento	4.3
Produtos farmacêuticos e assistência	4.3
Indústria pesada	4.5
Bancos e finanças	4.7
Espaço aéreo civil	4.9
Silvicultura	5.1
Informática	5.1
Pesca	5.9
Indústria leve	5.9
Agricultura	5.9

As pontuações são as médias de todas as respostas sobre uma base de 0 a 10, em que o 0 representa a percepção de níveis muito altos de corrupção e o 10 representa a percepção de níveis extremamente baixos de corrupção.

Ver os resultados completos do IPC e do IFS no sítio [www.transparency.org](http://www.transparency.org).

## BARÔMETRO GLOBAL DA CORRUPÇÃO DE 2003

O Barômetro Global da Corrupção é uma nova pesquisa feita com o público em geral, em 48 países. Foi realizado pela Gallup International por encomenda da Transparency International, para medir as atitudes em relação à corrupção e as perspectivas quanto aos níveis de corrupção futuros. Em três de cada quatro países, os partidos políticos foram identificados como a instituição da qual os pesquisados gostariam de eliminar a corrupção em primeiro lugar, seguidos pelos tribunais e pela polícia.

A seguinte pergunta\* foi feita a 30.487 pessoas distribuídas em 44 países: *Se você tivesse uma varinha de condão e pudesse eliminar com ela a corrupção de uma das seguintes instituições, qual seria a primeira?*

Pais	Licenças comerciais %	Sist. Judiciário %	Alfândega %	Sistema Educativo %	Partidos políticos %	Serviço público (Tel. etc.) %	Serviços médicos %	Imigração, passaporte %	Polícia %	Setor privado %	Receitas fiscais %	Outros %
Africa do Sul	2.1	3.9	0.2	14.4	21.1	5.5	11.3	6.0	23.8	3.5	5.1	3.1
Alemanha	4.9	8.6	0.8	3.1	39.2	3.9	9.9	7.8	2.9	7.2	10.5	1.2
Argentina	3.6	19.2	3.2	4.3	58.2	0.5	0.9	0.2	3.1	0.6	3.4	2.7
Autoridade Palestina	7.4	8.6	3.2	16.4	10.4	4.7	4.6	2.4	23.8	1.5	3.8	8.5
Áustria	7.5	8.4	2.7	2.7	35.7	3.9	5.7	6.9	10.8	2.7	12.0	0.9
Bolívia	18.2	7.7	10.8	2.4	34.8	2.2	1.2	1.2	16.0	0.9	3.7	0.9
Bósnia-Herzegovina	14.5	17.0	4.2	6.6	24.2	2.4	20.4	0.3	4.8	1.7	3.5	0.3
Bulgária	9.9	19.8	16.5	4.8	20.2	3.3	14.3	0.9	4.1	1.8	2.7	1.7
Camarões	3.8	31.0	6.5	11.1	10.4	1.2	11.2	2.1	13.7	3.2	4.3	1.4
Canadá	3.2	8.3	1.8	6.5	39.7	2.3	9.7	8.8	5.7	4.4	5.7	3.8
Colômbia	2.4	3.4	3.4	8.8	38.0	8.1	8.8	1.0	8.5	1.4	12.9	3.4
Coreia (do Sul)	19.1	10.3	3.0	15.7	27.9	6.2	3.7	0.1	5.0	2.9	6.0	0.1
Costa Rica	4.3	8.6	14.0	3.2	29.0	1.1	2.2	12.9	5.4	4.3	15.1	0
Croácia	12.9	21.6	0.4	2.8	18.6	4.2	22.5	1.9	4.9	3.4	2.5	4.2
Dinamarca	4.0	16.3	1.8	2.2	36.1	2.2	11.5	4.8	7.7	6.2	3.3	4.0
Espanha	4.7	26.6	2.3	3.8	34.8	0.9	3.4	11.3	1.6	2.3	6.8	1.6
EUA	3.4	9.1	1.1	8.6	39.1	1.6	10.1	8.3	7.2	4.4	3.8	3.2
Federação Russa	5.3	10.9	1.1	8.8	24.5	8.3	15.3	2.0	17.9	0.4	4.2	1.3
Finlândia	9.5	27.7	0.7	1.3	38.0	1.6	6.1	3.6	4.2	3.1	3.9	0.3
Geórgia	4.8	18.1	8.2	6.0	12.4	4.5	19.7	0.9	13.4	0.4	6.0	5.7
Guatemala	3.0	8.0	14.0	12.0	27.0	6.0	4.0	8.0	10.0	6.0	2.0	0
Países Baixos	4.0	10.0	1.0	0.6	27.1	0.8	6.7	11.5	7.7	26.3	3.5	0.8
Hong Kong	1.7	8.9	5.4	3.9	15.4	4.8	3.3	1.3	35.4	12.1	5.0	2.8
Índia	2.0	3.8	1.8	24.9	41.2	4.4	4.0	0.5	12.8	1.4	2.1	1.2
Indonésia	5.8	32.8	3.2	8.7	16.3	11.1	1.8	0.4	10.2	2.8	6.4	0.7
Irlanda	3.9	8.8	0.8	3.7	38.3	0.8	13.4	5.1	10.3	2.7	10.7	1.4
Israel	2.5	14.8	1.0	10.2	33.4	9.6	8.4	3.3	7.1	1.7	5.6	2.3
Itália	10.4	18.0	1.1	4.4	29.0	4.4	15.0	4.0	3.8	1.3	7.2	1.5
Japão	8.7	3.7	1.4	3.8	51.9	4.0	7.3	0.2	9.6	1.2	2.8	5.4
Luxemburgo	9.8	18.1	1.6	4.9	15.6	5.3	9.3	7.9	5.8	4.9	12.6	4.2
Macedônia	8.5	15.4	17.9	9.4	28.2	2.7	8.5	0.9	2.8	0.6	3.3	1.8
Malásia	6.8	8.5	8.0	5.0	24.6	0.8	1.3	4.0	32.0	3.5	3.6	1.9
México	2.9	6.6	3.3	8.7	19.9	9.0	3.5	1.4	36.5	0.8	6.1	1.1
Nigéria	4.3	4.8	3.0	12.6	27.0	7.4	3.4	1.1	32.1	0.7	2.5	1.2
Noruega	12.5	12.3	2.8	1.4	19.7	1.6	4.9	17.2	6.0	17.2	3.0	1.4
Panamá	3.0	15.0	6.0	2.0	35.0	10.0	3.0	3.0	11.0	2.0	2.0	8.0
Peru	2.6	35.0	3.1	2.3	15.9	10.0	2.0	3.1	10.0	2.3	9.7	4.1
Polónia	5.8	15.4	2.2	5.0	27.2	3.5	21.6	0.7	11.1	1.8	4.5	1.2
Portugal	9.2	14.8	1.4	4.2	18.7	4.6	18.7	6.2	6.7	0.7	14.5	0.2
Reino Unido	2.7	8.6	1.7	4.0	41.2	1.1	10.5	8.8	11.8	3.6	4.8	1.3
República Dominicana	2.0	12.1	6.1	8.1	25.3	13.1	0	2.0	4.0	0	8.1	19.2
Rumania	15.1	20.2	2.7	2.9	24.3	1.6	12.6	1.2	6.4	1.9	9.3	1.7
Suécia	8.2	16.2	2.4	1.7	19.3	2.9	12.8	11.6	9.7	7.5	6.3	1.4
Suíça	5.8	9.8	1.3	4.9	23.0	4.1	13.6	11.5	6.2	6.0	10.2	3.6
Turquia	7.1	6.6	3.4	11.7	42.5	5.1	7.3	0.8	6.2	1.5	4.8	3.0
Total geral (%)	7.0	13.7	4.2	7.5	29.7	4.1	8.4	3.3	11.5	3.1	5.2	2.2

\* Não há dados disponíveis sobre o Paquistão, a China e o Brasil.

Expressamos nosso sincero agradecimento às seguintes entidades, cuja colaboração com o Secretariado da Transparency International tornou possível nosso trabalho.

### DOADORES DE € 250.000 OU MAIS EM 2002

- ↳ Grupo AVINA, Suíça
- ↳ Ministério Federal para a Cooperação Econômica e o Desenvolvimento (BMZ), Alemanha
- ↳ Departamento para o Desenvolvimento Internacional (DFID), Reino Unido
- ↳ Comissão Européia
- ↳ Ministério das Relações Exteriores, Finlândia
- ↳ Ministério das Relações Exteriores, Holanda
- ↳ Agência Norueguesa para o Desenvolvimento Internacional (Norad)
- ↳ Agência Suíça para o Desenvolvimento e a Cooperação (SDC)
- ↳ Agência Norte-americana para o Desenvolvimento Internacional (Usaid)

### € 100.000 - € 249.999

- ↳ Fundação Bertelsmann, Alemanha
- ↳ Agência Canadense para o Desenvolvimento Internacional (Cida)
- ↳ Agência Alemã para a Cooperação Técnica (GTZ)
- ↳ Fundação John D. e Catherine T. MacArthur, EUA
- ↳ Open Society Institute, Hungria
- ↳ Ministério das Relações Exteriores Real Dinamarquês
- ↳ Agência Sueca para o Desenvolvimento e a Cooperação (Sida)
- ↳ Fundação Ford, EUA

### € 10.000 - € 99.999

- ↳ Center for International Private Enterprise, EUA
- ↳ Christian Michelsen Institute, Noruega
- ↳ General Electric Corporate, EUA
- ↳ Ministério de Relações Exteriores e Comércio, Nova Zelândia
- ↳ Shell UK Limited, Reino Unido
- ↳ Société Générale, França

### € 1.000 - 9.999

- ↳ Agência Australiana para o Desenvolvimento Internacional (AusAID)
- ↳ Banco Santander, Espanha
- ↳ British Council, Reino Unido
- ↳ Credit Suisse Private Banking, Su a
- ↳ Banco Europeu de Reconstru o e Fomento
- ↳ Banco Mundial (Bird)
- ↳ Tinker Foundation, Inc., EUA
- ↳ Tiruchinapalli Maheshwar, EUA
- ↳ Transparency International da Austrália
- ↳ William F. Biggs, EUA

Estendemos nosso agradecimento a todas entidades que doaram até € 1.000 ao Secretariado da TI em 2002.

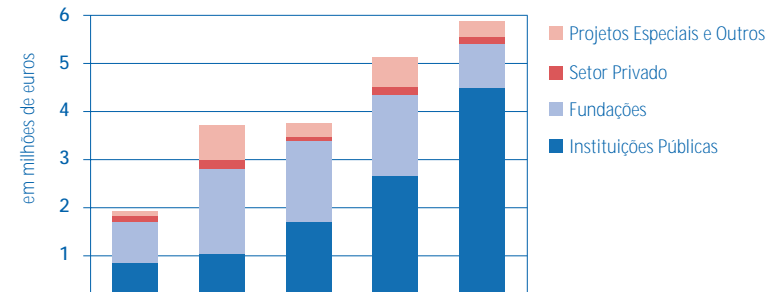
## DADOS FINANCEIROS

Receitas (em mil euros)	2002	2001
Instituições Públicas	4.482	2.652
dos quais, Fundos para Projetos	3.236	1.797
Fundações	936	1.693
dos quais, Fundos para Projetos	825	1.283
Setor Privado	126	139
Projetos Especiais e Outros	340	627
<b>Total de Receitas</b>	<b>5.884</b>	<b>5.111</b>

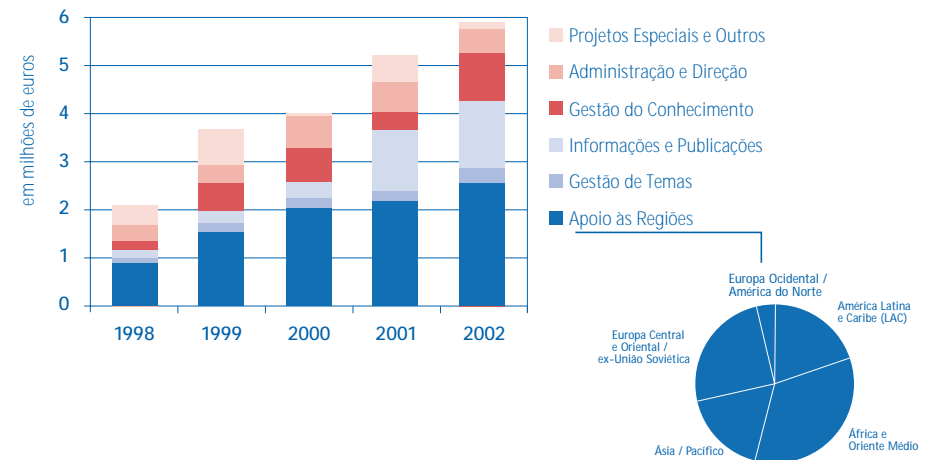
Despesas (em mil euros)	2002	2001
<b>Apoio às Regiões</b>		
América Latina e Caribe (LAC)	654	665
África e Oriente Médio	862	696
Ásia/Pacífico	442	389
Europa Central e Oriental/Ex-União Soviética	508	378
Europa Ocidental / América do Norte	98	68
2.564	2.195	
Administração de Temas	308	197
Informação e Publicações	1.385	1.266
Administração do Conhecimento	1.008	375
Administração e Direção	477	614
Projetos Especiais e Outros	159	574
<b>Total de Despesas</b>	<b>5.901</b>	<b>5.221</b>

Nos Projetos Especiais está incluída a participação da TI na Conferência Internacional Anticorrupção bienal (IACC), para os quais as receitas e as despesas variam muito de um ano para outro.

### De onde vêm os fundos



### Uso dos Fundos



A Transparency International (TI) é uma associação sem fins lucrativos, registrada em Berlim, na Alemanha. De acordo com seu estatuto, a TI se dedica unicamente a atividades de beneficência e está isenta de pagamento de impostos. A contabilidade auditada se encontra disponível no sítio da TI na internet: [www.transparency.org](http://www.transparency.org).

## CAPÍTULOS NACIONAIS

### ● África do Sul

Transparency South Africa  
Dr Daryl Balla, presidente  
Commission House  
Cnr Hamilton and Ziervogel Streets  
Arcadia, Pretoria

Tel +271 12 352 1008  
Fax +27 12 325 8323  
daryl@opsc.gov.za  
www.tisa.org.za

### ● Alemanha

TI Deutschland  
Dr Hansjörg Elshorst, presidente  
Dagmar Schröder, diretora-executiva  
Alte Schönhauser Str. 44  
10119 Berlin

Tel +49-30-549 898-0  
Fax +49-30-5498 9822  
office@transparency.de  
www.transparency.de

### ○ Argélia

Association Algérienne de Lutte contre  
la corruption  
Djillali Hadjadj  
Centre Familial de Ben Aknoun  
16 Argel

Tel +213 21914587  
Fax +213 21670656  
accalgerie@yahoo.fr

### ● Argentina

Poder Ciudadano  
Mario Rejtman Farah, presidente  
Laura Alonso, coordenadora de ação  
com políticos  
Piedras 547 "2"  
Buenos Aires 1070AAJ

Tel/Fax +54-11-4331 4925  
fundacion@poderciudadano.org  
www.poderciudadano.org

### ● Armênia

Center for Regional Development/  
Transparency International Armenia  
Amalia Kostanyan  
Arevik Saribekyan  
5 Nalbandyan Str., Room 35  
Yerevan 375010

Tel +374-1-585 578  
+374-1-526 914  
Fax +374-1-585 578  
crd@transparency.am

### ● Austrália

Transparency International Australia  
Grahame Leonard, diretor-executivo  
P.O.Box 41, Blackburn South  
VIC 3130

Tel +61-3-9527 4595  
Fax +61-3-9527 4595  
tioz@transparency.org.au  
www.transparency.org.au

### Áustria

Obtenha informações na Secretaria  
Internacional da TI.

### ● Azerbaijão

Transparency Azerbaijan  
Rena Safaraliev, diretor-executivo  
Ahmed Javad Street 5, floor 2, flat 6  
Baku 370 004

Tel +994-12-920 422  
Fax +994-12-473 497  
office@transparency-az.org  
transpaz@azeronline.com  
renasafar@azeurotel.com  
www.transparency-az.org/

### ○ Barein

Bahrain Transparency Society  
Dr Jasim Al-Ajmi  
PO Box 30174, Duraz

Tel +973 9444284  
Fax +973 449776  
jasimalajmi@yahoo.com

### ● Bangladesh

Transparency International -  
Bangladesh  
Rejaul Haque, diretor financeiro e  
administrativo  
Progress Tower (5th & 6th Floors)  
House # 1, Road # 23, Gulshan-1  
Dhaka-1212

Tel +880 2 9884811, 8826036  
Fax +880 2 9884811  
admin@ti-bangladesh.org  
reja@ti-bangladesh.org  
www.ti-bangladesh.org

- Capítulo Nacional
- Capítulo Nacional em Formação
- Contato Nacional

### ● Bélgica

Transparency International Brussels  
Baron Jean Godeaux, presidente  
39, Square Vergote  
1030 Bruxelas

Tel +32-2-735 6558  
Fax +32-2-732 9026  
TI.Brussels@skynet.be

### ● Benin

Transparency International Benin  
Roger Gbognonvi  
03 BP 2174, Cotonou

Tel +229 32 42 93  
Fax +229 341277  
gbognonvi@firstnet1.com

### Bolívia

Obtenha informações na Secretaria  
Internacional da TI.

### ● Bósnia-Herzegovina

TI Bosna i Hercegovina  
Boris Divjak, presidente  
L. Lekovic, diretor-executivo  
Kninska 5/79  
78000 Banja Luka

Tel/Fax +387-51-216 779  
info@ti-bih.org  
www.ti-bih.org

### ● Botsuana

Transparency International Botswana  
Christopher Hermans, Membro  
da Diretoria  
Trevor Burnet, diretor-executivo  
UNI-Span Building, Lot 54  
Gaborone International  
Commerce Park, Gaborone

Tel +267-39-19 673  
Fax +267-319 745  
tibot@info.bw

### ● Brasil

Transparência Brasil  
Eduardo Capobianco, presidente  
Cláudio Weber Abramo,  
diretor executivo  
Rua Francisco Leitão 339, cj. 122  
05414-025 São Paulo (SP)

Tel +55 11 3062 3436  
Fax +55 11 3062 3475  
tbrasil@transparencia.org.br  
www.transparencia.org.br

### ● Bulgária

Transparency International Bulgaria  
Dr Ognyan Minchev, presidente  
Diana Kovatcheva, diretora-executiva  
3 Bistriza Str., 4 floor  
Sofia 1000

Tel +359 2 986 79 20  
Fax +359 2 986 77 13  
mbox@transparency-bg.org  
www.transparency-bg.org

### ○ Burkina Fasso

Obtenha informações na Secretaria  
Internacional da TI.

### ○ Burundi

Nestor Bikoriman, presidente  
ABUCO  
Avenue du 28 Novembre No 4611/C  
Bujumbura

Tel +257 237 686, +257 97 0555  
bbn@usan-bu.net

### ○ Camboja

Center for Social Development  
Chea Vannath, presidente  
P.O. Box 1346, Phnom Penh

Tel +855-2336 4735  
Fax +855-2336 4736  
csd@online.com.kh  
www.online.com.kh/users/csd

### ○ Camarões

Cameroon Bar Association  
Maitre Akere T. Muna, presidente  
BP 307, Immeuble Fotso, Yaounde

Tel +237 23 55 74  
Fax +237 22 66 85  
ticameroon@yahoo.fr

### ● Canadá

Transparency International Canada  
Wes Cragg, presidente  
Bronwyn Best, Coordenador Nacional  
c/o Business Ethics Office  
Room 200F, SSB  
York University, 4700 Keele Street  
Toronto, Ontario M3J 1P3

Tel +1-416-488 3939  
Fax +1-416-483 5128  
ti-can@transparency.ca  
www.transparency.ca

### ● Casaquistão

Transparency Kazakhstan  
Sergey Zlotnikov, diretor  
presidente - Civic Foundation  
"Interlegal"  
83 Gagarin avenue, office 13  
480009 Almaty  
Vitaly Voronov, presidente  
Sofia Issenova, diretora

Tel/Fax +7-3272-775 150  
transparency.kz@nursat.kz  
legal@lic.almaty.kz  
www.transparencykazakhstan.org

### ○ Chade

Action Tchadienne pour l'intégrité  
Yaldet Begoto Oulatar, presidente  
Odette Monembaye Tolmbaye,  
vice-presidente  
BP 1084, N'Djaména

Tel +235 52 4498/86  
Fax +235 52 4496  
acti\_2001@hotmail.com  
odette.tolmbaye@encana.com

### ● Chile

Corporación Chile Transparente  
Sebastián Cox, membro da Diretoria  
Andrea Fernández, coordenadora  
Calle Ernesto Reyes 065  
Providencia, Santiago de Chile

Tel +56-2-777 6196  
Fax +56-2-735 4845  
tichi@chiletransparente.cl  
www.chiletransparente.cl

### ○ China

Anti Corruption Research Center  
School of Public Policy and  
Management  
Tsinghua University, Beijing 100084

Tel 86-10-62772999  
Fax 86-10-62772999  
lianzheng@tsinghua.edu.cn

### Cingapura

Obtenha informações na Secretaria  
Internacional da TI.

### ● Colômbia

Transparência por Colombia  
Rosca Inés Ospina, diretora-executiva  
Calle 92 No. 16-30, Piso 5  
Bogotá D.C.

Tel +57-1-622 6562  
Fax +57-1-531 1114  
transparencia@  
transparenciacolombia.org.co  
www.transparenciacolombia.org.co

### ● Coreia do Sul

Transparency International Korea  
Bishop Kim, Seong-Soo, presidente  
Reverend Kim, Geo-Sung,  
secretário-geral  
209 Naengcheon-Dong,  
Seodaemun-Gu, Seul 120-050,

Tel +82-2-393 6211  
Fax +82-2-393 6212  
ti@ti.or.kr  
www.ti.or.kr

### Costa do Marfim

Obtenha informações na Secretaria  
Internacional da TI.

### ○ Costa Rica

Transparência Costa Rica  
Roxana Salazar  
Avenidas 0 y 8  
Calle 33, Apt.8A, San José

Tel +506-253 5027  
Fax +506-296 1986  
ticostarica@racs.co.cr  
www.transparenciacr.org

### ○ Croácia

TI Croatia (TI Hrvatska)  
Zorislav Antun Petrovic, presidente  
Ana Milovic, diretora-executiva  
Trg Stjepana Radica 3/II  
10000 Zagreb

Tel +385-1-611 32 63  
Fax +385-1-613 00 64  
ti-croatia@transparency.hr  
www.transparency.hr

### ● Dinamarca

Transparency International Denmark  
Torben Ishøy, presidente  
Vendersgade 22, 1363 København K

Tel +45-3312 1838  
Fax +45-3312 5078  
ti@mail.tele.dk  
www.transparency.dk

### ● Equador

Transparencia Ecuador  
Corporación Latinoamericana para el  
Desarrollo (CLD)  
Valeria Merino Dirani,  
directora-executiva  
P.O. Box 17-12-00609, Quito

Tel +593-22-468 227  
+593-22-259 031  
+593-22-468 212  
Fax +593-22-468 229  
cld@cld.org.ec  
www.cld.org.ec

### ● Estados Unidos

Transparency International-USA  
Fritz Heimann, presidente  
Nancy Zucker Boswell,  
directora-executiva  
1112 16th Street, NW, Suite 500,  
Washington, DC 20036

Tel +1-202-296 7730  
Fax +1-202-296 8125  
tiusa@transparency-usa.org  
nboswell@transparency-usa.org  
greville@transparency-usa.org  
dmkohn@transparency-usa.org  
www.transparency-usa.org

### ○ Egito

Dr Ahmed Sakr Ashour  
31 Mansheyet El Bakry St  
Heliopolis, Cairo

Tel +202 455 3160  
Fax +202 258 8314  
IGPC2003@yahoo.com

### El Salvador

Obtenha informações na Secretaria  
Internacional da TI.

### ● Eslováquia

Transparency International Slovakia  
c/o: Centre for Economic Development  
Eugen Jurzyca, presidente  
Emilia Sicakova, presidente  
Andrea Gajdosova,  
directora do capitulo  
Bajkalská 25,  
82718 Bratislava

Tel +421-2-5341 1020  
Fax +421-2-5823 3487  
tis@transparencysk  
www.transparencysk

### Eslovênia

Obtenha informações na Secretaria  
Internacional da TI.

### ◎ Espanha

Transparency International España  
Sociedad civil  
Secretaría General de la Fundación  
José Ortega y Gasset  
Calle Fortuny, 53 , 28010 Madrid

Tel +34-91-700 4100  
transparency\_spain@yahoo.es  
www.transparencia.info

### ● Estônia

c/o: Jaan Tõnisson Institute  
Tarmu Tammerk, co-presidente  
Tiit Järve, co-presidente  
Agu Laius, diretor-executivo  
Triin Reinsalu, diretor de projeto  
Endla 4, EE-0001 Tallinn

Tel +372-262 3150  
Fax +372-626 3152  
triin@jti.ee  
jti@jti.ee  
agu@jti.ee  
www.ngonet.ee/jti/

### ○ Etiópia

Dr Konjit Fekade, presidente  
Addis Ababa

Tel +251-9-211236  
kfkade@freemail.et

### ● Fiji

Transparency International Fiji  
Winston Thompson, presidente  
Hari Pal Singh, vice-presidente  
Apenisa Naigulevu, gerente-executiva  
PO Box 8, Suva

Tel +679 338 0336  
Fax +679 330 1925  
tifiji@hotmail.com

### ● Filipinas

Transparency International Philippines  
Dolores Español, presidente  
2nd Floor, UP WLOCI Bldg.  
Manila Lions Road  
Arroceros St.  
Manila 1000

Tel +63-2-527 0573  
Fax +63-2-871 9752  
judgedle@info.com.ph  
www.ti-ph.tripod.com

### ◎ Finlândia

Leila Mustanoja  
Mustanoja Consulting Oy  
Hiiralantie 11  
02160 Espoo

Tel +358-9-455 91391  
Celular +358-50-461 7013  
leila.mustanoja@pp.inet.fi  
Leila Mustanoja  
Albertinkatu 9 A 11  
00150 Helsinki  
Tel +358-9-6843 8900  
Celular +358-50-461 7013  
Fax +358-9-612 44938  
leila.mustanoja@pp.inet.fi  
www.mustanojaconsulting.fi

### ● França

Transparence-International France  
Daniel Lebegue, presidente  
12 rue de Penthièvre  
75008 Paris

Tel +33-1-5377 3787  
Fax +33-1-5377 3507  
transparence@online.fr

### ○ Gabão

Obtenha informações na Secretaria  
Internacional da TI.

### ● Gâmbia

Transparency International Gambia  
Ba Trawale, presidente  
P.O. Box 94, Banjul

Tel +220 391629  
Fax +220 224 851  
tigambia@yahoo.com

### ● Geórgia

Transparency International Georgia  
Lana Ghvinjilia, diretora em exercício  
18, Rustaveli Ave  
38008, Tbilisi

Endereço postal:  
P.O.Box # 85  
380008 Tbilisi-8,

Tel +995-32-996 615  
Fax +995-32-996 615  
info@transparency.ge  
coordinator@transparency.ge  
www.transparency.ge

### ● Gana

Ghana Integrity Initiative  
Daniel Batidam, secretário-executivo  
P.O. Box LG 404 Legon, Accra

Tel +233-21-782 364  
Fax +233-21-782 365  
gii@idnggh.com

### ● Grécia

Transparency International  
Greece/Diethnis Diafaneia-Hellas  
Virginia Tsouderos, presidente  
5-7, Efroniou St.  
11634 Atenas

Tel +30-210-722 4940  
Fax +30-210-722 4947  
tihellas@otenet.gr  
www.transparency.gr

### ◎ Guatemala

Acción Ciudadana  
Manfredo Marroquin, diretor-executivo  
Avenida La Reforma 12-01, Zona 10  
Edificio Reforma Montúfar, Nivel 17  
Oficina 1701  
Ciudad de Guatemala C.A. 01010

Tel +502-331 7566  
Fax +502 331 7576  
acciongt@intelnet.net.gt  
www.quik.guate.com/acciongt/

### Guiné

Obtenha informações na Secretaria  
Internacional da TI.

### ◎ Haiti

La Fondation Héritage pour Haiti/  
Le Centre pour l'Éthique et  
l'Intégrité Publique et Privée  
Marilyn Allien, presidente  
Boîte Postale 16136  
Petion Ville  
Haiti HT 6140

Tel/Fax +509 513 7089  
Fax +509 222 8252  
heritagehaiti@yahoo.com  
marilynallien@yahoo.com

### Honduras

Obtenha informações na Secretaria  
Internacional da TI.

### ● Hungria

Transparency International Hungary  
Magyarországi Tagozata Egyesület  
Dr. Zolna Berki, presidente  
Akadémia utca 1, Budapest 1051

Tel +36-1-311 3662  
Fax +36-1-315-0201  
tihun@axelero.hu  
www.c3.hu/~tihun/

### ◎ Iêmen

Transparency Yemen  
Jamal Adimi, presidente  
Forum for Civil Society  
P.O. Box 19458  
Hadda Towers, Building No. 8  
Flat No. 5, Sanaa

Tel +967-1 421 482  
Fax +967-1 421 484  
FCS@y.net.ye

### ○ Ilhas Salomão

Anthony Hughes  
PO Box 1665, Honiara

Tel +677-28318  
Fax +677-28319  
tsi@solomon.com.sb

### ● Índia

Transparency International India  
Admiral RH Tahiliani (Retd), presidente  
SD Sharma, presidente-executivo  
CM Ramakrishnan, vice-presidente  
Lok Sevak Sangh  
Lajpat Bhawan, Lajpat Nagar  
New Delhi 110 024

Tel +91-11-2622 4519  
Fax +91-11-2646 0825  
tiindia@vsnl.com  
tiindia@hotmail.com  
www.ti-bangladesh.org/ti-india/

### ● Indonésia

Transparency International Indonesia  
Emmy Hafild, secretária-geral  
Jalan Tudolong Bawah C2  
Jakarta 12190

Tel +62-21-573 6428  
+62-21-917 4360  
Fax +62-21-527-8516  
ehafild@ti.or.id  
www.ti.or.id

### Irã

Obtenha informações na Secretaria  
Internacional da TI.

### Iraque

Obtenha informações na Secretaria  
Internacional da TI.

### Irlanda

Obtenha informações na Secretaria  
Internacional da TI.

### ● Israel

SHVIL - Transparency International  
Israel  
Tel Aviv University  
Faculty of Management  
Tel Aviv 69978

Tel +972-3-640 9176  
Fax +972-3-640-6321  
secretariat@ti-israel.org  
www.ti-israel.org

## CAPÍTULOS NACIONAIS

### ● Itália

Transparency International Italia  
Maria Teresa Brassiolo  
Via Zamagna 19  
20148 Milán

Tel +39-02-4009 3560  
Fax +39-02-406 829  
info@transparency.it  
www.transparency.it/

### ● Jamaica

Obtenha informações na Secretaria Internacional da TI.

### ◎ Japão

Transparency International Japan  
Yukiko Miki, diretor-executivo  
108 Kiunkaku-Bldg, 3  
Aizumicho, Shinjuku-ku  
Tokyo, 160-0005

Tel 81-3-5269 1846  
Fax 81-3-5269 0944  
icj@clearing-house.org  
www.ti-j.org

### ◎ Jordânia

Basem Sakijha  
Arab Archives Institute  
P.O. Box 815454  
Amman

Tel +962 6 465 6682  
Fax +962 6 465 6694  
Celular +962 795 630 012  
basem@nol.com.jo

### Kuwait

Obtenha informações na Secretaria Internacional da TI.

### ● Letônia

Transparency International Latvia  
(Delna)  
Inese Voika, presidente  
Daiga Rutka, responsável pelo capítulo  
Gertrudes Street 34-5, Riga 1011

Tel +371-7-506 454  
Fax +371-7-506 455  
TI@delna.lv  
www.delna.lv

### ○ Lesoto

Dr N L Mahao  
National University of Lesotho

Tel +266-22-213702  
Fax +266-22-340702  
nl.mahao@nul.ls

### ● Líbano

The Lebanese Transparency Association  
Charles D. Adwan, diretor-executivo  
Bank El-Rif Square  
Baaklini Center, 4th Floor  
P.O. Box 50-552, Ain El Remmaneh,  
Baabda

Tel +961 1 293045  
Fax +961 1 282238  
info@transparency-lebanon.org  
www.transparency-lebanon.org

### ● Lituânia

Transparency International Lithuania  
Laima Zilinskiene, diretora-executiva  
Icksto 9, 2001 Vilnius

Tel +370-5-212 6951  
Fax +370-5-212 1687  
info@transparency.lt  
laima@transparency.lt  
www.transparency.lt

### ◎ Macedônia

Transparency Macedonia  
Zoran Jacev, presidente  
Slagjana Taseva, diretora-executiva  
Marsal Tito no. 21/2  
1000 Skopje

Tel/Fax +389 2 321 7000  
staseva@transparency.org.mk

### ● Madagascar

Transparency International - Initiative  
Madagascar  
Yveline Rakotondramboa, presidente  
Annick Ramisahantanirina, secretário-executivo  
Lot II M 98 B (2e étage) - Antsakoviro  
101 Antananarivo

Tel +261-20-226 5357  
Fax +261-20-222 5495  
transparency.mg@dts.mg

- Capitulo Nacional
- ◎ Capitulo Nacional em Formação
- Contato Nacional

### ● Malásia

The Kuala Lumpur Society for Transparency and Integrity (TI Malaysia)  
Tunku Abdul Aziz, presidente  
2-2-49 Wisma Rampai, Jalan 34/26  
Taman Sri Rampai, Setapak  
53300 Kuala Lumpur

Tel +603-4149 5576  
Fax +603-4143 5968  
admin@transparency.org.my  
www.transparency.org.my

### ● Malaui

Obtenha informações na Secretaria Internacional da TI.

### ○ Mali

Obtenha informações na Secretaria Internacional da TI.

### ● Marrocos

Transparence Maroc  
Youssef Mezzi  
24 et 26 Bd de Khouribga  
Casablanca 20 000

Tel +212-22-542 699  
Fax +212-22-451 391  
transparencemaroc@marocnet.net.ma  
www.transparencemaroc.org

### ● Maurício

Transparency Mauritius  
Josie Lapierre, secretária-geral  
Consultant to Group Chief Executive  
The Anglo-Mauritius Assurance Society  
Swan Group Centre  
10 Intendance Street  
Port Louis

Tel +230 202 8653  
Fax +230 208 8956  
josie.lapierre@anglo.intnet.mu  
transparency@intnet.mu  
http://transparencymauritius.intnet.mu

### Mauritânia

Obtenha informações na Secretaria Internacional da TI.

### ● México

Transparencia Mexicana  
Federico Reyes Heróles, presidente  
Eduardo A. Bohórquez  
secretário-executivo  
Dulce Olivia 73  
Colonia Villa Coyoacán  
México, DF, 04000

Tel +52 55 5659 9996,  
+52 55 5659 9991  
Fax +52-55-5659 4714  
tmexican@data.net.mx  
www.transparenciamexicana.org.mx

### ● Moldávia

Transparency International Moldova  
Mihail Buruiana, presidente  
Lilia Carascuic, diretora-executiva  
98, 31-August Str., office 204  
MD-2004, Chisinau

Tel +373-2-210 595  
Fax +373-2-210 595  
office@transparency.md  
www.transparency.md

### ○ Mongólia

Tumur-Ochir Erdenebileg  
Member of the State Great Hural  
(Parliament) State House  
P.O. Box 1085  
Ulaanbaatar 13  
Oyun Sanjaasurengin  
Membro do Parlamento da Mongólia  
Government House - 424  
Ulaanbaatar - 12

Tel +976-1-321 345  
Fax +976-1-322 866  
Tel/Fax +976-1-323 645  
erdenebileg@parl.gov.mn  
oyuna@mail.parl.gov.mn

### Montenegro

Obtenha informações na Secretaria Internacional da TI.

### ○ Moçambique

Obtenha informações na Secretaria Internacional da TI.

### ○ Namíbia

Obtenha informações na Secretaria Internacional da TI.

### ● Nepal

Transparency International Nepal  
Kul Shekhar Sharma, presidente  
P. O. Box 11486  
New Plaza Putalisadak  
Kathmandu

Tel +977-1-436 462  
Fax +977-1-420 412  
trans@tinepal.org  
www.tinepal.org

### ○ Nicarágua

Grupo Cívico Etica y Transparencia  
Planes de Altmira,  
Da embaixada da China 75 m até o  
lago, No 16  
Managua

Tel +505 270 3660  
Fax +505 270 3556  
eyt@ibw.com.ni  
www.eyt.org.ni

### ◎ Níger

Aissata Bagnan Fall, presidente  
Association Nigérienne de lutte  
contre la Corruption  
ANLC  
BP 10423  
Niamey

Tel +227 733 181  
Fax +227 740461  
aissata\_fall@caraimail.com

### ● Nigéria

Transparency in Nigeria  
2nd Floor, 302 Iju Water Works Road  
Iju-Ishaga, Agege  
Lagos

Tel +234-1-471 3697  
Fax +234-1-803-321 3342  
tin@alpha.linksolve.com

### ● Noruega

Jan Borgen, secretário-geral  
PO Box 1385  
Vika 0114 Oslo

Tel +47-2201 2369  
+507 229-4213  
Fax +47-2201 2202  
Mobile +47-90-505 089  
jborgen2@online.no  
www.transparency.no

### ● Nova Zelândia

Murray Petrie, coordenador  
Shane Cave, relações com a imprensa  
34 Harbour View Rd.  
Wellington

Tel +64-4-475 6109  
Fax +64-4-475 6108  
mpetrie@ihug.co.nz  
scave@paradise.net.nz

### ◎ Países Baixos

Fred H. Horbeek, presidente  
P.O.Box 17100, 3500HG, Utrecht

Tel +31-30-216 2105  
Fax +31-30-216 1393  
f.h.horbeek@rn.rabobank.nl  
www.transparencyinternational.nl

### ◎ Paquistão

Transparency International Pakistan  
Shaukat Omari, diretor-executivo  
65-C National Highway, Phase II  
Defence Housing Authority  
Karachi 75500

Tel +92-21-5803518  
Fax +92-21-4559152  
ti-pak@khi.paknet.com.pk  
www.transparency.org.pk

### ○ Palestina

The Coalition for Accountability and  
Integrity - AMAN  
Dr. Azmi Al-Shuaibi, secretário-geral  
P.O. Box 38588  
Jerusalem 97 800

Tel +972-2-298 9506  
Fax +972-2-2989492  
aman@aman-palestine.org  
www.aman-palestine.org/

### ● Panamá

Fundación para el Desarrollo de la  
Libertad Ciudadana  
Fernando Berguido, presidente  
Angélica Maytin, diretora-executiva  
Apartado 810-266, Zona 10

Tel +507 229-4207  
+507 229-4213  
Fax +507 229 0294  
tipanama@cableonda.net  
www.saga.com.pa/libertad/transparen-  
cia.htm

### ● Papua-Nova Guiné

Transparency International  
Papua New Guinea  
Hon. Anthony Siaguru, presidente  
P.O. Box 591, Port Moresby

Tel +675-320 2188  
Fax +675-320 2189  
tipngi@daltron.com.pg  
www.transparencypng.org.pg

### ● Paraguai

Transparencia Paraguay  
Maria del Pilar Callizo, presidente  
Stella García Barros, diretora-executiva  
Defensa Nacional 849 c/ Padre Cardozo  
1er. Piso, Ofic. 1  
Asunción

Tel +595-21 228 194  
Fax +595-21 228 194  
transpar@telesurf.com.py  
www.transparencia.org.py

### ● Peru

Proética  
Consejo Nacional para la Etica Pública  
José Ugaz Sánchez-Moreno, presidente  
Laura Puertas, diretora-executiva  
Chamberi 161  
Dpto D  
Miraflores, Lima

Tel +511-440-1915  
Fax +511-421-7894  
lpuertas@proetica.org.pe  
www.proetica.org.pe

### ● Polónia

Transparency International Poland  
Julia Pitera, presidente  
ul. Ordynacka 9, lok. 33  
00-364 Varsovia

Tel +48-22-828 9244  
Fax +48-22-828 9243  
ti@transparency.pl  
www.transparency.pl

### ● Reino Unido

Transparency International UK  
Laurence Cockcroft, presidente  
2nd Floor, Tower Building  
11 York Road, London SE1 7NX

Tel +44-207-981 0345  
Fax +44-207-981 0346  
info@transparency.org.uk  
www.transparency.org.uk

### ● República Tcheca

Transparency International  
Czech Republic  
Vaclav Perich, presidente  
Ada Krnacova, diretora-executiva  
Frantiska Krizka 4, 170 00 Praha 7

Tel +420-233 37 2414  
Fax +420-233 37 8900  
krnacova@transparency.cz  
www.transparency.cz

### República Dominicana

Obtenha informações na Secretaria  
Internacional da TI.

### ● Romênia

Romanian Association for  
Transparency - ART  
Marian Popa, presidente  
Oana Zabava, diretora-executiva  
15 Eroii Sanitari Boulevard, apt. 2  
Sector 4, Bucarst , 762411

Tel/Fax +40-21-411 5500  
office@transparency.org.ro  
www.transparency.org.ro

### ● Rússia

Elena Panfilova, diretora  
1, Nikoloyamskaya st.  
109189 Moscú

Tel/Fax +7-095- 915 0019  
info@transparency.org.ru  
www.transparency.org.ru

### ○ Samoa

Epa Tuioti  
R. Vaai House,  
Taufusi Street  
PO Box 1882, Apia

Tel +685-25345  
Fax +685-22087  
etuioti@kvaconsult.com

### ● Senegal

Forum Civil  
Immeuble MKR  
Corniche Ouest x Rue 9, Médina  
BP 28554, Dakar

Tel +221 842 40 44/ 45  
Fax +221-842 4045  
forumcivil@sento.sn  
www.forumcivil.sn

### ○ Sérvia

Transparency International Serbia  
(Transparentnost Srbija)  
Ulica 29. novembra. br. 36/1  
11000 Beograd

Tel/Fax +381 11 3228 196  
ts@transparentnost.org.yu  
nemanja1972@yahoo.com  
www.transparentnost.org.yu

### ○ Serra Leoa

Emile Carr, presidente  
National Accountability Group  
Leone Consultants  
Income Tax Accountants and Auditors  
P.O. Box 1278  
Freetown

Tel +232-22225321  
Fax +232-22227941  
emilecarr@yahoo.co.uk

### ● Sri Lanka

Transparency International Sri Lanka  
Mr Weliamauna, diretor-executivo  
39/4, Jayasinghe Road, Colombo 6

Tel +94-1-853874  
tisi@slnet.lk

### Sudão

Obtenha informações na Secretaria  
Internacional da TI.

### Suécia

Obtenha informações na Secretaria  
Internacional da TI.

### ● Suíça

Transparency Switzerland  
Philippe Lévy, presidente  
Zora Ledergerber, gerente-executivo  
Mombijoustrasse 29  
P.O. Box 8509, CH-3011 Berna

Tel +41-31-382 3550  
Fax +41-31-382 3550  
info@transparency.ch  
phlevy@dplanet.ch  
www.transparency.ch

### ● Tailândia

Transparency International Thailand  
Dr Juree Vichit-Vadakan, diretor  
Center for Philanthropy and Civil  
Society/National Institute of  
Development Administration  
118 Seri Thai Road, Klongchan,  
Bangkapi, Bangkok 10240

Tel +662-377 7206  
Fax +662-374 7399  
juree@nida.nida.ac.th  
www.transparency-thailand.org

### ○ Taiwan

Transparency Taiwan  
Chilik Yu, diretora-executiva  
Department of Public Policy  
& Management  
Shih-Hsin University  
1, Lane 17, Sec. 1, Mu-cha Rd., Taipei

Tel +886-2-2236-8225 ext 3461/3462  
Fax +886-2-2236-3325  
webmaster@ti-taiwan.org  
www.ti-taiwan.org

### ● Tanzânia

Transparency International Tanzania  
Wallace Shundi, Presidente.

Obtenha informações na Secretaria  
Internacional da TI.

### Togo

Obtenha informações na Secretaria  
Internacional da TI.

### ● Trinidad e Tobago

The Trinidad & Tobago Transparency  
Institute  
Boyd Reid, presidente  
Suite 120 Bretton Hall  
16 Victoria Avenue, Port-of-Spain

Tel +1-868- 627-2950  
Fax +1-868- 627-2950  
transparency@carib-link.net

### ● Turquia

Transparency International Turkey  
Ercis Kurtulus, presidente  
Toplumsal Sadamlik Hareketi Dernegi  
Matbaaci Osmanbey Sokak No. 46  
Sisli/Istambul

Tel +90-212-282 4025  
Fax +90-212-279 0516  
saydamlik@superonline.com  
www.saydamlik.org

### ● Ucrânia

Transparency International Ukraine  
Ukrainian Transparency & Integrity  
Larysa Denysenko, diretora de  
programas  
Ukrainian Legal Foundation  
"Clean Hands"  
Saksahanskoho 41, 01033 Kyiv

Tel +380 44 2272252: 255 2326  
Fax +380-44-227 2220  
larysadenysenko@bigmir.net  
www.transparency.org.ua

### ● Uganda

Transparency Uganda  
Wafula Ogutu, presidente  
c/o APNAC-Uganda  
1-4 Parliament Avenue,  
Parliament House, Room 410  
P.O. Box 24335, Kampala

Tel +256 77 200060  
woguttu@monitor.co.ug

### Uruguai

Uruguay Transparente  
Hector Lescano, coordenador  
de relações internacionais  
Calle Rio Branco 1377  
1er Piso, Montevideo

Tel +598 2 908 0043  
uruguaytransparente@adinet.com.uy

### ○ Vanuatu

Transparency International Vanuatu  
Marie-Noelle Ferrieux-Patterson,  
presidente  
Bougainville House  
PO Box 355, Port Vila

Tel +678-25715  
Fax +678-25716  
tiv@vanuatu.com.vu

### Venezuela

Obtenha informações na Secretaria  
Internacional da TI.

### ● Zâmbia

Transparency International Zambia  
Dr Alfred Chanda, presidente  
Christine Munalula, diretora-executiva  
Stand no 3880  
Kwacha Road, Olympia Park  
PO Box 37475, Lusaka

Tel +260-1-290 080  
Fax +260-1-293 649  
tizambia@zamnet.zm

### ● Zimbábue

TI - Zimbabawe  
Dr John MW Makumbe, presidente  
Andrew Nongogo, diretor-executivo  
96 Central Avenue, Harare

Tel +263-4-793 246/ 47  
Fax +263-4-793 247  
tiz@transparency.org.zw  
tizdir@mweb.co.zw  
www.transparency.org.zw

## DIRETORIA

### Peter Eigen

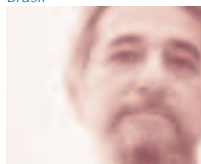
Presidente



O dr. Peter Eigen é advogado. Trabalhou em desenvolvimento econômico durante 25 anos, principalmente como gerente de programas do Banco Mundial, na África e na América Latina. Entre 1988 e 1991, foi Diretor da Missão Regional do Banco Mundial para a África Oriental. Em 1993, fundou a Transparency International. Destacou-se como docente das universidades de Frankfurt, Georgetown, Johns Hopkins University/SAIS, John F. Kennedy School of Government da Universidade de Harvard e Universidade Livre de Berlim. Eigen é membro da comissão diretora da Crown Agents Foundation e membro da Comissão Mundial sobre Globalização e do Comitê Consultivo sobre o Pacto Mundial da ONU.

### Claudio Weber Abramo

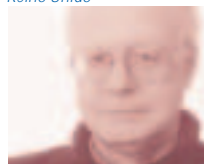
Brasil



Claudio Weber Abramo é licenciado em Matemática e mestre em Filosofia da ciência, mas destacou-se principalmente como comunicador e jornalista. Ocupou diversos cargos de responsabilidade em jornais brasileiros e foi secretário do jornal empresarial mais importante do país. Agora, é diretor executivo da Transparência Brasil. Antes de sua vinculação à TBrasil, colaborou com a TI no período 1997-1998, como co-autor do capítulo sobre licitações públicas, na adaptação latino-americana do Source Book da TI. Abramo escreve frequentemente na imprensa e é colaborador de diversos periódicos. Também escreveu um livro sobre tradução de poesia.

### Laurence Cockcroft

Reino Unido



Laurence Cockcroft é economista especializado em desenvolvimento. Trabalhou para os governos de Zâmbia e da Tanzânia, como consultor de diferentes organismos internacionais (ONU, FAO, Banco Mundial etc.), para uma grande agroindústria do Reino Unido (Booker) e para a Gatsby Charitable Foundation. Foi membro fundador da diretoria da TI e da TI-UK, destacando-se como diretor durante dois mandatos consecutivos na primeira. No período de 2000 a 2002, presidiu o grupo internacional que desenvolveu os Princípios de Negócios para Combater o Suborno. Assumiu a presidência da TI-UK em 2000 e iniciou o trabalho sobre Corrupção no Comércio Oficial de Armas.

### Huguette Labelle

Canadá



Huguette Labelle, doutora em Educação, é presidente da Agência Canadense para o Desenvolvimento Internacional e membro da Ordem do Canadá. Labelle recebeu o título de doutora *honoris causa* de dez universidades canadenses, além de ser agraciada com a Medalha Vanier do Instituto de Administração Pública do Canadá. Foi subdiretora de diversos departamentos governamentais canadenses, incluindo a Transporte Canadá. Atualmente, é reitora da Universidade de Ottawa e membro da diretoria do Instituto Internacional para o Desenvolvimento Sustentável. Além disso, é membro da Comissão Mundial sobre Globalização.

### Emília Sičáková-Beblavá

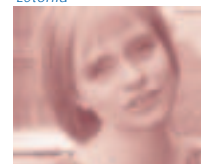
Eslováquia



Emília Sičáková-Beblavá fez seus estudos na Faculdade de Comércio da Universidade de Ciências Econômicas de Bratislava. Atualmente, prepara seu doutorado. De janeiro de 1997 a outubro de 1998, trabalhou como pesquisadora no Centro de Desenvolvimento Econômico da Eslováquia, dedicando-se aos temas: transparência, corrupção e governabilidade. É presidente do capítulo da Transparency International da Eslováquia desde 1998. Entre outras atividades profissionais, dá aula sobre reformas econômicas e sociais e transparência, na Faculdade de Ciências Políticas da Universidade Comenius, em Bratislava.

### Inese Voika

Letônia



Inese Voika é fundadora e atual presidente do DELNA – capítulo da TI na Letônia. É jornalista investigativa e professora da Universidade da Letônia. Desde 1998, a TI da Letônia se transformou em uma das organizações sem fins lucrativos mais visíveis, que luta a favor da sociedade civil dos letões. Entre as muitas atividades que coordena está a monitoração do financiamento dos partidos políticos, e a defesa da liberdade de informação e da transparência nos contratos públicos. Voika é autora de *Quem Roubou os Três Milhões*, um livro sobre sua pesquisa de um caso de corrupção na Letônia.

### Rosa Inés Ospina Robledo

Vice-presidente da TI, Colômbia



Rosa Inés Ospina Robledo se formou em Assistência Social Aplicada, na Universidade Externado da Colômbia, e foi professora universitária. Como assessora de diversas instituições públicas, tratou de temas relacionados ao desenvolvimento social e rural e à questão de gênero. Ospina apoiou o desenvolvimento de ONGs ativas nessas áreas e se destacou como consultora de muitas organizações nacionais e internacionais. É co-fundadora da Transparência por Colômbia – capítulo nacional da TI em seu país –, onde ocupa o cargo de diretora-executiva.

### Jermyn Brooks

Reino Unido / Alemanha



Jermyn Brooks entrou para a Price Waterhouse em 1962, e foi sócio-gerente da empresa até se aposentar, em 2000. A partir de 1989, supervisionou o processo de expansão da empresa na Alemanha reunificada e na Europa Oriental. Em 1997, foi nomeado presidente das operações conjuntas nos EUA e na Europa. No inverno de 2000, Brooks ingressou na TI, como diretor-executivo e CFO. Envolveu-se cada vez mais nas iniciativas da TI que diziam respeito ao setor privado: os Princípios Antilavagem de Dinheiro de Wolfsberg; os Princípios de Negócios para Combater o Suborno; as iniciativas e o apoio à indústria em torno de projetos ligados ao Global Compact e à Iniciativa de Informação Global.

### Mame Adama Gueye

Senegal



O Mestre Mame Adama Gueye é sócio-gerente de um dos mais renomados capítulos jurídicos especializados em direito comercial do Senegal. É também consultor e árbitro do Centro de Mediação, Conciliação e Arbitragem da Câmara de Comércio, Indústria e Agricultura de Dacar. Após seus estudos de pós-graduação em Direito, assumiu três mandatos consecutivos como membro do Conselho Profissional de Advogados do Senegal. Gueye é vice-presidente da comissão "La Société face à l'Administration Publique", uma iniciativa nacional de governabilidade. Escreveu diversos relatórios sobre a governabilidade no Senegal, publicados pelo Phud e pela TI. É presidente do Fórum Civil, o capítulo da TI no Senegal.

### John Makumbe

Zimbábue



John Makumbe é professor contratado do Departamento de Ciência Política da Universidade de Zimbábue e presidente da TI do país. Também é membro da diretoria da Coalizão da Crise em Zimbábue e presidente da Associação Albina de Zimbábue. Trabalhou com a Trans World Radio, a Associação de Zimbábue para a Prevenção de Crimes e Reabilitação de Delinquentes, e a Rede Africana de Educadores para o Desenvolvimento. Makumbe é co-autor de *Por trás da Cortina de Fumaça. A Política das Eleições Gerais de Zimbábue*, em 1995. Trabalhou como consultor nas áreas de capacitação para administração, democracia e governabilidade.

### Alm. R.H.Tahiliani (reformado)

Índia



R.H. Tahiliani se alistou na Marinha da Índia em 1948. Formou-se piloto, instrutor de voo e, depois, piloto de provas. Dirigiu um esquadrão de aviões de combate e três navios de guerra, a Frota Ocidental, os Comandos Navais do Sul e do Oeste, antes de ser nomeado chefe do Estado-Maior, em 1984. Depois de se aposentar, uniu-se à Sociedade de Servidores do Povo, uma ONG que trabalha com a população carente. Também se destacou como governador do estado fronteiriço de Sikkim. É membro fundador da TI da Índia e presidente do capítulo, e membro da comissão diretora do Memorial Fund for Disaster Relief e presidente da Delhi Symphony Society.

### Nancy Zucker Boswell

Estados Unidos



Nancy Zucker Boswell foi diretora administrativa da TI-USA, logo após sua fundação. Formou-se em Direito, aprovada com louvor, na Washington College of Law da American University, em Washington, D.C. É diretora do PACT e do International Senior Lawyers Project, e co-presidente do Grupo de Trabalho sobre Práticas Corruptas no Exterior, do Colégio de Advogados dos EUA. É, igualmente, assessora do governo americano, como membro do Comitê Consultivo sobre Política Econômica Internacional, do Departamento de Estado, e do Comitê Consultivo sobre Política Ambiental e Comércio do Representante Comercial dos EUA.

## CONSELHO CONSULTIVO

<b>Kamal Hossain (presidente)</b> Bangladesh Ex-ministro de Direito e Finanças	<b>Fritz Heimann</b> EUA Membro fundador da TI e presidente da TI-USA	<b>Ahmedou Ould-Abdallah</b> Mauritânia Ex-ministro das Relações Exteriores, ex-secretário-executivo da Coalizão Global pela África	<b>Jessica Tuchmann Mathews</b> EUA Presidente, Carnegie Endowment for International Peace
<b>Oscar Arias Sánchez</b> Costa Rica Ex-presidente, Prémio Nobel da Paz, presidente da Fundación Arias	<b>Ronald MacLean Abaroa</b> Bolívia Ex-prefeito de La Paz, ex-ministro das Relações Exteriores	<b>Devendra Raj Panday</b> Nepal Ex-ministro das Finanças	<b>Frank Vogl</b> EUA Ex-vice-presidente da TI, presidente da Vogl Communications, Inc.
<b>Paul Batchelor</b> Reino Unido Vice-presidente da Global Geographies, Pricewaterhouse Coopers	<b>Hans Matthöfer</b> Alemanha Ex-ministro das Finanças, ex-presidente da Beteiligungsgesellschaft der Gewerkschaften	<b>Khun Anan Panyarachun</b> Tailândia Ex-primeiro-ministro, presidente da Saha-Union Public Co., Ltd.	<b>Joe Wanjui</b> Quênia Presidente da Bawan Roses Ltd, reitor da Universidade de Nairóbi
<b>Peter Berry</b> Reino Unido Presidente de Crown Agents	<b>Ira Millstein</b> EUA Sócio majoritário da Weil Gotshal & Manges	<b>Jean-Claude Paye</b> França Ex-secretário-geral da OCDE, ex-assessor especial do governo	<b>Richard von Weizsäcker</b> Alemanha Ex-presidente
<b>John Brademas</b> EUA Reitor emérito da Universidade de Nova York	<b>Festus Mogae</b> Botsuana Presidente	<b>Mary Robinson</b> Irlanda Ex-presidente, ex-alta comissária das Nações Unidas para os Direitos Humanos	<b>Michael Wiehen</b> Alemanha Ex-executivo do Banco Mundial, advogado
<b>Jimmy Carter</b> EUA Ex-presidente	<b>George Moody-Stuart</b> Reino Unido Ex-presidente da Worldaware	<b>Peter Rooke</b> Austrália Ex-sócio, Clifford Chance	
<b>Ugo Draetta</b> Itália Professor da Universidade Católica de Milão	<b>Miklós Németh</b> Hungria Ex-primeiro-ministro, Ex-vice-presidente do BERF	<b>Hartmut Ruppel</b> Namíbia Junta governativa dos membros do Parlamento, Ex-procurador-geral	
<b>Dolores L. Español</b> Filipinas Juiz de Primeira Instância Regional	<b>John Noonan</b> EUA Juiz da Câmara Federal de Apelações dos EUA	<b>Augustine Ruzindana</b> Uganda Membro do Parlamento	
<b>Dieter Frisch</b> Alemanha Ex-diretor-geral para o Desenvolvimento da Comissão das Comunidades Europeias	<b>Olusegun Obasanjo</b> Nigéria Presidente	<b>Sir Anthony Siaguru</b> Papua-Nova Guiné Ex-ministro e secretário de Relações Exteriores	
<b>Ekaterina Genieva</b> Rússia Diretora-geral da Biblioteca Estatal de Literatura Estrangeira	<b>Abdullah Mohamed Omar</b> África do Sul Ministro dos Transportes	<b>Soli J. Sorabjee</b> Índia Procurador-geral	
<b>Frene Ginwala</b> África do Sul Presidente do Parlamento	<b>Wiktor Osiatynski</b> Polónia Open Society Institute	<b>Virginia Tsouderos</b> Grécia Ex-vice-ministra das Relações Exteriores	

## SECRETARIADO

	<b>Peter Eigen</b> Presidente	<b>David Nussbaum</b> Diretor-geral		
<b>ADVOCACIA</b>				
<b>Política e Pesquisa</b>	<b>Robin Hodess</b> Diretora	<b>Anna Hakobyan</b>	<b>Carolyn Schlippe</b>	
<b>Comunicações</b>	<b>Jeff Lovitt</b> Diretor			
	<b>Relação com a imprensa</b>	<b>Jesse García</b>	<b>Jana Kotalik</b>	<b>Sarah Tyler</b>
	<b>Recursos on-line</b>	<b>Roberto Pérez Rocha</b> <b>Kristina Spaar</b>	<b>Andrew Kelly</b> <b>Renata Trowers</b>	<b>Lene Møller Jensen</b>
	<b>Relatório Global da Corrupção</b>	<b>Tania Inowlocki</b> <b>Toby Wolfe</b>	<b>Rachel Rank</b>	<b>Diana Rodriguez</b>
<b>INTERNACIONAL</b>				
<b>Programas Globais</b>	<b>Carin Norberg</b> Diretora	<b>Susan Côté-Freeman</b> <b>Juanita Olaya</b>	<b>Gillian Dell</b> <b>Ute Siebert</b>	<b>Bettina Meier</b> <b>Aled Williams</b>
<b>África e Oriente Médio</b>	<b>Muzong Kodi</b> Diretor regional	<b>Julien Attakla-Ayinin</b> <b>Nelson Muffuh</b> <b>Stéphane Stassen</b>	<b>Arwa Hassan</b> <b>Françoise-Nicole Ndoume</b> <b>Chantal Uwimana</b>	<b>Perrine Lhuillier</b> <b>Babatunde Olugboji</b> <b>Marie Wolkers</b>
<b>Américas</b>	<b>Silke Pfeiffer</b> Diretora regional	<b>Jessica Berns</b> <b>Alejandro Salas</b>	<b>Marta Erquicia</b>	<b>Andrea Figari</b>
<b>Ásia-Pacífico</b>	<b>Manzoor Hasan</b> Diretor regional	<b>Ran Liao</b>	<b>Lisa Prevenslik Takeda</b>	
<b>Europa e Ásia Central</b>	<b>Miklos Marschall</b> Diretor regional	<b>Stian Christensen</b> <b>Kate Sturgess</b>	<b>Ben Elers</b> <b>Sergei Tscherejkin</b>	<b>Sara Morante</b>
<b>RECURSOS</b>				
	<b>Steve King</b> Diretor de finanças			
<b>Contabilidade e TI</b>	<b>Monika Ebert</b> Responsável pela área	<b>Sylvia Fiebig</b> <b>Kerstin Mercalov</b>	<b>Vanesa Kohl-Salazar</b> <b>Dean Rogers</b>	<b>Nuket Kilicli</b>
<b>Relações com Doadores</b>	<b>Johannes Seybold</b> Responsável pela área	<b>Nathalie Hobeica</b>		
<b>Recursos Humanos/Gestão do Capítulo</b>	<b>Margit van Ham</b> Diretora	<b>Leticia Andreu</b> <b>Anke Goldammer</b>	<b>Hannelore Deimling</b>	<b>Jeremy Elsworth</b>
	<b>Coordenação institucional</b>	<b>Stan Cutzach</b>		

### Relatório Global da Corrupção de 2004



Pluto Books, ISBN 0-7453-2230 GB £15.99 / US\$24.95

O Relatório Global da Corrupção (GCR) é uma análise sistemática da corrupção ao redor do mundo, realizado pela TI. O GCR 2004 (lançado em março de 2004) contém uma seção especial sobre financiamento político, com informações de especialistas sobre esse tema, a repatriação de bens roubados, o abuso da imunidade e a corrupção nos setores de armamento e petróleo. Essa edição também apresenta relatórios globais e regionais, 34 relatórios de países.

### Relatório Global da Corrupção de 2003

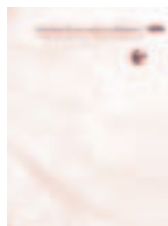


Ed. Robin Hodess, introdução de Peter Eigen, Profile Books, 326 páginas, ISBN 1-86197-476-0. GB £15.00

A edição de 2003 do Relatório Global da Corrupção se concentra no acesso à informação dentro da luta contra a corrupção, e oferece uma avaliação especial do escândalo da Enron. Também explora as formas pelas quais a sociedade civil, os setores público e privado e a mídia usam e controlam as informações, a fim de combater a corrupção ou ocultá-la. O GCR 2003 conta com uma seção com resultados de pesquisas e 16 relatórios regionais sobre o estado da corrupção e as medidas anticorrupção tomadas no mundo todo.

Em julho de 2003 foi publicada a edição em francês do GCR 2003, *Rapport mondial sur la corruption 2003*. Éditions Karthala, ISBN 2-84586-405-1, 423 páginas, €28

### Relatório Global da Corrupção de 2001



Ed. Robin Hodess, introdução de Peter Eigen, 314 páginas, ISBN 3-935711-00-X. €20.

O primeiro volume de uma série de relatórios anuais sobre a situação da corrupção em âmbito mundial inclui 12 relatórios regionais e seções temáticas sobre o financiamento de partidos políticos, lavagem de dinheiro, comércio de diamantes e a implementação da convenção da OCDE.

Para baixar todas as edições do GCR gratuitamente, visite: [www.globalcorruptionreport.org](http://www.globalcorruptionreport.org)

Para mais informações sobre como solicitar alguma das publicações da TI, entre em contato com: Transparency International Secretariat, Otto-Suhr-Allee 97-99, 10585. Berlim, Alemanha. Tel: (+49-30) 343 820-0, Fax: (+49-30) 3470 3912. Email: [ti@transparency.org](mailto:ti@transparency.org).

Para encontrar a lista completa de preços e dados de cada publicação, entre neste endereço: [www.transparency.org/publications](http://www.transparency.org/publications).

### Corruption Fighter's Tool Kit 2003



Experiências e novas estratégias da sociedade civil

A Caixa de Ferramentas para o Controle Cidadão da Corrupção de 2003 (um compêndio das ferramentas de 2001 a 2003) descreve mais de 60 experiências da sociedade civil compiladas pela Transparency International. A Caixa se encontra disponível em versão impressa e em CD. Apresenta, de forma acessível, uma variada gama de iniciativas anticorrupção implementadas pelos capítulos nacionais da TI e outras organizações da sociedade

civil. Os casos podem ser copiados ou adaptados a outros países, em diversas áreas, como a reforma do Poder Judiciário ou o controle da corrupção nas contratações públicas. Disponível também em espanhol.

### O Source Book da TI em 2000



Para Enfrentar a Corrupção: Os Elementos de um Sistema Nacional de Integridade.

Ed. Jeremy Pope, 2000, 3ª edição, totalmente revisado e adaptado, 364 páginas., ISBN 3-980 5657-8-5. Institucional € / US\$95, individual € / US\$50.

O Source Book da TI é um guia indispensável para quem deseja conhecer profundamente a corrupção e combatê-la. Transformou-se no manual preferido dos defensores das boas práticas na administração pública e no setor privado. A primeira edição foi traduzida para mais de 20 idiomas.

### Combattre la corruption – enjeux et perspectives



Ed. Djilali Hadjadj, Éditions Karthala, 2002, 360 páginas, ISBN 2-84586-311-X. €25.

Primeiro guia para enfrentar a corrupção, adaptado para o contexto da África de fala francesa.

O livro é uma adaptação realizada pelos capítulos nacionais da TI do material de referência anticorrupção por excelência – o Source Book da TI –, para o ambiente sociopolítico e legislativo da África francófona.

### TIQ, o Boletim Trimestral da TI



Disponível em inglês e francês, informa sobre os últimos escândalos relacionados à corrupção, e também trata de reformas e iniciativas que surgiram em âmbito mundial, a fim de fomentar a transparência e a prestação de contas. Inclui, ainda, uma resenha sobre o trabalho dos capítulos nacionais da TI.

### Sistema Nacional de Integridade da TI – Estudos de Países

A TI publicou estudos sobre a implementação do Sistema Nacional de Integridade para os seguintes países: em 2003, Papua-Nova Guiné, Nova Zelândia e Zâmbia; e em 2001, Argentina, Botsuana, Brasil, Bulgária, Canadá, Colômbia, Fiji, Gana, Jordânia, Casaquistão, Coreia do Sul, Lituânia, México, Mongólia, Nepal, Holanda, Senegal e Trinidad e Tobago.

## SUMÁRIO

<b>TRABALHO NA REDE REGIONAL</b>	<b>II</b>	<b>CAPÍTULOS EM AÇÃO</b>	<b>X</b>
Transparência nos Contratos Públicos	II	<b>TILAC NO CIBERESPAÇO</b>	<b>XV</b>
Financiamento da Política	III	<b>NOSSA EQUIPE</b>	<b>XVI</b>
Convenção Interamericana contra a Corrupção	IV		
Medição da Corrupção	V		
A América Central contra a Corrupção	VIII		
Investigar a Corrupção dá Prêmio	IX		

## SEÇÃO ESPECIAL TILAC

TI na América Latina e no Caribe

## INTRODUÇÃO

# O grande desafio

Silke Pfeiffer, *Diretora Regional das Américas*

Segundo o Barômetro Global da Corrupção da TI, cinco de cada dez latino-americanos acreditam que a corrupção afeta de modo muito significativo sua vida pessoal e/ou familiar. Esses dados nos mostram que, embora a corrupção tenha chegado a ocupar um lugar importante na consciência dos cidadãos e na agenda pública, continua sendo um grande desafio alcançar resultados que afetem positivamente a vida no dia-a-dia da sociedade.

“Estamos no caminho certo?” Essa pergunta permanece depois de dez anos de luta contra a corrupção e pela transparência na América Latina, no movimento encabeçado pela Transparency International. Sabemos que, para prosseguir construindo sobre o que já conquistamos e evitar o desalento de todos os que participam ativamente da luta, é importante aprimorar as estratégias, encontrar respostas inovadoras, mobilizar coalizões amplas e continuar desenvolvendo instrumentos que nos ajudem a compreender e a medir melhor a corrupção em todas as suas manifestações, de modo a fazer o melhor uso deles e criar debates e mudanças.

Desde 1995, a Transparency International para a América Latina e o Caribe (TILAC) – a rede de capítulos latino-americanos da TI – vem desenvolvendo uma forte voz regional, capaz de apoiar e reforçar o trabalho de

cada um de seus integrantes, em âmbito nacional, e incentivar agendas comuns, em âmbito regional. Atualmente, a TILAC está mais presente que nunca: integra 14 organizações em quase todos os países da região e colabora com grande quantidade de organizações aliadas.

Com o intercâmbio constante de experiências e a coordenação de estratégias, em 2002 foram alcançados resultados importantes, principalmente em torno de três eixos temáticos priorizados pela rede: contratos transparentes, financiamento político transparente e acompanhamento da Convenção Interamericana contra a Corrupção (CICC). Em 11 países, os capítulos fiscalizam sistematicamente os processos de contratação pública, zelando por altos níveis de transparência e eficiência, para que a administração do Estado satisfaça da melhor maneira as necessidades da cidadania. Na área de financiamento político, o aconselhamento constante da TILAC contribuiu para que em muitos países estejam sendo discutidas as reformas legislativas. Em relação à CICC, a rede assumiu a posição de referencial regional e garante a continuidade independente de sua atuação.

A aliança com os meios de comunicação foi decisiva para o trabalho. Levou-nos a apoiar ativamente o Prêmio de Jornalismo Investigativo de um Caso de Corrupção na América Latina e no Caribe, prêmio

regional entregue pela primeira vez em 2002, pela TILAC e pelo Instituto Prensa y Sociedad do Peru. Os trabalhos apresentados revelaram a força e a excelente qualidade desse gênero jornalístico na América Latina sobre o tema da corrupção.

Cada integrante da TILAC avança com projetos específicos, de acordo com as particularidades de seu país, em áreas como a promoção de uma justiça independente e eficaz, a elaboração de diagnósticos e instrumentos que permitam medir níveis de corrupção, e o trabalho com o setor privado, entre muitos outros.

Com os avanços conquistados, a qualidade dos participantes, o aspecto inovador das iniciativas e a projeção que elas têm, respondemos com um estrondoso sim à pergunta “Estamos no caminho certo?”. A tarefa é imensa e o caminho pela frente, longo. O Barômetro Global indica que os latino-americanos se mostraram os mais otimistas em relação às mudanças esperadas para os próximos anos. Entendemos isso como um convite para continuar propiciando alianças que busquem novas iniciativas contra a corrupção

Convidamos todos para conhecer outras atividades e conquistas da rede da TILAC nas próximas páginas. Entrem em contato para oferecer suas idéias e seus comentários, solicitar mais informações ou unir-se à tarefa, para que, em algum momento, os cidadãos latino-americanos possam sentir a mudança real.



A promoção de agendas regionais contra a corrupção é um dos

principais objetivos da rede da TILAC. Nesse sentido, e além do trabalho de cada organização no âmbito de seu país, a rede desenvolve uma série de programas regionais em torno de temas escolhidos por seus membros como prioridades regionais. Tais temas foram identificados como fundamentais e decisivos na luta contra a corrupção na região, e colocam em destaque áreas em que a rede conta com boa experiência.

# Transparência nas Contratações Públicas

Especialistas estimam que a corrupção sistêmica gera entre 20 e 25 % de aumento nos custos dos contratos públicos na América Latina, e que costuma ter como resultado uma qualidade inferior à que foi contratada e adquirida, o que não satisfaz as necessidades básicas da cidadania. Por isso, é lógico que a promoção de um marco de transparência para os contratos públicos continue sendo a primeira prioridade da TILAC. Os capítulos da TILAC fizeram um trabalho bem-sucedido sobre esse tema em três níveis: a promoção de um marco legal mais adequado; a aplicação de metodologias participativas para detectar riscos nos sistemas nacionais de contratação pública, e a aplicação de instrumentos inovadores de prevenção e controle da corrupção nos contratos públicos.

Como marco do primeiro eixo de incidência foram sancionadas novas leis de contratação no Paraguai e no Chile, com a participação ativa dos capítulos nacionais da TILAC, que se comprometeram com seu prosseguimento para a efetiva concretização dessas leis. Como primeiro resultado da aplicação da nova lei, o programa de governo *Chilecompra* solicitou ajuda ao **Chile Transparente** para iniciar o uso dos Pactos de Integridade. Na Colômbia, foi elaborada e executada uma aliança com organizações da sociedade civil (Confederação das Câmaras de Comércio, Universidade Externado da Colômbia e Instituto de Ciência Política) para criar um Observatório do processo de modificação do estatuto da Contratação Pública (Lei nº 80/93). Na área de identificação e gestão de risco,

em El Salvador, Bolívia, Honduras e Guatemala foram elaborados mapas de risco de corrupção em contratos, complementando os existentes em outros oito países latino-americanos. Quatro países realizaram *workshops* com funcionários, empresários e cidadãos, que permitiram identificar os maiores problemas ligados aos contratos públicos: falta de institucionalidade e de acesso à informação.

Os capítulos da TILAC continuam muito ativos na aplicação de instrumentos de prevenção da corrupção nos contratos: o **Poder Ciudadano** (Argentina), buscando formas de envolver o setor privado, trabalhou na área de Ação com Empresários (estabelecimento de espaços para os empresários aumentarem sua interação com o Estado), influenciando assim nos grandes contratos públicos, ao criar regras claras e transparentes

que melhorem a capacidade de compra dos órgãos estatais. Em Morón, com a realização de Audiências Públicas, o capítulo participou da continuação da renegociação do contrato de coleta de lixo no município. Essa renegociação permitiu manter o custo mais baixo para esse serviço na província de Buenos Aires, ainda abaixo das propostas de outros licitantes no processo cujo resultado foi a contratação para 2003.

Na Colômbia, a ênfase na execução dos Pactos de Integridade mudou para uma intervenção profunda sobre os processos de contratação de uma instituição ou de um setor específico, com o uso do instrumento *Ilha de Integridade*. A **Transparencia por Colombia** completou um exercício com o Banco Agrário, cujo resultado foi a adoção de um Plano Indicativo para a melhoria dos sistemas de contratação da entidade, que será

desenvolvido em 18 meses, com um custo de aproximadamente 2 milhões de dólares, com impacto em 69 subprojetos. O capítulo foi chamado novamente para participar da continuação da implementação total do Plano Indicativo.

No México, o programa de Pactos de Integridade chegou ao âmbito do Instituto Federal Eleitoral, que assinou um convênio com a **Transparencia Mexicana** para promover a transparência e a integridade em suas aquisições. A **Proética** (Peru) utilizou o Pacto de Integridade com entidades territoriais, com as quais deu início a um programa de prestação de contas, por meio de páginas da internet, com informações sobre suas atividades de contratação. No Equador, deu-se prosseguimento ao uso dos Pactos de Integridade na concessão de sistemas de comunicação.

Segundo o Barômetro Global da Corrupção, os cidadãos latino-americanos identificaram os partidos políticos como a primeira instituição da qual eliminariam a corrupção. Essa avaliação nos surpreende e é alarmante: a atração de políticos para interesses particulares, os esquemas pouco transparentes de financiamento de suas campanhas e o alto nível de imunidade de muitos políticos, impedindo que sejam processados legalmente, levaram os partidos políticos a perder credibilidade na região, colocando em risco a democracia.

Nesse contexto, a rede TILAC reforçou o combate à corrupção no financiamento político como prioridade regional de 2003. Em diversos países, os capítulos nacionais da TILAC e organizações aliadas da sociedade civil entraram em ação para promover uma legislação mais adequada, com o acompanhamento e a vigilância de sua aplicação. Isso é fundamental, se considerarmos que, ao contrário de outros aspectos da vida de um país, na questão do financiamento de partidos políticos e seus candidatos, os parlamentares

# Financiamento da política: Quem financia aqueles que nos representam?

decidem sobre normas que dizem respeito à sua própria eleição e gestão. Por isso, torna-se indispensável a participação da sociedade civil na elaboração e no controle dessas normas.

Para uma ação estruturada em base mais sólida de conhecimentos e para identificar as necessidades de mudanças, no período de 2002 a 2003 a TILAC elaborou, sob a coordenação da Transparência Brasil, um diagnóstico de normas, práticas e debates importantes, relacionados à corrupção e à transparência desse setor nos países da região. Esse estudo se transformou no principal instrumento para interferir nos debates da reforma

Motivada pelos escândalos das contribuições irregulares, a **Transparência Internacional da Costa Rica** convocou funcionários

públicos, parlamentares, jornalistas e acadêmicos para um debate sobre os desafios do financiamento político, durante as eleições para presidente, em 2002. Submeteu um projeto de lei de financiamento político à Assembléia Legislativa. A ausência de legislação eficaz para o financiamento de partidos e campanhas no Chile, objeto de vários escândalos de corrupção, levou o **Chile Transparente**, junto com outras organizações da sociedade civil, a apresentar recomendações e críticas a um projeto de lei em discussão na Assembléia Legislativa. Criticou a intolerância dessa lei diante das contribuições secretas e o montante muito alto de doações de particulares.

As melhores leis não alteram nada, se não forem aplicadas de maneira adequada. A independência, a capacidade e o nível suficiente

de recursos das instituições responsáveis pela fiscalização das normas de financiamento político são decisivos nesse contexto. Também é importante que tais esforços sejam complementados e reforçados pela sociedade civil.

Em sua campanha *Iluminemos o Quarto Escuro*, o capítulo da Argentina, **Poder Ciudadano**, revelou, entre outros dados, que o candidato vencedor Néstor Kirchner declarou apenas 0,2 % do financiamento de sua campanha. A experiência do Poder Ciudadano demonstrou que só com base num sistema eficaz de supervisão da lei, assim como pelo controle social, é que se chega a uma cultura de transparência no financiamento da política (ver páginas 8 e X)

Às *Claras* – banco de dados da **Transparência Brasil** – retrata um

caso de cooperação entre a sociedade civil e a justiça eleitoral para reforçar o cumprimento da lei de financiamento de partidos. Esse banco de dados publica e cruza informações fornecidas pela Justiça Eleitoral sobre doadores, doações, candidatos e partidos (ver página 5).

Tais experiências complementam os instrumentos de diferentes integrantes da TILAC para combater a corrupção no financiamento político. O trabalho em rede nos permite compartilhar e multiplicar nossas ações em âmbito nacional, por intermédio de uma voz regional, unir esforços para avançar na análise de problemas, além de avaliar nosso progresso e formar alianças com outros atores comprometidos com essa questão.

## Convenção Interamericana contra a Corrupção:

# Um continente atrás do mesmo objetivo

A Convenção Interamericana Contra a Corrupção foi um marco coerente e exato para a redução da corrupção no setor público das Américas (ver página 14).

Os países que a ratificaram (com exceção de Belize e Santa Lúcia) participam de um processo de continuidade que permitirá promover sua execução.

Os governos estão respondendo perguntas sobre os dispositivos especificados, e um Comitê de Especialistas passou a analisar o cumprimento dos dispositivos dessa Convenção em termos de cada país.

A partir da Reunião de Cúpula das Américas, realizada em 1994, os capítulos nacionais da TI na região apoiaram com ações decisivas as tarefas contra a corrupção. Quando o Comitê se reuniu pela primeira

vez, em fevereiro de 2003, num passo importante para abrir o processo de supervisão da sociedade civil, convidou representantes dos capítulos da TI e os contatos nos países em processo de fiscalização para que apresentassem suas descobertas. Eles forneceram comentários substanciais e incisivos sobre a concordância dos governos, e demonstraram que existem impedimentos comuns, como: separação inadequada de poderes, sistemas judiciários frágeis ou a falta de acesso à informação. Os representantes identificaram como elementos essenciais de qualquer estratégia nacional eficaz contra a corrupção: leis para a proteção de informantes, regras firmes sobre conflitos de interesses e supervisão, por parte da sociedade civil, das propostas públicas. Desde então, o Comitê publicou relatórios mostrando que levou em

consideração as observações da TI. E os quatro capítulos participantes estão realizando atividades para promover o desenvolvimento e a colocação em prática das recomendações do Comitê.

Na Argentina, o **Poder Ciudadano** trabalha com grupos profissionais e outras organizações da sociedade civil para implementar, em âmbito regional, as recomendações dos especialistas. A **Transparencia por Colombia** começou a divulgar essas recomendações. Na Nicarágua, a **Ética y Transparencia** está organizando um *workshop* em cooperação com o governo, que deverá se traduzir num plano nacional para pôr em prática a Convenção. E a **Transparencia Paraguay** trabalha com o escritório governamental contra a corrupção para divulgar as recomendações

e desenvolver uma estratégia para concretizá-las.

Estes países serão os próximos a sofrer fiscalização: Chile, Equador, Panamá e Uruguai. Seus capítulos da TI apresentaram ao Comitê avaliações de seus governos sobre o cumprimento da Convenção. Num passo positivo para envolver a sociedade civil no mecanismo, o Comitê já decidiu que os grupos da sociedade civil desses quatro países também fossem convidados a compartilhar seus pontos de vista na reunião de fiscalização de fevereiro de 2004.

No entanto, ainda existem problemas que expõem desafios importantes. Apenas 15 dos países que participam do processo permitiram que suas respostas ao questionários fossem publicadas no sítio da OEA na internet.

O ritmo de fiscalização é muito lento (a primeira fase só estará concluída depois de 2006).

Esse ritmo deve ser acelerado para que se possa avaliar a adequação às disposições importantes de outras convenções. Também se deve garantir o financiamento do processo para contar com os profissionais necessários, os quais realizariam as exaustivas e significativas avaliações de modo adequado. Os bancos de desenvolvimento multilateral e os doadores bilaterais devem se comprometer a oferecer apoio e capacitação técnica aos governos e à sociedade civil. Apenas se essas medidas forem tomadas, o potencial da Convenção poderá provocar algum impacto real e eficaz nos países e no bem-estar de suas populações.

O desenvolvimento e o interesse crescente na pesquisa empírica dentro do campo da medição da corrupção facilitaram a compreensão desse fenômeno complexo, permitindo observar e diferenciar suas diversas manifestações e identificar aqueles setores e instituições mais vulneráveis, constituindo-se, assim, em um elemento fundamental para o trabalho contra a corrupção. Graças ao desenvolvimento de novas metodologias e de novos instrumentos, atualmente é possível contar com informações que permitem orientar de maneira mais precisa o projeto de estratégias e de tomada de decisões. Igualmente, o fato de se contar com índices e indicadores permite realizar comparações no tempo ou cotejar setores e instituições com o intuito de avaliar o progresso das ações voltadas para o combate à corrupção. Em 2003, além do Índice de Percepções da Corrupção (IPC) (ver páginas 20 e 21), foi lançado o Barômetro Global da Corrupção (BGC) – que permite medir expectativas e prioridades dos cidadãos diante da corrupção. O BGC inclui nove países da América Latina (ver página 23).

# Medição da corrupção: As bases para promover a mudança

Para essa região, vale destacar as metodologias e os instrumentos desenvolvidos por alguns capítulos nacionais, pioneiros na criação de técnicas de medição. Eles desenvolveram instrumentos inovadores que levam em conta diferentes abordagens, entre os quais ganham destaque aqueles que procuram complementar elementos baseados em percepções, com a obtenção de indicadores objetivos ou “dados consistentes”. Desse modo, trabalhou-se, por um lado, em diversos níveis, em setores muito específicos ou em âmbitos subnacionais; e, por outro lado, com enfoques multissetoriais e em âmbito nacional.

## PESQUISAS

Em 2003, a **Proética**, capítulo da TI no Peru, realizou a Primeira Pesquisa Nacional sobre Governabilidade e Corrupção, com o objetivo de obter mais dados sobre a percepção da corrupção na população do país e estabelecer um Índice de Corrupção e Governabilidade (ICG). Isso foi possível graças à contribuição da **Transparência Mexicana** que, em 2002, elaborou e aplicou com muito sucesso a Pesquisa Nacional de Corrupção e Governabilidade, instrumento analítico que permite, com o mesmo recurso, medir nos domicílios as experiências e as percepções sobre a corrupção nos serviços públicos.

Adaptada para o Peru, a pesquisa apresentou os seguintes resultados:

- O Poder Judiciário é percebido como a instituição mais corrupta, seguida pela polícia e pelo governo. Paradoxalmente, os cidadãos acreditam que essas três instituições deveriam liderar a luta contra a corrupção.
- Duas em cada três pessoas demonstraram algum grau de tolerância em relação a diversos atos cotidianos de corrupção. O restante se pronunciou claramente contra.
- As atividades com maior incidência de suborno são as relacionadas às autoridades policiais ou judiciais.
- Dos entrevistados, 32% reconheceram ter incorrido em corrupção em alguma das 36 atividades examinadas.

Partindo de um enfoque setorial, a **Transparência Brasil**, junto com a **Kroll International**, conduz anualmente uma pesquisa sobre a corrupção e o setor privado. Os resultados – a pesquisa já tem duas edições, e a terceira, de 2004, já foi lançada – têm mostrado que o empresariado enxerga na corrupção um dos principais entraves para o desenvolvimento. As áreas mais propícias à corrupção, segundo os participantes das pesquisas, são a arrecadação tributária, as licitações públicas e as relações incestuosas que se criam no mundo político devido ao financiamento eleitoral.

Em colaboração com as autoridades da cidade de São Paulo e o Banco Mundial, a **Transparência Brasil** realizou uma pesquisa nessa cidade, que ofereceu informações

>>

## Novas metodologias e novos instrumentos de medição nos permitem contar com informações que orientam com mais precisão o projeto de estratégias e a tomada de decisões.

### >> Medição da corrupção

sobre percepções, experiências e valores, a partir de questionários aplicados a cidadãos, empresas e servidores públicos.

#### Resultados:

Para 83,4% das empresas, a corrupção limita o crescimento do setor privado; 19% das empresas, 16,8% dos cidadãos e 7,3% dos servidores públicos tiveram experiências com a corrupção. A maioria dos participantes da pesquisa considerou que se fala muito em combater a corrupção, mas age-se pouco. A maioria dos servidores considerou que a corrupção é pouco freqüente. Os empresários acharam que a corrupção nas contratações públicas se deve à ação de cartéis.

A **Transparencia por Colombia** desenvolveu este ano o Índice de Integridade das Entidades Públicas, que mede o desempenho das principais entidades desse tipo no país. O Índice, além de gerar mais conhecimento sobre os temas da corrupção e da integridade e de oferecer elementos para a definição de políticas contra a corrupção, procura desenvolver instrumentos que permitam exercer um controle social melhor, por meio da medição de três fatores representativos de um comportamento íntegro: transparência; controle e sanção; eficiência e institucionalidade.

Esse instrumento, que combina “dados consistentes” com percepção, incluiu a qualificação de 88 entidades do setor público:

- Apenas uma entidade alcançou nível de transparência superior

a 90 pontos (de 100), e 22 obtiveram resultado regular, entre 70 e 90. E 70% das entidades estão abaixo desse nível.

- Entre as entidades abaixo de 50 pontos, encontram-se, entre outros, o Senado da República e a Câmara de Representantes, os Ministérios dos Transportes, da Educação e da Defesa.

O Índice, que será publicado todos os anos, motivou a cooperação e a coordenação com o governo nacional, que assinou um memorando de entendimento com a **Transparencia por Colombia** para melhorar a disponibilidade e a qualidade das informações que o alimenta.

#### SISTEMA NACIONAL DE INTEGRIDADE

Em 2003, aumentou a lista de países da região que contam com um estudo sobre o Sistema Nacional

Tabela 1.

#### Conclusões na região – Barômetro Global da Corrupção

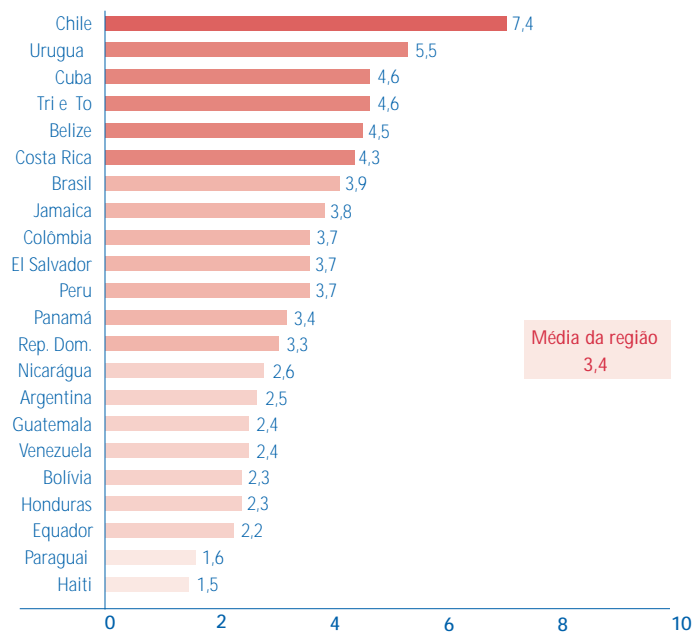
- Cinco em cada dez latino-americanos acreditam que a corrupção afeta significativamente sua vida pessoal/familiar. Em termos mundiais, apenas três em cada dez foram da mesma opinião.
- Em âmbito global, 55% dos entrevistados responderam que a corrupção afeta significativamente a vida política do país. Esse total foi superior na América Latina (68%).
- Para cerca de sete em cada dez latino-americanos é significativa a maneira como a corrupção afeta a cultura e os valores. Isso contrasta com o nível mundial, em que apenas quatro em cada dez entrevistados pensavam assim.
- Enquanto a média global dos entrevistados que responderam que a corrupção vai diminuir (muito ou pouco) nos próximos anos ficou ao redor de 20%, na América Latina tal média superou os 30%.
- A maioria dos latino-americanos considera como primeira prioridade a necessidade de eliminar a corrupção dos partidos políticos.

de Integridade: Nicarágua, Panamá, Honduras e El Salvador. Essa metodologia analisa o arcabouço normativo de instituições integrantes do Estado, nos aspectos relacionados à transparência e à corrupção (análise de aspectos formais) e avalia se essas instituições estão funcionando como prevê a norma. O estudo permite obter uma “fotografia” do inventário de normas e do que acontece de fato em setores ou instituições com influência decisiva. Se o estudo for repetido em diferentes momentos,

permitirá observar progressos, retrocessos ou estagnações.

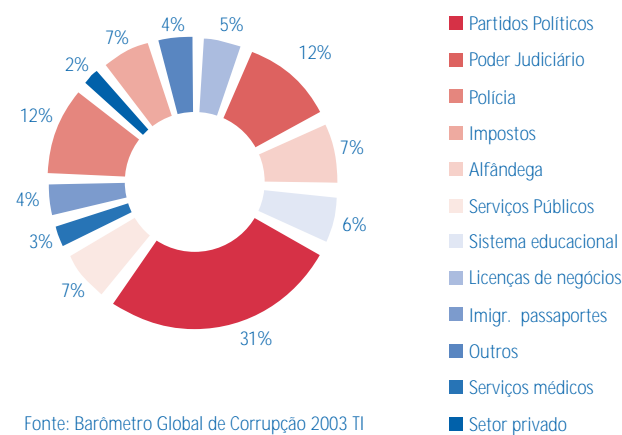
Convém ressaltar que na reunião regional da TILAC (maio de 2003) ficou claro que os capítulos que pertencem à rede dão prioridade à medição da corrupção como um instrumento fundamental que permite avançar na direção adequada à sua luta, oferecendo dados úteis para conhecer a dimensão correta dos futuros desafios e avaliar as conquistas obtidas.

## IPC 2003 América Latina e Caribe



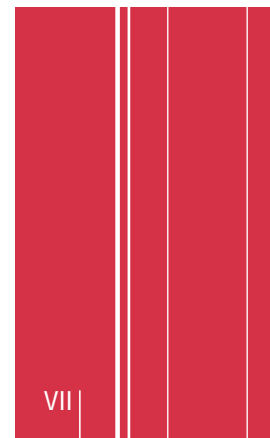
O Índice de Percepções da Corrupção (IPC) da TI continua sendo um dos resultados mais esperados pelo público. A edição 2003 dessa “pesquisa das pesquisas” reflete as percepções de empresários, acadêmicos e analistas de risco, e registra os níveis de corrupção de 133 países, 31 a mais do que em 2002. Em 2003, foram qualificados 22 países da América Latina, incluindo Cuba pela primeira vez. Os capítulos nacionais da TILAC continuaram apresentando e divulgando os resultados do IPC, enquanto o Secretariado elaborou uma apresentação especial para a América Latina, na qual trata de suas especificidades.

## BCG Instituições das quais os latino-americanos eliminariam a corrupção



Fonte: Barômetro Global de Corrupção 2003 TI

“Se você tivesse uma varinha de condão e pudesse eliminar com ela a corrupção de uma instituição, qual seria a primeira?” Essa pergunta foi feita a 40.838 pessoas em 48 países de todos os continentes, pelo Barômetro Global da Corrupção (BGC) da TI. A nova pesquisa de opinião abrangeu nove países da América Latina: Argentina, Bolívia, Colômbia, Costa Rica, República Dominicana, Guatemala, México, Panamá e Peru. Os resultados mostram que três em cada dez pesquisados apontaram os partidos políticos como a instituição da qual gostariam de eliminar, prioritariamente, a corrupção. A Argentina liderou esse *ranking*, junto com o Japão. Em contrapartida, em âmbito regional, cinco em cada dez latino-americanos consideram que a corrupção afeta significativamente sua vida pessoal. O Barômetro, em sua primeira edição, teve ótima acolhida e serviu, também, para fornecer mais informações para as apresentações dos demais produtos da TI.



# A América Central Contra a Corrupção

A promoção de alianças com agentes da sociedade civil, em uma das regiões do continente mais afetadas por problemas de corrupção, permitiu que a TILAC fortalecesse vínculos de trabalho e fizesse esforços importantes para fomentar a transparência. O programa **Nuevos Aliados en Centroamérica** (NAC) e o projeto **Corrupción Vinculada à Micro, Pequena e Média Empresa** (*Corrupción y Mipymes*), em El Salvador e na Nicarágua, enquadram-se nesse objetivo.

## NOVOS ALIADOS

O programa NAC está concentrado na Nicarágua, em El Salvador e em Honduras, países em que não há capítulos nacionais e onde existem poucos interlocutores na sociedade civil com experiência para abordar a questão da luta contra a corrupção. Partindo dessa preocupação, a ênfase do programa foi colocada no diálogo com organizações locais. Graças a isso, foram identificados interesses comuns e áreas potenciais para receber colaboração. Além disso, esse trabalho contou com o respaldo analítico dos estudos de diagnóstico sobre o Sistema Nacional de Integridade nos três países. As informações sistemáticas que esses estudos apresentam permitiram circunscrever o diálogo a áreas sensíveis, relacionadas à mudança estrutural ou sistêmica,

evitando, assim, que se caísse na discussão de casos particulares ou aspectos conjunturais. Os estudos foram apresentados em *workshops* nacionais, com a finalidade de trocar idéias entre atores provenientes de diferentes setores. O resultado foi a conquista de diretrizes para a elaboração de agendas para aquelas áreas selecionadas como prioritárias. Como efeito imediato, nos casos da Nicarágua e de Honduras, os *workshops* também permitiram que se identificasse a ausência de consultas à sociedade civil para a elaboração de propostas de lei sobre o acesso à informação como um ponto fraco que facilita a corrupção. Por causa disso, foram imediatamente realizadas coalizões entre organizações presentes aos *workshops*, a fim de obter opiniões e presença nas

discussões dos projetos. Na etapa seguinte, o programa buscará promover a transferência de experiência e capacitação para os atores locais e a consolidação de redes nacionais e regionais. O que se busca com isso é contar com interlocutores da sociedade civil fortalecidos em sua capacidade de dialogar com os governos de seus países e com aptidões que lhes permitam tomar iniciativas contra a corrupção. O programa se apóia na participação dos capítulos nacionais da rede da TILAC, que, partindo da própria experiência e com a criação de instrumentos, poderão favorecer o processo de fortalecimento de seus parceiros da América Central. Tais atividades são patrocinadas e apoiadas pelo Programa Dinamarquês pró-Direitos Humanos para a América Central (Prodeca).

## MIPYMES CONTRA A CORRUPÇÃO

Quanto à questão da corrupção nas Mipymes, durante 2003 foi feito um trabalho na Nicarágua e em El Salvador, países nos quais esse setor tem peso relativo importante na economia e impacto direto em amplos setores da população que dependem desse tipo de empresas. Por compartilhar dessa preocupação, a Transparency International e a Agência de Cooperação Alemã (GTZ) desenvolveram esse projeto com o objetivo de estimular amplo debate envolvendo atores-chave e instituições interessados no desenvolvimento do setor. O projeto parte da criação de estudos de diagnóstico sobre o impacto da corrupção no setor, com a finalidade de conhecer as práticas mais comuns e identificar pontos vulneráveis. Posteriormente, será aprofundada a identificação de opções para a solução dos problemas encontrados. Em cada país, conta-se com um Conselho Consultivo, composto por pessoas interessadas, provenientes de diversos setores de atividade, que apóiam o desenvolvimento do projeto por meio de sua opinião e orientação estratégica.

# Investigar a Corrupção dá Prêmio

Em agosto de 2002, a TILAC lançou o Prêmio para a Melhor Investigação Jornalística de um Caso de Corrupção na América Latina e no Caribe, em colaboração com o Instituto Prensa y Sociedad (IPYS, Peru). Trata-se de um prêmio anual de 25 mil dólares, que analisa trabalhos em espanhol, português ou inglês publicados pela mídia latino-americana.

O jornalismo latino-americano contribui de maneira importante para o conhecimento e a análise de muitos processos de corrupção na região. No entanto, apesar do prestígio do gênero investigativo, ele ainda não havia sido significativamente estimulado. Por isso, a TILAC e o IPYS decidiram se associar para oferecer um incentivo estimulante ao jornalismo de alto nível que investiga a corrupção, auxiliados por um júri de destaque. Foi assim que nasceu uma aliança de peso entre o jornalismo investigativo e o movimento contra a corrupção. Na primeira entrega do Prêmio (2003), os jurados declararam vencedor Jorge Loáisiga, jornalista do diário *La Prensa*, de Managua. Loáisiga escreveu uma série de reportagens investigativas sobre o desvio de fundos públicos para beneficiar Arnoldo Alemán,

presidente da Nicarágua, em exercício durante as publicações de Loáisiga (1997-2002). A investigação, conhecida como “Los checazos de Alemán” (Os “supercheques” de Alemán), foi a escolhida entre uma centena de trabalhos, por decisão unânime dos jurados, que, na declaração final, ressaltaram que o trabalho ganhador era “conclusivo, pelas provas documentais exibidas” e mostrava o grande “esforço no trabalho de obtenção de provas”. Nesse primeiro ano do prêmio, 41 dos 96 trabalhos apresentados se referiam a processos de corrupção em âmbito estatal, enquanto outras matérias diziam respeito a irregularidades no setor privado (15), nas Forças Armadas (13) e no combate ao narcotráfico (7). Dois trabalhos abordaram a corrupção na gestão de campeonatos de futebol.



A qualidade e o impacto das obras apresentadas demonstraram o papel decisivo que o jornalismo investigativo desempenha na busca da verdade e da transparência na América Latina.

Para a edição do prêmio em 2003-2004, o júri internacional é composto por quatro membros de 2002 e um novo, a saber: Tina Rosenberg, editorialista de *The New York Times*; Michael Reid, editor latino-americano da revista *The Economist*; Marcelo Beraba, chefe da sucursal do Rio de Janeiro da *Folha de S. Paulo*; Gustavo Gorriti, pesquisador associado ao IPYS; e Gerardo Reyes, advogado e jornalista colombiano que trabalha em *El Nuevo Herald de Miami*, entrou pela primeira vez no júri. O prêmio também conta, como na edição de 2002, com o patrocínio do Open Society Institute (OSI).

E o ganhador da atual edição foi Arturo Torres, que receberá os 25 mil dólares. Com uma série de reportagens sobre a corrupção na Suprema Corte de Justiça do

Equador, o jornalista revelou o enriquecimento ilícito de um juiz da Suprema Corte e de outros juízes corruptos. O júri também premiou com 5 mil dólares Maria Fernanda Villosio, pela pesquisa que expôs um esquema de suborno no Senado argentino (publicada na revista *TXI*), e cada uma das jornalistas Mabel Rehnfeldt e Nacha Sanchez, por uma série de artigos sobre corrupção na empresa estatal petrolífera paraguaia, a Petropar. Na cerimônia da entrega dos prêmios, Gerardo Reyes disse que os ganhadores realizaram seu trabalho em “países latino-americanos onde a corrupção é muito séria e onde, por conseqüência, o papel de uma mídia independente é fundamental”. Ver detalhes em [www.transparencia.org.br](http://www.transparencia.org.br).

# A força da América Latina

Criada em 1996, a rede da Transparency International na América Latina e no Caribe (TILAC) é hoje formada por 14 organizações da sociedade civil. Dez delas são reconhecidas como capítulos nacionais da TI, duas são capítulos nacionais em formação e as outras duas estão na fase de contatos nacionais.

Os capítulos e contatos nacionais foram constituídos como organizações não-governamentais, de acordo com a legislação do país em que operam. São autônomos e independentes do Secretariado da Transparency International (TI) no que diz respeito a seus programas e financiamentos, mas estão comprometidos com os princípios fundamentais que orientam o trabalho da TI, ou seja, não investigar casos particulares, manter-se independente da política partidária e trabalhar em conjunto com diversos setores.

No decorrer de 2003, essas organizações filiadas à TILAC realizaram grande variedade de atividades. Elas projetam, promovem e dão prosseguimento às estratégias contra a corrupção em seus países.

## ARGENTINA

Depois de um ano de desafios governamentais e sociais, o **Poder Ciudadano** realizou um trabalho admirável em sua luta contra a corrupção. Tomando como ponto de partida a crise institucional que a Justiça atravessava, em âmbito nacional e provincial, elaborou o primeiro relatório de diagnóstico sobre a independência desse Poder, o que constitui uma contribuição importante para a democratização e a transparência da Justiça. Os resultados obtidos foram alarmantes: a independência do Poder Judiciário se encontra seriamente ameaçada, e quase inexistente nas províncias de La Rioja, Salta, San Luis e Santa Cruz.

Nesse mesmo contexto, em conjunto com outras cinco organizações, o Poder Ciudadano publicou os documentos *Uma Corte para a Democracia I e II*, nos quais resalta os problemas na composição da Suprema Corte de Justiça da Nação, as práticas inadequadas que solapam a legitimidade dessa instituição, e propôs algumas soluções a respeito. Em junho de 2003, as novas autoridades do Ministério da Justiça se comprometeram a organizar as normas necessárias

para cumprir as propostas desses documentos, e o recém-eleito presidente Kirchner assinou um decreto pelo qual se compromete a eleger os juízes da Corte segundo critérios de idoneidade técnica, jurídica e moral, independência de critério e compromisso com valores democráticos.

Para promover o acesso às informações, o Poder Ciudadano, junto com outras organizações da sociedade civil argentina, participou durante mais de dois anos da elaboração do projeto da Lei de Acesso às Informações Públicas, e desde 2002 vem pressionando o Poder Legislativo para aprovar essa Lei. Em 8 de maio, obteve sanção da metade da Câmara dos Deputados e agora está iniciando seu trâmite pelo Senado.

Durante a campanha presidencial de 2003 na Argentina, o capítulo local fez a fiscalização dos gastos declarados e reais na propaganda política, e realizou um estudo sobre a Mídia e a Política. Além disso, lançou a campanha *Iluminemos o Quarto Escuro* (ver página 8).

## BRASIL

O trabalho da **Transparência Brasil** em 2003 foi muito diversificado, refletindo os desafios das áreas econômica e política do país. Em novembro de 2002, em conjunto com a Kroll International, a Transparência Brasil publicou uma pesquisa sobre corrupção no setor privado, para a qual fez entrevistas com 92 empresas, por meio de formulário eletrônico. Num contexto de alta percepção de corrupção em todos os níveis, ficou claro que a privatização é o setor onde há menos possibilidade de corrupção e nepotismo. Dos entrevistados, 51% consideraram que a privatização é uma área vulnerável à corrupção, apontando como extremamente corruptas as áreas de contratações públicas (89%) e da polícia (96%).



Também em novembro, o capítulo lançou uma coleção de contos intitulada *Corrupção 18 contos*. O livro, editado em colaboração com a Ateliê Editorial, inclui, entre outros, textos de antigos funcionários públicos, como Lima Barreto e Machado de Assis.

Cabe, ainda, destacar o projeto *Às Claras* – um banco de dados na internet –, que contém informações sobre todos os candidatos nas eleições estaduais e federais de 2002, e suas fontes de financiamento (ver página 5).

No Chile, entre o segundo semestre de 2002 e o primeiro de 2003, ocorreu uma série de denúncias sobre corrupção, envolvendo autoridades parlamentares que tinham aceito suborno, funcionários do governo que recebiam honorários e regalias sobre seus salários aparentemente injustificadas, e funcionários implicados em fraudes ligadas ao dinheiro público e ao vazamento de informações. Em um dos casos, a estabilidade do governo foi ameaçada, pois a investigação abrangeu o período em que o presidente Ricardo Lagos era ministro de Obras Públicas. A exoneração do presidente do Banco Central, assim como os julgamentos de um ex-ministro e de diversos parlamentares e altos funcionários, quase provocaram a queda do governo.

A **Corporación Chile Transparente** desempenhou papel importante ao identificar, na divulgação dessa situação grave, a falta de legislação pertinente, elaborada para garantir um sistema de governo transparente, principalmente para o financiamento dos partidos políticos e das campanhas eleitorais. O capítulo entregou ao governo a proposta *Por un Chile Transparente*,

destinada a acelerar a reforma do Estado, regulamentar o uso de reservas, determinar normas e pôr às claras o financiamento da política e, em geral, concretizar rapidamente um compromisso conjunto e formal de integridade nacional, suprapartidária, entre o governo, dirigentes políticos, empresários e sociedade civil. Para isso, serão considerados os diversos aspectos que incidem sobre o problema da corrupção, e, sobretudo, será estabelecido um mecanismo de acompanhamento sustentado e regulador. Aceita pelo governo, a proposta deu origem à Comissão de Assessoria Presidencial pela Probidade e pela Transparência da Função Pública, a qual elaborou uma agenda legislativa de rápida execução.

Atualmente, a Corporación Chile Transparente acompanha as diferentes iniciativas que surgiram tanto da proposta *Por un Chile Transparente*, como da Comissão Presidencial. Prova disso foi o *workshop* sobre financiamento político, no qual muitas organizações da sociedade civil estavam presentes e dispostas a realizar uma série de recomendações para aprimorar a proposta de lei sobre essa questão.

Neste ano, a **Transparencia por Colombia** avançou, colocando em funcionamento novos instrumentos e práticos para prevenir a corrupção nos setores público e privado, tanto em âmbito local como nacional.

No contexto local, a **Transparencia por Colombia** deu impulso ao projeto *Internet para a Prestação de Contas*, com o qual apóia as prefeituras no desenvolvimento de suas páginas na internet. O projeto, que até agora está funcionando em cinco municípios, facilita a prestação de contas por parte dos prefeitos e fortalece o direito e o dever dos cidadãos de se informar e opinar sobre a administração de seus governantes e fazer o acompanhamento dessa administração.

Com o projeto *Municipios Cuidadosos com os Recursos Públicos*, a **Transparencia por Colombia** estimula os participantes do Sistema Nacional de Integridade, em cada organismo territorial, a desenvolver e pôr em prática os planos de luta contra a corrupção. Até agora, os planos foram executados em dois municípios do país, onde aumentaram a capacidade e as oportunidades de controle social



no trato com a administração local. Em contrapartida, no Programa *Contratações Públicas Transparentes*, a **Transparencia por Colombia** desenvolveu no Banco Agrário o instrumento Ilhas de Integridade, com o objetivo de fomentar a transparência e prevenir a corrupção nos processos de contratação desse órgão. O firme apoio dos diretores do Banco e a seriedade do trabalho dos funcionários participantes das Ilhas resultaram na formulação de um plano de ação completo e na concretização das primeiras medidas de combate à corrupção.

Em relação ao setor privado, a **Transparencia por Colombia** elaborou uma plataforma para promover e divulgar os *Principios Empresariais para Combater o Suborno*, uma iniciativa mundial da Transparency International. Assim, programou *workshops* de sensibilização e conseguiu que outras organizações e associações participassem da iniciativa.

O problema do financiamento das campanhas políticas surgiu novamente na Costa Rica como tema de interesse público e até de escândalo, após as eleições gerais de 2002. Na proposta de seu programa de eleições transparentes e por ocasião das eleições municipais posteriores, a **Transparencia Internacional Costa Rica** realizou, pela primeira vez no país, o acompanhamento dos candidatos às prefeituras. A necessidade de acesso a informações claras, verdadeiras e oportunas ficou evidente para o capítulo, motivo pelo qual estabeleceu um banco de dados em seu sítio na internet, com informações sobre os candidatos, referências pessoais deles, bens, patrimônio e compromissos de campanha, no caso de serem eleitos. Nesse mesmo programa de eleições transparentes, o capítulo trabalhou ativamente para melhorar a proposta de reforma da lei sobre financiamento político e, também, publicou um guia sobre o tema, que distribuiu pelas diferentes atividades das quais participa.

Para melhorar as atividades nacionais, a TI-Costa Rica, junto com o Centro Carter e a Transparency International, realizou um seminá-

rio nacional, com o intuito de analisar diferentes aspectos do acesso à informação no país, especialmente nas questões vinculadas ao Tribunal Eleitoral.

Agora, a TI-Costa Rica está utilizando a metodologia de Gestão do Risco de Corrupção e o instrumento Mapas de Riscos de Corrupção em duas áreas concretas: a contratação para a rede viária e o controle florestal. Conta também com ótimo apoio por parte de parceiros das áreas governamental e privada.

Por fim, cabe mencionar que está fortalecendo a área de comunicações dentro da organização, com o objetivo de permitir uma divulgação mais bem feita de suas ações.

Durante o processo eleitoral de 2002, a **Corporación Latinoamericana para el Desarrollo (CLD)** organizou o Fórum Presidencial pela Transparência, que discutiu as propostas contra a corrupção apresentadas por todos os candidatos presidenciais e as divulgou. Desse modo, em conjunto com outros parceiros da sociedade civil, a CLD liderou a formação da ONG Participación Ciudadana, cujo objetivo principal é fortalecer e democratizar o sistema político-eleitoral. A Participación Ciudadana fez o acompanhamento das eleições presidenciais e o controle dos gastos de campanha.

Em 2002, quando tiveram início os processos para ampliar a competência e melhorar os serviços de telecomunicações, a CLD propôs executar Pactos de Integridade e negociou com o Conselho Nacional de Telecomunicações sua participação como observadora independente nos processos de leilão das bandas para os Serviços Avançados de Telefonia Celular e Wireless Local Loop. Para tanto, elaborou um diagnóstico das melhores práticas sobre Pactos de Integridade na região e criou um procedimento inovador para sua intervenção, buscando manter sua independência como observa-

dora, incorporar no procedimento salvaguardas para prevenir a corrupção e promover o mais possível a transparência e a competitividade. A CLD teve sucesso ao executar Pactos de Integridade em contratos no valor de 61 milhões de dólares, e vai apoiar os processos de seleção de administradores privados das duas maiores empresas com capital aberto do país, a Pacifiectel S.A. e a Andinatel S.A., e de 17 empresas de distribuição de energia elétrica. Ao dirigir uma estratégia bem-sucedida de vigilância de contratos, a CLD conseguiu que o governo federal se comprometesse com o cumprimento desses pactos em processos futuros.

É bom ressaltar que, como resultado de três anos de esforços da CLD, em julho de 2003 o Congresso Nacional aprovou, em primeira discussão, a Lei de Acesso às Informações Públicas. Essa foi a consequência de um trabalho realizado em conjunto com outras organizações para conferir a credibilidade necessária a esse tema de vital importância na agenda política. Em maio de 2004, o projeto de lei foi aprovado.

O livre acesso à informação é o tema estratégico para a transparência e a luta contra a corrupção, que em 2003 a **Acción Ciudadana** introduziu no debate público. Como estratégia, foi formado o Observatório Cidadão para o Livre Acesso à Informação, com voluntários de doze organizações muito conhecidas no país. Esse Observatório realizou uma pesquisa e fez solicitações periódicas de informações públicas. O primeiro resultado disso foi a elaboração do *Primeiro Relatório de Acesso à Informação na Guatemala*, assim como um Manual para a execução dessa prática cidadã de forma sistemática. O Observatório se transformou no referencial de muitos parceiros, entre os quais os deputados do Congresso da República, que participam do debate da Lei de Acesso à Informação, que está em fase final para aprovação.

Na área da Justiça, o capítulo lançou uma campanha dirigida aos usuários do sistema judiciário, a fim de orientá-los no modo de fazer denúncias contra crimes de corrupção, e também para explicar-lhes quais são esses

## MÉXICO

crimes e as sanções previstas para eles. Para isso, trabalhou diretamente com a Fiscalização Anticorrupção, oferecendo-lhe apoio e acompanhamento na elaboração de um Plano Estratégico que orientasse suas ações – peça fundamental na investigação dos crimes.

Finalmente, a *Acción Ciudadana* realizou seu primeiro acompanhamento para a verificação independente de um processo de licitação pública no Ministério da Agricultura e Pecuária, para a compra de fertilizantes. A licitação internacional foi elaborada pelas Nações Unidas e contou com a participação decisiva do capítulo. A experiência permitiu conceber uma metodologia independente de acompanhamento e supervisão, além da auditoria social, que teve como objetivo discutir desde o programa e a atribuição da compra até a distribuição nacional dos insumos adquiridos. Essa abertura do Ministério faz parte de um programa piloto do Plano de Transparência anunciado em discurso do presidente da Guatemala.

No último ano, a **Transparencia Mexicana** assinou convênios com diversas instituições públicas, entre as quais estão o Instituto Federal Eleitoral, o Conselho Nacional para Cultura e Artes, a Comissão Federal de Eletricidade e o escritório do Sistema Rodoviário e de Pontes Federais de Rendas e Serviços Afins, para realizar Pactos de Integridade em alguns procedimentos de aquisição e/ou arrendamento de bens e serviços.

Em maio de 2003, apresentou o livro *Adiós a las Trampas* (Adeus às Tramóias) sobre como as crianças mexicanas percebem, abordam e resolvem o problema da corrupção. Além de ser um texto de Federico Reyes Heróles, presidente da *Transparencia Mexicana*, o livro conta com alguns dos mais de 15 mil desenhos recebidos no concurso de desenho infantil promovido pelo Instituto Federal Eleitoral, pelo Conselho Nacional para Cultura e Artes, e pela Secretaria de Controladoria e Desenvolvimento Administrativo.

Durante 2003, a *Transparencia Mexicana* participou de conferências, seminários, debates e cursos sobre questões relacionadas à pre-

venção e ao combate da corrupção, organizados por entidades nacionais e internacionais. Teve, também, a oportunidade de participar de programas de rádio e televisão; realizou diversas entrevistas com a imprensa sobre diferentes temas relacionados à corrupção e aos Pactos de Integridade. E continuou divulgando e promovendo a Pesquisa Nacional de Corrupção e Governabilidade 2001, por meio de apresentações e entrevistas, e iniciou os trabalhos de preparação para a Pesquisa de 2003.

Mais uma atividade do capítulo mexicano foi o lançamento da segunda versão do *Manual Ciudadão*, uma iniciativa da Secretaria de Desenvolvimento Social e da sociedade civil, organizado para prevenir e refrear o uso incorreto dos recursos públicos destinados a programas sociais federais (ver página VII).

## NICARÁGUA

Durante este ano, a **Ética y Transparencia** definiu seu Programa de Cinco Eixos: Por uma Nova Justiça; Incidência para Reformas Legais; Transparência na Gestão Pública; Governabilidade Democrática; e Fortalecimento Gerencial.

Em julho de 2003, terminaram as atividades do *Projeto de Transparencia Municipal*, com a seleção e a premiação das prefeituras que obtiveram maior pontuação em temas como Participação Cidadã, Probidade Administrativa, Prestação de Contas e Eficiência.

Desde janeiro de 2003, o capítulo executa um projeto de *workshops*, foros e negociação de pauta televisiva, com vistas à reforma da política eleitoral nicaragüense. Esse esforço gerou debates e alianças com outras organizações da sociedade civil sobre a necessidade de realizar essa reforma. Uma das conquistas diretas desse esforço foi o fato de a população ter ficado mais bem documentada e informada sobre os pontos fracos da atual lei eleitoral, assim como sobre os efeitos diretos que essa lei tem sobre a vida política.

Em julho de 2003, a *Ética y Transparencia* iniciou atividades para o acompanhamento dos trabalhos judiciais, para o que contou com a participação de voluntários distribuídos pelos tribunais da capital. A organização já realizou reuniões de coordenação com a Corte Suprema de Justiça para a execução desse acompanhamento, assim como alianças com outras instituições da sociedade civil ligadas à área jurídica. Em colaboração com a *Transparency International*, o capítulo realizou *workshops* sobre a Análise do Sistema Nacional de Integridade, que discutiram questões como o acesso às informações públicas, o financiamento para os partidos políticos e a imunidade política.

Ainda em julho, iniciou a fiscalização e o acompanhamento dos contratos do Ministério da Educação, a fim de transformá-lo numa Ilha de Integridade. O projeto *Observação de Compras do Estado* prevê a utilização de voluntários, em âmbito nacional, para calcular os montantes pagos por pais de família nas escolas do governo.

A **Fundación para el Desarrollo de la Libertad Ciudadana** continua se esforçando para estimular mudanças importantes no Estado, para o qual, no último ano, desenvolveu atividades que deram resultados palpáveis e satisfatórios. No âmbito da luta contra a corrupção, conseguiu preparar um instrumento de medição denominado *Índice de Impunidade*, que recolhe informações das entidades estatais encarregadas de investigar os casos de corrupção, e também compila os casos publicados nos jornais panamenhos. Com isso será possível medir a impunidade no Panamá, o que, por sua vez, permitirá estimular a criação de um “capítulo independente contra a corrupção”, meta considerada primordial pelo capítulo panamenho.

Em contrapartida, embora seja certo que, com a aprovação da Lei nº 6, de 2002 – “que dita normas para a transparência na gestão pública, estabelece a ação de habeas data e dá outras disposições” (Lei da Transparência) – tenhamos conseguido uma abertura para que seja posto em prática o direito de acesso à informação no Panamá, situações adversas mostraram que isso não bastava.

Diante dessa realidade, a Fundação para o Desenvolvimento da Liberdade Cidadã, que estimulou a lei, se propôs a fomentar mudanças que permitam sua livre aplicação. Por isso, durante o primeiro semestre de 2003, criou um projeto cujo resultado foi a compilação de mais de 25 normas vigentes – portanto, aplicáveis – que transgridem a Lei de Transparência. Ainda assim, o capítulo conseguiu resumir as sentenças ditadas pela Corte Suprema de Justiça em matéria de *habeas data*, informações que permitiram medir o nível de impacto da Lei, tanto em sua aplicação como no resguardo de seu propósito. Como signatária da *Visão Nacional 2020*, que buscará fazer do Panamá uma nação de primeiro mundo nesse ano, a **TI-Panamá** participa ativamente do Fórum Panamá 2020, iniciativa da sociedade civil para conquistar as metas da Visão. As propostas do capítulo, em termos de luta contra a corrupção, acesso à informação e financiamento de campanhas eleitorais, calaram fundo no cenário desse debate e fazem parte do conjunto final de iniciativas entregues ao país pelo Fórum.

Com um novo presidente da República, que se comprometeu com seu eleitorado a lutar contra a corrupção, a **Transparencia Paraguay** se encontra preparada para apoiar e fiscalizar, de tal modo que as palavras se transformem em atos. O contexto nacional, no entanto, se mostra bem complexo e exigirá muito empenho. As contratações públicas transparentes e o acompanhamento da Convenção Interamericana contra a Corrupção da Organização dos Estados Americanos (OEA) são as atividades em que o capítulo se concentrou neste ano. Criou a *Gestão Transparente para Municipios*, em cuja aplicação são fundamentais as ações de acompanhamento das licitações, os Mapas de Risco, os *workshops* de capacitação para funcionários públicos envolvidos nessa área e o diagnóstico dos procedimentos para os convocados para a licitação. Apoiada pelo programa regional de Contratações Transparentes (ver página 20), a **Transparencia Paraguay** contribuiu, com suas observações, para o processo de elaboração da nova Lei de Contratações de Bens e Serviços Públicos.

A fiscalização do cumprimento da Convenção Interamericana contra a Corrupção da OEA produziu um relatório paralelo ao do governo, revelando a opinião de parceiros nos âmbitos civil, privado e público sobre leis contra a corrupção e a legislação existente, que merece ser atualizada para acompanhar a transparência administrativa. O documento conclui que, no Paraguai, existem normas suficientes para controlar e evitar os atos de corrupção e fomentar a participação da sociedade civil, mas que não garantem a atuação adequada do funcionalismo público. Além disso, a aplicação dessas normas não é frequente. As observações da **Transparencia Paraguay** nesse relatório coincidem em, aproximadamente, 95% com as recomendações do Comitê de Especialistas quanto ao mecanismo de acompanhamento, após a realização da avaliação final.

Com o objetivo de revitalizar a questão da corrupção na agenda nacional, debater suas causas e esboçar uma estratégia de luta em âmbito nacional, envolvendo seus principais atores, a **Proética** realizou a *II Conferência Nacional Anti-corrupção*, em Lima, de 2 a 4 de dezembro de 2002, na qual foram apresentados a *Primeira Pesquisa Nacional sobre Corrupção e Governabilidade* e o *Diagnóstico da Luta Contra a Corrupção no Peru 2000-2002*. Este último analisou, entre outras coisas, a vontade política para enfrentar a corrupção, os avanços na luta contra a máfia e o aumento da transparência e das informações do governo. A Conferência contou com a presença do presidente da República, Alejandro Toledo, e de autoridades do primeiro escalão de diversos setores.

Em fevereiro e abril, a **Proética** assinou convênios contra a corrupção com os presidentes dos governos regionais em Lambayeque e Junín, pelos quais eles se comprometem com a transparência na gestão pública, permitindo a aplicação dos mecanismos de vigilância sugeridos pela **Proética** e praticando uma política de

## URUGUAI

acesso à informação em poder da região, o que inclui a criação de um portal na internet, a fim de facilitar a participação da sociedade. Por sua vez, a Proética irá desenvolver projetos e atividades para promover a integridade pública e a vigilância cidadã.

Como parte do convênio regional com Lambayeque, realizou-se de 18 a 19 de julho, em Chiclayo, a *1 Conferência Regional Anticorrupção*, na qual foram propostos quatro projetos que a Proética desenvolveu: 1) agendas públicas para que qualquer cidadão que entre no portal da região possa ficar sabendo das reuniões e gestões do presidente regional e dos gerentes; 2) transparência nas informações, oferecendo aos cidadãos mecanismos simples para acessar as informações públicas; 3) acompanhamento das licitações públicas; e 4) plano regional contra a corrupção, que será feito em conjunto entre a sociedade civil e os funcionários públicos. Essa atividade despertou grande interesse por parte de outros governos regionais e se insere de maneira oportuna no processo de descentralização iniciado recentemente no Peru.

A maior parte de 2003 foi de reorganização e fortalecimento para o capítulo **Uruguay Transparente**, que iniciou uma etapa de planejamento com objetivos estratégicos. Em consequência, o capítulo conta com uma nova sede permanente e um programa básico de trabalho em torno de três temas: transparência no financiamento da política, acesso às informações e melhoria da transparência no sistema financeiro. O capítulo se interessa por esta última questão, pois o Uruguai é considerado, historicamente, um paraíso fiscal pelos demais países latino-americanos, oferecendo oportunidades para transações corruptas, lavagem de dinheiro e outras práticas ilegais.

Essas novas linhas se somam a seus tradicionais seminários sobre temas relacionados à corrupção, e à sua participação no acompanhamento da aplicação da Convenção Interamericana contra a Corrupção. Para cumprir essas tarefas, o Uruguay Transparente conta com uma nova Comissão Diretora, sob a presidência da dra. Jacinta Balbela, e com muitos sócios comprometidos com o apoio à gestão do capítulo.

## VENEZUELA

Desde o início de 2003, o **Mirador Democrático**, contato nacional da Transparency International, começou a consolidar a organização para torná-la mais forte, institucionalizada e com participação ativa de outros setores, organizações e/ou pessoas comprometidos com a luta contra a corrupção. Em março de 2003, foi realizado o primeiro seminário para discutir questões de corrupção e democracia, do qual participou uma boa parcela dos setores público e privado, e da sociedade civil, assim como os capítulos do Peru, da Argentina e da Colômbia. Para ter informações atualizadas e objetivas sobre o estado da corrupção na Venezuela, o Mirador Democrático chegou a um acordo com o Instituto de Formação e Pesquisa (IESA) e a Universidade Metropolitana de Caracas para fazer um estudo com a metodologia do Sistema Nacional de Integridade. Em julho de 2003, foram firmados acordos com sete prefeituras para que elas fossem incorporadas à Rede de Municípios Transparentes, acordos esses que permitem criar e pôr em prática metodologias e instrumentos de avaliação e medição de transparência e controle de gestão.

O processo eleitoral ou referencial planejado na Venezuela para o final de 2003, com o apoio do PNUD e da Embaixada dos Estados Unidos, ofereceu a oportunidade para que o Mirador Democrático organizasse o *Fórum Caminho Eleitoral Diante da Crise Política*, com a participação de cinco especialistas internacionais, que tiveram atuação destacada em delicados processos contemporâneos. O programa permitiu a troca de experiências e conhecimentos dos processos eleitorais em ambientes políticos conflituosos ou instáveis na América Latina, com os participantes do evento ou em reuniões fechadas com magistrados do Supremo Tribunal de Justiça, diretores do Conselho Nacional Eleitoral, deputados da Assembléia Nacional e representantes de diversas organizações da sociedade civil.

Num esforço para envolver o setor privado no debate contra a corrupção, o Mirador Democrático organizou, em setembro de 2003, encontros com representantes de empresas, a fim de lhes apresentar os Princípios Empresariais para Combater o Suborno, um instrumento criado e promovido pela Transparency International.

Informações substanciais e atualizadas sobre o trabalho regional da rede da TILAC, estudos e pesquisas realizados na região, a Caixa de Ferramentas para o Controle Cidadão da Corrupção, conexões com muitas outras instituições, dados sobre as organizações que formam a rede da TILAC e muito mais está disponível desde maio de



2003 no novo sítio que a TILAC mantém na internet. A maioria das informações está em espanhol, mas também há seções especiais em português e inglês.

A página constitui um ponto de referência sobre os avanços contra a corrupção, incentivado pela rede da TILAC e pelos diversos capítulos nacionais da TI na América Latina. Você está convidado a visitá-la e a contribuir com suas opiniões.

## NOSSA EQUIPE

O Departamento das Américas, coordenador da rede da TILAC, fortaleceu-se no último ano. Profissionais que o compõem contribuem com seu preparo e suas perspectivas complementares para enriquecer esse trabalho.

Convidamos você a conhecer nossa equipe:



Obtenha mais informações sobre o trabalho da TI na América Latina e no Caribe em:  
[www.transparency.org/tilac](http://www.transparency.org/tilac)

Fale conosco:  
[tilac@transparency.org](mailto:tilac@transparency.org)

### **Silke Pfeiffer**

*Diretora Regional das Américas (Alemanha)*

Silke tem responsabilidades administrativas e de supervisão sobre diversos elementos do programa do departamento das Américas, incluindo o planejamento estratégico e a gestão financeira. Isso implica a coordenação geral da rede regional da TILAC. Em 2002, Silke deu atenção especial ao programa regional de financiamento político, como uma das prioridades regionais na TILAC. Como membro da equipe que dirige o Secretariado Internacional da TI, Silke participa de diversas iniciativas internacionais e, também, da administração do Secretariado.

### **Jessica Berns**

*Gerente de Programas (Estados Unidos)*

Jessica dedica metade de seu tempo ao Departamento das Américas e o restante à *Caixa de Ferramentas para o Controle Cidadão da Corrupção*, publicação mundial da TI. No Departamento, Jessica coordena o programa de comunicações da TILAC, voltado para o fortalecimento de capacidades e aptidões nas comunicações dos capítulos nacionais, a produção de publicações, o sítio na internet, o Prêmio de Jornalismo Investigativo, ao mesmo tempo em que apóia produtos e iniciativas mundiais de comunicação.

### **Margaret Cruz**

*Gerente Assistente de Programas (México/Estados Unidos)*

Margaret trabalhou de junho de 2002 até agosto de 2003 como Assistente de Programas. Ela apoiou as ações da TI no setor de comunicações, em especial na área de publicações, e contribuiu de maneira decisiva para o desenvolvimento de sistemas financeiros e de manejo de informações.

### **Andrea Figari**

*Gerente de Programas (Argentina/Itália)*

Andrea ingressou na TI em março de 2003. Como Gerente de Programas, apóia os capítulos da América do Sul, oferecendo-lhes informações e respaldo técnico para a realização de atividades e programas. Dedicar-se, igualmente, a coordenar o programa mundial da TI na área de acesso à informação, e é a encarregada da página correspondente ao banco de dados CORIS ([www.corisweb.org](http://www.corisweb.org)).

### **Alejandro Salas**

*Gerente de Programas (México)*

Alejandro dá apoio aos capítulos nacionais na América Central, no Caribe, México, Chile e Peru. No departamento, é o encarregado dos programas *Novos Aliados na América Central* e *Efeitos da Corrupção na Micro, Pequena e Média Empresa na Nicarágua e em El Salvador*, além de ser responsável pela área de diagnósticos, medição da corrupção e fortalecimento institucional.

Muitos coordenadores sediados em países das Américas oferecem sua experiência e seu conhecimento a projetos e iniciativas regionais da TILAC, enriquecendo-os. Essas pessoas são:

**Luis Avella** *Coordenador do Programa de Contratações Transparentes (Colômbia)*

**Diane Kohn** *Coordenadora do Trabalho Regional com a OEA e a CICC (Estados Unidos)*

**Carol Zardetto** *Coordenadora do Programa da América Central (Guatemala)*

Agradecemos também aos estagiários que muito apoiaram nosso trabalho durante o ano passado:

**Marta Erquicia** (Espanha)

**Anne-Lucie Lafourcade** (França/Estados Unidos)

**Lauren Knott** (Grã-Bretanha)

Transparency International  
Annual Report 2003

*Publicação da*  
Transparency International

*Edição*  
Jana Kotalik, Jesse Garcia

*Edição da Seção TILAC*  
Margaret Cruz, Marta Erquicia, Inés Selwood, María Cristina Sáenz

*Tradução para o português e editoração da edição brasileira*  
Anna Maria Quirino

*Revisão*  
Agnaldo Alves de Oliveira

*Projeto gráfico*  
Tanja Lemke Kommunikationsdesign, Berlim

*Fotos*  
Sabine Steputat, Berlim: capa e páginas 4, 5, 6, 7, 9, 11, 14, 15, 18  
Jini Kim: páginas 2, 10, 13, 19  
Jacob Otieno, East African Standard: página 9  
Liao Ran: página 13  
carofoto: página 10, 19

## >> Junte-se à Transparency International

Se você deseja participar do trabalho da Transparency International, associe-se ao capítulo nacional de seu país ou ajude a fundar um onde não existe. Para ver a lista completa de capítulos nacionais da TI, visite o site [www.transparency.org/contacting\\_ti/chapters](http://www.transparency.org/contacting_ti/chapters)

## >> Faça uma doação

Também é possível fazer doações, se sua intenção é apoiar o Secretariado da TI. Para mais informações, visite nosso site: [www.transparency.org](http://www.transparency.org).

Preferimos que as doações sejam feitas com débito em seu cartão de crédito. Por favor, sempre deixe clara as referências de sua doação (por exemplo: seu nome e endereço)

### Para Transferência Bancária:

Nome da conta: Transparency International

Banco: Dresdner Bank AG

Código bancário: 100 800 00

Número da conta: 09 33 21 45 00

Código SWIFT: DRES DE BB

IBAN DE64 1008 0000 0933 2145 00

A Transparency International (TI) é a única organização mundial dedicada exclusivamente a reduzir a corrupção, reunindo a sociedade civil, empresas e governos numa grande coalizão internacional. Por intermédio do Secretariado Internacional da TI em Berlim, na Alemanha, e de mais de 85 capítulos nacionais em todo o mundo, a TI trabalha em âmbito nacional e internacional para refrear a oferta e a procura de suborno e corrupção.



Secretariado Internacional, Otto-Suhr-Allee 97-99, 10585 Berlim, Alemanha  
Tel. +49-30-34 38 200, Fax +49-30-34 70 39 12, [ti@transparency.org](mailto:ti@transparency.org)  
[www.transparency.org](http://www.transparency.org)